



mito e memória do  
infante d.henrique

Maria Isabel João



mito e memória do  
infante d.henrique



# mito e memória do infante d.henrique

Maria Isabel João



descobrimientos

## FICHA TÉCNICA

*Autora:*

Maria Isabel João

*Título:*

Mito e Memória do Infante D. Henrique

*Edição:*

Câmara Municipal de Lagos / Comissão Municipal dos Descobrimentos  
Rua Henrique Correia da Silva, 2  
8600-597 Lagos

*Local e data:*

Lagos, Maio 2004

*Design da capa:*

Filomena Machado

*Impressão:*

NCG - Portimão

*Depósito Legal:*

Nº 212555/04

# ÍNDICE

<i>PALAVRAS DE ABERTURA</i>	7
<i>PREFÁCIO</i>	9
MITO E MEMÓRIA DO INFANTE D. HENRIQUE	11
INTRODUÇÃO	11
ZURARA: O PANEGÍRICO DO INFANTE D. HENRIQUE	15
AS DUAS VISÕES DE RUI DE PINA	23
OUTROS TESTEMUNHOS E A PERSPECTIVA HUMANISTA	31
A CRISTALIZAÇÃO DO MITO	37
O carácter	37
A sabedoria	44
O papel na história	49
O herói	54
O DISCURSO COMEMORATIVO	63
O centenário de 1894	63
As celebrações de 1960	78
CONCLUSÃO	103
FONTES E BIBLIOGRAFIA	107



## PALAVRAS DE ABERTURA

A publicação destes *Cadernos dos Descobrimentos* insere-se na linha editorial da Câmara Municipal de Lagos de promover, também por este meio, a nossa cultura, e de valorizar o interesse por uma época, de divulgar o papel relevante de um povo e respeitar a memória dos que “se vão da lei da morte libertando”.

Estamos certos que este contributo só prestigia Lagos e o conhecimento histórico.

A dedicação do primeiro número ao Infante D. Henrique é também merecida, pelo seu contributo no arranque da notável acção marítima dos Portugueses e pelo seu reconhecimento como figura universal, que escolheu Lagos e o sudoeste algarvio como sede da sua actividade.

Júlio Monteiro Barroso  
Presidente da Câmara



## P R E F Á C I O

A Câmara Municipal de Lagos, numa decisão tão arrojada quanto histórica, decidiu manter em funcionamento a *Comissão Municipal dos Descobrimientos*, apesar da extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e do encerramento, a nível oficial, do vasto programa comemorativo desenvolvido em Portugal e no estrangeiro por este último organismo entre 1988 e 2000.

Esta decisão articula-se com o propósito estratégico de transformar Lagos, a nível nacional, na *capital dos Descobrimientos*, através de um vasto programa de actividades a desenvolver em próximos anos, o qual incluirá não só iniciativas de carácter efêmero (como conferências, seminários, concertos, exposições e feiras), mas também projectos de mais amplo fôlego, que passam nomeadamente pela criação de espaços museológicos subordinados à temática dos *Descobrimientos*. A publicação regular de obras de divulgação e de investigação relacionadas com a história dos *Descobrimientos*, entretanto, será uma das componentes deste ambicioso programa, que pretende dar a mais sólida consistência e a mais ampla visibilidade à *Lagos dos Descobrimientos*, a partir de agora a divisa municipal.

A *Comissão Municipal dos Descobrimientos* retoma assim as suas actividades editoriais, momentaneamente interrompidas por razões conjunturais. E publica o primeiro *Caderno dos Descobrimientos*, uma colecção que divulgará, de forma que se pretende regular, textos de especialistas de reconhecido mérito. Alguns serão inéditos, como o de Maria Isabel João que agora abre a série; outros já serão conhecidos do público mais informado, justificando a respectiva relevância para o contexto lacobrigense uma acrescida divulgação.

Rui Manuel Loureiro



# MITO E MEMÓRIA DO INFANTE D. HENRIQUE

*Maria Isabel João*

## Introdução

O Infante D. Henrique é uma das figuras mais emblemáticas da história nacional. A visão que, hoje, temos da sua vida e obra é indissociável da forma como os cronistas perpetuaram a sua memória. É evidente que nesses relatos perpassa a mentalidade e os valores do século XV e os propósitos enaltecendores mesclam-se com o registo dos factos. Em grande medida, o retrato do Infante obedece a estereótipos que foram comuns naquela época. Não é a pessoa de carne e osso que nos surge na pena dos cronistas, mas o vulto do Príncipe que se apresenta como um modelo para os vindouros. Como mostraremos, certas fórmulas acabaram por ser consagradas pela tradição e cada autor acrescentou, ao retrato inicial, uma pincelada que o compunha de acordo com os seus ideais.

Saber quem era o Infante D. Henrique e qual foi o seu papel na história não é uma tarefa simples. No mais recente centenário, em 1994, foram publicadas diversas obras em Portugal e no estrangeiro. Já em 2000, o historiador Peter Russell voltou ao tema ao qual tem dedicado uma parte importante do seu esforço ao longo da vida e editou uma nova biografia do Navegador. É possível que o assunto continue a suscitar o interesse dos historiadores, apesar de já ter sido bastante explorado e haver a tentação da repetir ideias e análises já feitas. A vasta bibliografia que tivemos de percorrer para este trabalho revela que grande parte dela é repetitiva. Mas é nessa repetição que reside o seu principal interesse, visto que permite apreender a forma como se foi constituindo a memória desta figura

histórica. Alguns textos acabam mesmo por ser cruciais, porque funcionam como matriz ou inspiração de muitos relatos posteriores. Durante muito tempo foi a obra de Zurara, na versão divulgada por João de Barros, a principal fonte da memória; depois, a biografia de Cândido Lusitano não deixou de ter grande influência; e já no final do século XIX impôs-se o poderoso retrato traçado por Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*.

Aquilo que designamos por memória não é mais do que o conjunto de registos que se foram acumulando ao longo do tempo e permitem traçar um quadro da forma como esta figura histórica foi sendo vista por diferentes autores. Há linhas de força comuns e ideias que, uma vez enunciadas, passam a fazer parte das representações correntes. Aquilo que era do conhecimento de um só indivíduo passa a fazer parte da memória de um grupo e aparece repetido de múltiplas maneiras. Como refere Moses I. Finley, “a memória colectiva não é outra coisa do que a transmissão a um grande número de indivíduos das lembranças de um homem ou de alguns homens, muitas vezes repetidas; e o acto de transmissão, de comunicação e logo de conservação dessas lembranças não é nem espontâneo nem inconsciente, mas deliberado, destinado a atingir um fim conhecido daquele que opera a transmissão.”<sup>1</sup> Ora, os relatos coevos sobre o Infante D. Henrique são escassos, o que significa que nos chegaram poucos testemunhos directos e verdadeiras lembranças. A sua imagem foi, desde o início, construída de acordo com fins que procuraremos elucidar tendo em conta os contextos em que foram produzidos os relatos.

O fulcro de interesse deste trabalho não é a história da vida do Infante D. Henrique, mas a forma como esta foi sendo relatada e como se cristalizou em imagens registadas em diversos textos, desde as crónicas de Zurara até às comemorações de 1960. Não abrangemos as publicações posteriores aos anos Sessenta nem o sexto centenário do nascimento, comemorado em 1994, que ficarão para uma próxima oportunidade. A memória tem muito de lendário e de mítico. Por um lado, uma boa parte dos relatos não se apoia em provas documentais, em factos comprovados pelas

---

<sup>1</sup> Moses I. Finley. *Mythe, Mémoire, Histoire*, Paris, Flammarion, 1981, p. 32 (tradução nossa).

fontes, nem em indícios seguros; por outro lado, a fantasia e a imaginação dos autores leva-os a idealizar as figuras e os acontecimentos ou, então, a projectar o presente no passado, vendo-os à luz das formas de agir e de pensar dos homens contemporâneos. O anacronismo é um problema que afecta todo o trabalho historiográfico. É muito difícil despir a própria pele e colocar-se no lugar dos outros, para realmente compreender as suas motivações, os seus comportamentos e as suas acções. A tentação para retroprojectar no passado os valores do presente é enorme e, sobretudo, em situações em que se deseja que este sirva de proveito e exemplo para o povo, como no caso das comemorações dos centenários. Porém, é ainda mais significativa a idealização das figuras históricas que as transforma em vultos grandiosos, em heróis ou mesmo em ídolos que são apresentados como símbolos de uma época, de uma sociedade ou de um povo. De algum modo, perde-se a dimensão humana, necessariamente limitada e contingente, da vida e da obra dos grandes homens que se quer erigir em objecto de veneração pública. Passam do palco da vida para o altar e perdem em realidade o que ganham em grandiosidade e em contornos míticos. Foi o que aconteceu com o Infante D. Henrique.

No primeiro capítulo, começamos por seguir o rasto da memória do Infante D. Henrique na obra de Zurara, se bem que a sua obra mais importante nesse aspecto, *A Crónica de Guiné*, só tenha sido revelado ao público em 1841, a partir do manuscrito descoberto na Biblioteca Nacional de Paris. Mas ainda serviu a João de Barros para escrever o seu relato, exercendo-se assim a sua influência de forma indirecta. Nos dois capítulos seguintes, continuamos a analisar as obras dos cronistas do séculos XV e XVI que firmaram as bases da tradição mais remota. Depois, mostramos de que forma se foi cristalizando a imagem mítica do Infante D. Henrique, em torno de quatro grandes tópicos: o carácter; a sabedoria; o papel na história; o herói. Por fim, passamos em revista o discurso comemorativo em 1894 e em 1960. Trata-se de dois momentos muito distintos e, realmente, marcantes para a construção da memória colectiva dos Portugueses.



## Zurara: o Panegírico do Infante D. Henrique

O quinto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, terceiro se não contarmos com os dois Infantes que morreram ainda crianças, alcançou uma notoriedade, logo no seu tempo, que lhe moldou um vulto grandioso e de contornos míticos. Pelo menos, é esse o registo que nos chega através dos testemunhos daqueles que privaram com ele e dos cronistas que não pouparam as palavras para enaltecer os seus feitos e as suas virtudes.

Entre eles destaca-se Gomes Eanes de Zurara que nasceu entre 1410 e 1420, no Ribatejo, e faleceu também em data incerta, calculando-se que tenha sido entre 19 de Dezembro de 1473 e 2 de Abril de 1474.<sup>2</sup> Zurara viveu desde muito cedo na corte e foi subindo na cadeia hierárquica da administração pelo seu próprio esforço e vontade de saber. Substituiu Fernão Lopes como cronista e guarda-mor das escrituras do Tombo, no reinado de D. Afonso V. Adquiriu o estatuto de cavaleiro da Casa Real e de comendador da Ordem de Cristo. Desfrutou de uma posição destacada a nível intelectual e social, e pôde contar com a protecção régia.

Foi contemporâneo de D. Henrique e é possível que tivesse privado com ele. Por isso, o seu testemunho tem servido de base para as reconstituições póstumas sobre a figura e a personalidade daquele Infante. A obra mais importante nesse aspecto é a *Crónica dos Feitos de Guiné*, feita por encomenda do seu sobrinho, o rei D. Afonso V. O rei pretendia que a vida do tio, considerada santa e virtuosa, servisse de exemplo aos príncipes e a

---

<sup>2</sup> António José Saraiva, "Zurara, Gomes Eanes", in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. VI, Porto, Figueirinhas, s.d., pp. 358-359. Para uma informação mais completa sobre a vida de Zurara veja-se Francisco Maria Esteves Pereira, "Vida de Gomes Eanes de Zurara", in *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, e António J. Dias Dinis, "Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara", in *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

todos aqueles que tomassem conhecimento dela, inclusive os estrangeiros, para acrescentamento da sua glória.<sup>3</sup> Dois objectivos nortearam, assim, a obra: o memorial e o enaltecimento do Infante D. Henrique. Deste modo, como muito bem notou Vitorino Magalhães Godinho, o relato tem pouco valor para conhecer realmente o homem, mas permite apreender os valores da época e o estereótipo que serviu de modelo à imagem exemplar do Infante.

A *Crónica dos Feitos de Guiné*, iniciada provavelmente em 1453, não poupou os encómios ao homem que tinha demonstrado total lealdade ao rei D. Afonso V, colocando-se ao seu lado na batalha de Alfarrobeira contra o próprio irmão, D. Pedro. Mas já na *Crónica da Tomada de Ceuta*, dois anos antes, tinha esboçado o retrato de um príncipe dominado por grande fervor guerreiro e indómita coragem. Há dois factores que podem explicar o panegírico feito por Zurara: a sua concepção da História e a conjuntura em que as obras foram escritas. Na sua perspectiva, a finalidade dos historiadores consistia em perpetuar a memória daqueles que se tinham destacado por nobres feitos, especialmente os que tinham sido realizados pela "fortaleza" e o "trabalho das armas".<sup>4</sup> As suas crónicas caracterizam-se pelas narrativas de tipo cavaleiresco e senhorial, onde os feitos guerreiros ocupam um lugar destacado e hiperbólico. Nesses relatos Zurara não perdia de vista o objectivo de obter o reconhecimento régio e a devida recompensa para os protagonistas das conquistas e das numerosas expedições, realizados ao longo da costa africana. É o que deixa entender quando declarou, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, que averiguou os feitos de todos os senhores que tomaram parte na conquista da cidade, "conhecendo bem que a vontade de el-rei meu senhor é saber perfeitamente todos os merecimentos de seus naturais, para honrar a memória dos mortos e remunerar os vivos pelos trabalhos de seus pais ou deles mesmos".<sup>5</sup>

3 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização, 1973, p. 4.

4 *Ibid.*, cap. XCVI, p. 406.

5 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El rei D. João I*, Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 227.

Na plêiade dos nobres que povoam as suas obras destaca-se o "príncipe pouco menos que divinal", nas palavras do cronista.<sup>6</sup> Na invocação inicial da crónica pede a contemplação do visado se as suas "grandes virtudes" e a excelência dos seus "grandes e nobres feitos" não forem suficientemente valorizados devido à ignorância ou rudeza do engenheiro do narrador.<sup>7</sup> O recurso a esta imagem comum na retórica da época mostra bem que o seu propósito consistia em imortalizar a glória e a fama de tão nobre príncipe.

As suas obras foram escritas numa conjuntura de reforço do poder senhorial, depois do desastre de Tânger (1437) e da batalha de Alfarrobeira (1449). O contexto permite compreender melhor a preocupação de Zurara em salientar os feitos da nobreza e em engrandecer a figura do homem que tinha comandado uma fracassada expedição ao norte de África e, já na altura, era apontado como um dos responsáveis pela desgraça do irmão. Zurara exaltou a lealdade do Infante D. Henrique ao rei e senhor: "justamente posso dizer que lealdades dos homens de todos os seculos foram nada em comparação da sua".<sup>8</sup> Mas uma opinião diversa perpassa nas páginas da *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, de Rui de Pina, onde acusou D. Henrique de não ter defendido o príncipe das sete partidas com "aquella fortalleza e escarmento, que elle seu Irmão devya e o mundo esperava, o que lhe fora bem possyvel se quiser".<sup>9</sup> Deixa entrever, deste modo, um tom crítico e desfavorável à atitude que D. Henrique tomara no conflito que opusera o ex-regente, D. Pedro, e o rei, D. Afonso V. De igual modo, o seu afã de conquistas em Marrocos e a sua intransigência quanto ao resgate do Infante D. Fernando também foram alvo do reparo de Rui de Pina. Uma versão diferente foi apresentada por frei João Álvares, na *Vida do Infante D. Fernando*, que dedicou a D. Henrique, onde o ilibou das pesadas responsabilidades que lhe queriam imputar na tragédia fatal.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. II, p. 13.

<sup>7</sup> *Ibid.*, cap. II, p. 18.

<sup>8</sup> *Ibid.*, cap. V, p. 31.

<sup>9</sup> Rui de Pina, *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. XC, p. 703.

<sup>10</sup> Vide António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. I, Lisboa, s.n., 1950, pp. 560-563.

Os príncipes da dinastia de Avis, filhos de um rei bastardo que chegou ao poder pelas armas, contra a vontade de um sector importante da nobreza tradicional, estavam bastante preocupados em afirmar a sua posição no topo da hierarquia da sociedade portuguesa. Procuraram, deste modo, aparecer aos olhos dos coevos e dos vindouros como modelos da cultura cavaleiresca e senhorial então dominante nas cortes europeias. Com esse intuito não só assinaram obras de proveito e exemplo, mas também encomendaram aos cronistas a narrativa heróica das suas vidas. O Infante D. Henrique não se destacou pela escrita como os dois irmãos mais velhos, mas não deixou ao acaso a composição da sua imagem e dos seus méritos. Zurara foi o seu cronista e panegirista, de acordo com os valores e a retórica típica da época.

Na *Crónica da Tomada de Ceuta*, a principal fonte do relato dos acontecimentos parece ter sido o próprio D. Henrique, cuja acção aparece bastante valorizada. Na *Crónica dos Feitos de Guiné*, Zurara ter-se-ia servido de escritos deixados por Afonso de Cerveira para narrar as múltiplas peripécias das sortidas ao longo das costa africana, mas é claramente da sua pena o elogio do Infante D. Henrique.<sup>11</sup>

A obra de Gomes Eanes da Zurara lançou os alicerces do mito henriquino que foi, posteriormente, burilado e desenvolvido através de muitos contributos. Logo no prólogo da *Crónica de Guiné*, o cronista informa que "tudo o que segue foi feito por sua ordenança e mandado, não sem grandes despesas e trabalhos".<sup>12</sup> Firmou, assim, a tradição de atribuir à diligência e vontade férrea do Infante D. Henrique o arranque dos descobrimentos portugueses. Noutro passo da crónica, anotou ainda os murmúrios da plebe contra as grandes armações e as tamanhas despesas de D. Henrique, sem que se vislumbassem resultados promissores. E acrescentou que não era só o povo que murmurava, "os outros maiores falavam em isso quasi por maneira de escarnho, tendo que eram despesas e trabalhos de que não podia vir algum proveito".<sup>13</sup> Mas quando viram as

<sup>11</sup> Sobre a polémica em torno desta crónica veja-se Duarte Leite, *Acerca da Crónica dos Feitos de Guiné*, Lisboa, Bertrand, 1941.

<sup>12</sup> Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. 1, p. 9.

<sup>13</sup> *Ibid.*, cap. XVIII, p. 98.

ricas presas e os elevados rendimentos excitou-se-lhes a cobiça e começaram a pedir licença ao Infante para ir às terras donde vinham os mouros. A figura de D. Henrique eleva-se das suas páginas como realizador solitário e tenaz de empreendimentos de que a maioria desdenhava por não ver o seu proveito imediato.

Dentro do quadro ideológico em que se movia, Zurara atribuía aos senhores os mais nobres desígnios, enquanto que os outros grupos sociais só eram movidos pela mira dos proventos materiais e por sentimentos vis, como a já referida cobiça. Logo no início da sua crónica, quando apresentou as razões que teriam motivado o Infante D. Henrique, começou por falar da vontade que este tinha de conhecer as terras que ficavam além das ilhas Canárias e do cabo chamado do Bojador. A empresa era arrojada e só poderia ser levada a cabo por um senhor, visto que " nenhuns mareantes nem mercadores nunca se disso intrrometeriam, porque claro está que nunca nenhuns daqueles se trabalham de navegar senão para donde conhecidamente esperam proveito".<sup>14</sup>

Na narrativa dos feitos da Guiné, salienta-se a atitude desinteressada do duque de Viseu e governador da Ordem de Cristo. Nas cinco razões que o moveram para descobrir o litoral africano, só uma diz respeito às expectativas materiais que não são para benefício pessoal, mas para trazer muitas mercadorias para o reino. Das outras, a primeira refere-se à vontade de saber a verdade, duas reportam-se à guerra contra os infiéis, em que sobressaem a necessidade de conhecer o seu poderio e a busca de aliados cristãos, e a quinta alude ao grande desejo de expandir a fé. O combate aos muçulmanos e o proselitismo religioso avultam como as motivações principais que o próprio do Infante D. Henrique tinha, muito provavelmente, apresentado ao seu cronista. O que estava em perfeito acordo com os valores e a mentalidade da época.

A visão do mundo subjacente na *Crónica dos Feitos de Guiné* ainda está imbuída de concepções típicas da medievalidade. Por um lado, pode-se salientar a importância dos feitos guerreiros e a valorização do papel dos senhores e da nobreza, de tal modo que a narrativa dos desco-

<sup>14</sup> *Ibid.*, cap. VII, p. 44.

brimentos propriamente ditos ocupa um espaço reduzido; por outro lado, destaca-se o lugar determinante atribuído às forças transcendentais no fio condutor dos acontecimentos, nomeadamente o acaso-fortuna e a intervenção divina. Por isso, a sexta razão, apontada por Zurara como a mais determinante da vida e da obra do Infante D. Henrique, foi a predestinação astral. Sem uma conjunção especial das rodas celestiais não se teria o príncipe inclinado para realizar "trautos e conquistas [...] lealmente feitas e a prazer de seu rei e senhor".<sup>15</sup> A graça divina pode, na perspectiva cristã de Zurara, contrariar as predestinações negativas dos astros ou reforçar ainda mais aquelas que são positivas, como teria acontecido com a excelente constelação que determinou os sucessos da vida de D. Henrique.

O retrato físico esboçado pelo cronista é parco na descrição e no pormenor. Parece que não sobressaía pela beleza, porque Zurara começou logo por avisar que as feições bem proporcionadas não correspondem às virtudes e à fama e que a "fremusura corporal não é perfeito bem".<sup>16</sup> Foi um homem de boa estatura, largo, pesado e forte, com os cabelos alevantados e a tez morena, devido às longas exposições ao ar livre. Infundia temor à primeira vista e era capaz de explosões de cólera, se bem que poucas vezes. De modo geral, tinha os gestos calmos e a palavra mansa, com tendência para ser vagaroso nalgumas coisas por força da vontade e do senhorio que exercia sobre a *freima* da sua maneira de ser. Era um indivíduo contido, que refreava uma natureza forte, como convinha a alguém da sua posição social.

Do ponto de vista psicológico e moral, o testemunho de Zurara não poderia ser mais elogioso e de acordo com os esteriótipos dominantes. Grandeza e magnanimidade eram os atributos, geralmente, conferidos aos indivíduos de elevada condição social e o cronista não os regateia ao seu príncipe. Apesar de não ter coroa, o Infante teve uma grande casa e "mais e melhor gente" que qualquer outro.<sup>17</sup> Tanto os nacionais como os estrangeiros beneficiaram com o seu acolhimento e hospitalidade. "For-

---

<sup>15</sup> *Ibid.*, cap. VII, p. 47.

<sup>16</sup> *Ibid.*, cap. IV, p. 21.

<sup>17</sup> *Ibid.*, cap. IV, p. 22.

taleza de coração” e “agudeza de engenho” ter-se-iam conjugado para o tornar “cobiçoso” de realizar “grandes e altos feitos”, não se poupando a “grandíssimo trabalho” para levar a bom termo os seus designios. Possuía todas as virtudes cristãs no mais elevado grau e afastaria de si a luxúria e a avareza. Como último retoque das suas virtudes, o Infante mantivera-se casto durante toda a vida, não hesitando Zurara em afirmar que “virgem o recebeu a terra”.<sup>18</sup>

Os heróis do romance de cavalaria mais lido na época - a *Demanda do Santo Graal* - também primavam pela castidade. O mais inumanamente perfeito de todos, Galaaz, conserva-se virgem e é admitido à graça permanente do Santo Graal, como prémio do seu sacrifício e elevada virtude. Parece ser este modelo de cavaleiro austero e virtuoso que inspirou o retrato moral do Infante D. Henrique,<sup>19</sup> delineado pelo seu cronista para a posteridade. Uma interpretação que é tanto mais plausível quanto são conhecidos os propósitos moralizadores da corte de Avis e sabe-se que existia um volume da *Demanda* na biblioteca de D. Duarte.<sup>20</sup> Além da “limpa castidade”, o príncipe não bebia vinho nem era dado a outros prazeres mundanos; só se excedia em jejuns quase metade do ano. Também era “constante nas adversidades” e nas “prosperidades humildoso”, como convinha a um espírito cristão. Cumpridor exemplar dos mandamentos da Igreja e dos rituais do culto, o “seu coração nunca soube que era o medo, senão de pecar”.<sup>21</sup>

O Infante D. Henrique possuía, em suma, todos os predicados morais de um bom cristão e a grandeza de um verdadeiro senhor do seu tempo. Por isso, ter-se-ia distinguido como um homem de “grande conselho e autoridade, avisado e de boa memória”, sem deixar de ser também um vassalo que não descurava a “obediência e reverência”.<sup>22</sup> Tinha grande amor à “cousa publica destes reinos” e deleitava-se no “trabalho das

<sup>18</sup> *Ibid.*

<sup>19</sup> Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hermâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 311.

<sup>20</sup> António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 317-318.

<sup>21</sup> Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. IV, p. 25.

<sup>22</sup> *Ibid.*, cap. IV, pp. 23-24.

armas, especialmente contra os inimigos da santa fé", apesar de desejar a paz com todos os cristãos.<sup>23</sup> Como senhor de elevado estado e condição social só revelava uma fraqueza: o excesso de *benignidade* que o levava a não ser inteiramente justo na forma como distribuira as benesses entre os seus criados, premiando alguns que estavam longe de merecê-lo.<sup>24</sup>

Em suma, de Gomes Eanes de Zurara herdámos o escopo da visão mítica do Infante D. Henrique: herói solitário e grandioso, modelo de perfeitas virtudes, que lutou de forma tenaz e desinteressada para descobrir a verdade e servir Deus e o reino.

---

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> *Ibid.* cap. IV, p. 24.

## As Duas Visões de Rui de Pina

Quando o Infante D. Henrique morreu, em 1460, Rui de Pina andaria por volta dos vinte anos de idade. Foi homem de confiança de D. João II, que o encarregou de várias missões diplomáticas. Desempenhou a tarefa de cronista ainda em vida daquele rei, mas em simples comissão de serviço, porque o lugar pertencia a Vasco Fernandes de Lucena. Já no reinado de D. Manuel I tornou-se cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo e da livraria real. Com o seu nome existem nove crónicas, mas as que se referem ao Infante são as crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V. A autoria dessas obras e a veracidade do relato sobre as responsabilidades da expedição a Tânger têm sido objecto de controvérsia entre os historiadores,<sup>25</sup> mas o que nos importa registar é a versão dos acontecimentos apresentada nestes textos pelo impacte que tiveram na imagem posterior do Infante D. Henrique, sem qualquer preocupação de entrar nessa polémica.

A crónica do rei D. Duarte é quase toda dedicada ao relato da expedição a Tânger e das suas penosas consequências. Nela, Rui de Pina atribuiu aos Infantes D. Fernando e D. Henrique a responsabilidade de se ter passado a África pela segunda vez. Descreveu um duque de Viseu ardiloso, capaz de servir-se de todos os meios para pressionar o irmão mais velho a aceitar a empresa. O rei aparece como uma personalidade fraca, indecisa, que se deixa convencer pelo requerimento da rainha D. Leonor,<sup>26</sup> devida-

25 Veja-se sobre o assunto Domingos Maurício, "D. Duarte e as responsabilidades de Tânger" in *Brotéria. Fê-Sciência-Letras*, vol. XIII, Fasc. VIII, Lisboa, Julho 1931, pp. 19-27; Duarte Leite, *História dos Descobrimientos. Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, pp. 151-152; António Borges Coelho, "Prefácio" in Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, Edição organizada por António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966, p. 16.

26 Zurara, na *Crónica de D. Duarte de Meneses*, afirma que constava que D. Duarte resolvera efectuar a expedição a requerimento da rainha e aprecia o carácter do rei nos seguintes termos: "ainda que ele muito virtuoso fosse, não abastava porém na fortaleza como convinha para tamanha dignidade" (in "Colecção de livros inéditos da história portuguesa", vol. II, 1792, cap. XXV, p. 83)

mente industriada pelo cunhado.

O Infante D. Henrique comandou a expedição. Rui de Pina descreveu-o como um homem que pelejava com valentia e grande ânimo. Porém, não respeitava os conselhos ou a prudência e acabou por falhar como estratega e general. A narrativa é impressionante de pormenores e vemos os desaires sucederem-se por causa da deficiente coordenação. Demoraram sete dias a montar o arraial e a preparar-se para atacar a cidade, dando tempo aos mouros para organizarem bem a defensiva e fecharem as portas a pedra e cal. O primeiro assalto é um fracasso desastroso, pois as "escallas e engenhos" que deveriam permitir trepar os muros não eram de tamanho suficiente e faltavam bombardas grossas, além de pedra e pólvora em quantidade suficiente, para provocar danos de monta nas muralhas da cidade. Foi preciso mandar buscar na praça de Ceuta o que faltava e esperar para se tentar nova investida sobre a cidade. Entretanto, enquanto se montava o acampamento e já depois do primeiro assalto, os cavaleiros não desistiam de fazer surtidas pelos campos, em escaramuças e recontros que desgastavam as forças dos portugueses. Até que chegaram os reforços mouros para socorrer a cidade sitiada, constituídos por grande quantidade de homens a cavalo e a pé. O Infante D. Henrique saiu do acampamento a dar-lhes combate e só no regresso da peleja se apercebeu que precisava de mandar guardar com maior diligência o arraial, isto é, a sua indispensável retaguarda.<sup>27</sup> No segundo assalto à cidade, catorze dias depois do primeiro, os erros foram ainda mais clamorosos: o Infante concentrou o ataque num ponto do muro e as cordas arderam logo com o fogo de alcatrão e muito linho que lançavam de cima, enquanto os mouros assestavam a artilharia naquela zona para repelir os atacantes, ferindo muitos cristãos e matando sete.<sup>28</sup> Depois dessa investida fizeram uma deradeira tentativa mais desastrada que as anteriores, ficando sem as tendas, as bombardas e a artilharia, numa retirada apressada para o acampamento. Os episódios seguintes mostram-nos os sitiados cercados pelos

---

27 Rui de Pina, "Chronica do Senhor Rey D. Duarte", in *Crônicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. XXVI, p. 545.

28 *Ibid.*, p. 548.

mouros, lutando contra a fome, a sede e para salvar a vida. Trouxeram um refém importante e deixaram outro igualmente valioso, como penhor da entrega de Ceuta, o Infante D. Fernando.

Derrotado e com a mágoa de ver o irmão prisioneiro dos mouros, o Infante D. Henrique não esmoreceu no desejo de combater os infiéis. Rui de Pina mostrou-o muy firme contra a entrega de Ceuta e a defender que se devia reunir outro exército, mobilizando forças do reino e dos reis cristãos, parentes e amigos de D. Duarte, para resgatar D. Fernando.<sup>29</sup>

Na crónica de D. Afonso V, Pina apresentou o Infante D. Henrique a procurar conciliar as posições de D. Leonor e de D. Pedro no conflito que os opôs por causa da regência, acabando por apoiar decididamente o irmão. Mas, quando este entrou em litígio com o sobrinho, o cronista acusou-o de ter faltado ao Infante D. Pedro com "aquele verdadeiro amor, favor, e ajuda que como Irmão e amigo lhe devia" e de não ter sido perseverante na sua defesa perante o jovem rei.<sup>30</sup> Imputou-lhe, deste modo, responsabilidade no desenlace fatal da batalha de Alfarrobeira, que conduziu à morte de D. Pedro e ao abatimento da sua grande casa senhorial.

Estes episódios menos abonatórios do Infante D. Henrique não foram ignorados nos relatos posteriores. Duarte Nunes do Leão (1530?-1608), que se limitou a "reformatar" as crónicas de Portugal anteriormente escritas, seguiu o relato de Rui de Pina e tornou a figura ainda mais antipática. Colocou na boca do Infante o parecer que "não cumpria á christandade o largarse Ceuta, por a redempção de seu irmaõ", o que era tanto mais duro quanto tinha sido o principal responsável pela temerária empresa. Responsabilizou-o também pelo mau fim do Infante D. Pedro e retratou-o como um homem austero e pouco amoroso, a quem faltava a experiência da paternidade para desenvolver a sensibilidade e a capacidade de se conder dos males alheios.<sup>31</sup>

Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) reproduziu, por sua vez, a versão do último, na *Europa Portuguesa*, editada já em pleno domínio filipino.

<sup>29</sup> *Ibid.*, cap. XLII, p. 571.

<sup>30</sup> *Idem, ibid.*, "Chronica de D. Afonso V", cap. CVI, p. 725.

<sup>31</sup> Duarte Nunes do Leão, "Chronica, e Vida del Rey D. Duarte" in *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado ...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XVI, p. 769.

Acusou-o, ali, de ter sido frouxo e seco a defender o regente, mas com a atenuante de que não teria podido empenhar-se muito por ele, porque os acusadores fá-lo-iam cúmplice do irmão aos olhos do rei.<sup>32</sup> Contudo, não deixou de referir que se murmurou muito naquele tempo contra o facto de ter abandonado o irmão à sua sorte, no momento decisivo.<sup>33</sup> Também teria deixado o outro irmão morrer na escravatura, porque devido à sua natureza avessa a ter filhos lhe faltava amor.<sup>34</sup>

No século XVIII, D. António Caetano de Sousa fez eco dessas opiniões sobre a atitude de D. Henrique em relação aos irmãos, mas desvalorizou-as ao escrever que "as virtudes, e zelo do Infante D. Henrique, que tanto se empregarão em serviço destes reynos, não podem admitir a mais leve mancha na gloria, que o immortaliza com especulações tão mal fundadas".<sup>35</sup> O seu primeiro biógrafo, Francisco José Freire, também aludiu aos mesmos reparos, mas para o ilibar de culpas. Atribuiu à *prudência* o facto do Infante não ter tomado o partido do irmão regente; enquanto que a acção fracassada de Tânger dever-se-ia aos "brios de mocidade valerosa". Nesta linha, opor-se à entrega de Ceuta para resgatar o Infante D. Fernando era somente uma forma de "manter o triunfo de Deus". Assim, o árcade Cândido Lusitano concluiu no seu panegírico que havia poucos príncipes como ele nos Fastos da Heroicidade.

Apesar dos aspectos menos favoráveis da imagem do Infante que se encontram nas páginas de Rui de Pina, na crónica de D. Afonso V dedicou um breve capítulo à notícia do seu falecimento, onde se limitou a salientar os seus feitos, bondade e virtudes. Seguiu o estereótipo já presente nos escritos de Gomes Eanes de Zurara. O Infante D. Henrique foi um príncipe tão perfeito que, segundo o cronista, se tornava incorrecto especificar somente algumas das suas virtudes. Mesmo assim, não deixou de destacar a "inteira e firme lealdade a Elrey", o que poderia justificar a sua

32 Manuel de Faria y Sousa, *Europa Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Antonio Craesbeock de Mello Impressor de S. Alteza, 1679, Tomo II, Parte III, Cap. III, p. 374.

33 *Ibid.*, p. 376.

34 *Ibid.*, Tomo II, Parte III, Cap. II, p. 349.

35 D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora Limitada, 1946, p. 65.

atitude em Alfarrobeira.<sup>36</sup> Em seguida, referiu o "fervente amor e continoia devoçam pera Deos", aliado à "humanidade e nobreza para os homens" e à magnanimidade própria de um verdadeiro Príncipe. Também não se esqueceu do "esforço do maravylhoso engenho e muyta prudencia", aos quais se juntavam a honestidade e a sobriedade no traje e nas palavras, bem como uma vida de castidade. Contudo, Rui de Pina mostra alguma reserva em relação à virgindade, dizendo cautelosamente que "segundo o que se creio, virgem o comeo a terra".<sup>37</sup> Sobre a paternidade do início da expansão e dos descobrimentos, Rui de Pina veiculou a tradição que já estava perfeitamente estabelecida à data da sua crónica: "sempre se atribuyram á honra, memorya, louvor, e merecimento deste virtuoso Principe e Yfante Dom Anrique, como a causa e primeiro inventor de tanto bem".<sup>38</sup> É curiosa a forma como o cronista se tornou porta-voz de uma certa memória e, ao mesmo tempo, se distanciou da informação que transmite ao utilizar o verbo atribuir e o impessoal. Já antes nos tinha apresentado um Infante D. Henrique "aconselhado e esforçado", ou movido pela inspiração divina, a suspirar pela "santa honrada e proveitosa conquista de Guiné"<sup>39</sup> e a pedir ao Papa que doasse à coroa portuguesa todas as terras descobertas, desde os cabos Não e Bojador até aos Índios, inclusivamente. Fica a impressão que Rui de Pina considerava o empreendimento demasiado grandioso para poder ser atribuído a um único homem ou, então, tinha conhecimento que aquele filho de D. João I foi somente a face visível de um projecto gizado por um escol dirigente. Mas a subtilidade das palavras de Rui de Pina foi ignorada nos textos posteriores e ficou somente a ideia de que a paternidade da expansão e dos descobrimentos teria cabido ao Infante D. Henrique.

Rui de Pina estabeleceu, claramente, uma cronologia da expansão e dos descobrimentos portugueses que começa com as primeiras viagens pelo oceano que permitiram *achar* as ricas e férteis ilhas da Madeira, continua com a conquista da Guiné e as navegações efectuadas até à Serra

36 Rui de Pina, "Chronica de D. Afonso V", *op. cit.*, cap. CXLIV, p. 791.

37 *Ibid.*, p. 793.

38 *Ibid.*

39 *Ibid.*, pp. 791-792.

Leoa, ainda em vida do Infante, para culminar no descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Atribuiu ao rei D. João II o propósito claro de não cessar as navegações, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, até chegar à Índia.<sup>40</sup> Só o falecimento do monarca impediu que se concretizasse o plano durante o seu reinado, mas D. Manuel I deu continuidade ao projecto do seu antecessor. O cronista é bastante preciso quanto à autoria da ideia de chegar à Índia circum-navegando a África, apesar de algumas linhas antes ter referido a famosa bula do Papa, cujo nome confundiu,<sup>41</sup> que concedia a Portugal o senhorio de todas as terras descobertas até aos *Índios*. Parece que estes índios seriam os povos da Etiópia, onde se situava o reino lendário do Preste João, no século XV.<sup>42</sup> Não teria sido no tempo do Infante D. Henrique delineado ainda o projecto de atingir a Índia das especiarias, como mais tarde se pretendeu.

Contudo, o texto de Rui de Pina deixa perceber que havia uma vontade política da coroa portuguesa em relação à empresa global das navegações, descobrimentos e conquistas. O Infante D. Henrique votou a sua vida a esses empreendimentos muito bem “aconselhado e com muyto proveito do Reino”,<sup>43</sup> mas o facto destes terem continuado nos reinados de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manuel I mostra que não se tratou de algo de carácter particular e muito menos circunstancial.

Depois de enunciar brevemente as imensas riquezas e poder que advieram da expansão para a coroa portuguesa, Rui de Pina não se esqueceu de frisar que o principal fim e intento “he servir Deos, e divulgar e exalçar sua Santa Fé sempre”.<sup>44</sup> E acrescentou ainda que toda a Cristandade seria beneficiada com a acção dos reis portugueses a favor da expansão do cristianismo e contra as seitas, as idolatrias e as forças inimigas dela. Portu-

40 *Ibid.*, p. 792.

41 Rui de Pina refere Martinho V, mas trata-se de uma bula de Nicolau V. Posteriormente, foi confirmada por Calisto III, que o cronista não refere na sua enumeração (cf. Duarte Leite, *op.cit.*, vol. I, pp. 112-113).

42 *Ibid.*, pp. 100-101.

43 Rui de Pina, “Chronica de D. Afonso V”, *op. cit.*, cap. CXLIV, p. 792.

44 *Ibid.*, p. 792.

gal emerge, nas palavras de Pina e, já antes dele, nas de Zurara, como paladino e vanguarda do expansão cristã. Deste modo, o Infante D. Henrique só poderia ser um modelo de perfeição à altura da missão de que estava incumbido e que as bulas papais acabaram por sancionar.

Estamos no caminho da santificação do homem a quem é provável que tivesse cabido, na partilha das responsabilidades dirigentes entre os filhos de D. João I, a tarefa de dar a cara pela empresa das navegações marítimas e de ser o responsável por uma missão considerada de grande significado e valor para toda a Cristandade. Contudo, nem Zurara nem Rui de Pina chegaram ao ponto de santificar o Infante D. Henrique. Estavam demasiado próximos dos acontecimentos e do homem para que isso fosse possível. Na *Crónica dos Feitos de Guiné*, o panegirista do Infante D. Henrique usou expressões como "Ó tu, Príncipe pouco menos que divinal!",<sup>45</sup> para enaltecer a grandeza do seu protector. Referiu-se mesmo ao "Santo Príncipe!",<sup>46</sup> quando quis destacar que não se maculava por interesses mesquinhos e pretendia salvar as almas dos cativos que os seus capitães traziam para o reino. No primeiro caso, trata-se de uma fórmula que era habitualmente usada para engrandecer personagens de elevada condição social e, no segundo, de mostrar que as riquezas materiais nada significavam quando comparadas com a libertação das almas dos indivíduos aprisionados, que era a "santa intenção" de D. Henrique. Estas subtilezas da retórica dos cronistas foram obliteradas pelo tempo e a distância em relação ao homem de carne e osso tornou possível vê-lo como um santo, como iremos mostrar mais adiante.

<sup>45</sup> Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. II, p. 13.

<sup>46</sup> *Ibid.*, cap. XIV, p. 79.



## Outros Testemunhos e a Perspectiva Humanista

A aura de perfeição e castidade ficou bem assinalada noutros testemunhos e relatos. Cadamosto, o navegador e mercador veneziano que descobriu quatro ilhas do arquipélago de Cabo Verde, recordou-o inteiramente devotado à milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, guerreando os bárbaros e combatendo pela fé, sem nunca ter querido tomar mulher e sob grande castidade.<sup>47</sup> Quanto a este último ponto, Vitorino Magalhães Godinho notou ligeira discrepância entre as duas edições das *Viagens* que deixam a dúvida se D. Henrique não quis casar, por grande castidade, ou não quis casar, conservando-se em grande castidade na sua juventude.<sup>48</sup>

António de La Salle também deixou o testemunho de um Infante ainda jovem, com cerca de dezoito ou vinte anos, belo e de corpo grande e forte, do qual se dizia que era verdadeiramente casto.<sup>49</sup> O que coincide com a ideia vinculada por Zurara, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, segundo a qual aos vinte e dois anos o Infante D. Henrique "era pouco de damas".<sup>50</sup> Extraí-se destas notas a imagem de um homem austero e pouco dado à sensualidade.

O relato de Diogo Gomes, inserto no *Manuscrito de Valentim Fernandes*, cuja redacção coube a Martim Behaim, ou Martinho da Boémia, feito de memória pelo almoxarife de Sintra, já em fase adiantada da sua

47 P. 4 da edição Franco Machado do texto quatrocentista. Vitorino Magalhães Godinho, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos" in Duarte Leite, *op. cit.*, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 376.

48 *Ibid.*, pp. 376-377.

49 *Apud* Joseph Nève, *Antoine de La Salle: Sa vie et ses ouvrages*, Bruxelles, Champion, 1903, p. 145.

50 Cit. Vitorino Magalhães Godinho, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos" in Duarte Leite, *op. cit.*, vol. II, p. 375

vida, acrescentou um pormenor muito significativo para a aura mítica do Infante D. Henrique. Contou ele que o rei D. Afonso V lhe mandou observar se o corpo, sepultado na igreja de Santa Maria de Lagos, estava decomposto, porque pretendia trasladá-lo para o mosteiro da Batalha. Ora, quando se aproximou do defunto, constatou que o corpo estava seco e são, excepto na ponta do nariz, e envolto num cilício áspero de crina de cavalo.<sup>51</sup> Segundo Diogo Gomes, o seu senhor ficara virgem até à sua morte e levava uma vida tão virtuosa que o corpo se mantivera incorrupto. Este testemunho de um velho servidor do Infante D. Henrique, apesar de não ser corroborado por outras fontes, parece indicar que, nos finais do século XV, se estabelecera em torno do Infante uma certa auréola de santidade e de homem favorecido por especial protecção divina.

Duarte Pacheco Pereira nasceu por volta do ano em que faleceu o Infante D. Henrique. No *Esmeraldo de Situ Orbis*, redigido entre 1505 e 1507-08, referiu o duque de Viseu como "muito excelente Príncipe, prudente e virtuoso baram", o qual mandara descobrir terras "alumiado da graça do espirito santo e mouido por divinal misterio".<sup>52</sup> Mais adiante, reforçou a ideia da inspiração divina e apresentou-o como alguém escolhido por Deus para empreender os descobrimentos.<sup>53</sup> Certamente por isso, o Infante D. Henrique é descrito, no relato de Pacheco Pereira, como um homem que se aparta da maldade e fadigas do mundo e se isola na sua vila da Terçanabal, no Sacro Promontório. Viveu de forma casta e virtuosa, sem beber vinho nem praticar outros vícios, e trazia um cilício em redor das suas carnes.<sup>54</sup> Nesta narrativa, imbuída de misticismo, a missão de descobrir a Guiné foi revelada por Deus a D. Henrique. Além disso, referiu-se ao saber do príncipe, que considerou a par da bondade e da liberalidade como virtudes dignas de louvor, mas não foi mais explícito sobre esta controversa questão.

---

51 Diogo Gomes, *As relações do descobrimento da Guiné, das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, Versão do latim de Gabriel Pereira, Lisboa, s.n., 1899, p. 21.

52 Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, Edição de Augusto Epiphany da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1905, p. 14.

53 *Ibid.*, cap. 22, p. 69.

54 *Ibid.*, cap. 22, p. 68.

Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina ignoraram a sabedoria no retrato elogioso que dele traçaram, apesar de não se esquecerem de mencionar a cultura dos irmãos, D. Duarte e D. Pedro.<sup>55</sup> Outros testemunhos coevos, nomeadamente o de Cadamosto na versão mais antiga, o de Mateus Pisano e o de Diogo Gomes, também são omissos sobre o grande saber que mais tarde viria a ser imputado ao Infante, o que levou Duarte Leite a concluir "que não era notável para o tempo sua cultura científica".<sup>56</sup>

Duarte Pacheco Pereira foi, assim, o primeiro a anotar essa prenda, mas com tal parcimónia de expressão que parece indicar que a lenda começava somente a esboçar-se. Foram os cronistas seguintes, em particular João de Barros e Damião de Góis, que acrescentaram à glória do Infante D. Henrique o dom da sabedoria.

João de Barros (1496-1570) referiu o amor do Infante pelas letras sagradas e apresentou-o como um estudioso das humanas, especialmente da cosmografia.<sup>57</sup> A sua dedicação ao saber traduziu-se na protecção dada à universidade de Lisboa. Noutro capítulo, deu a entender que D. Henrique examinara as tábuas de Ptolomeu.

Damião de Góis (1502-1574) mostrou-se mais prolixo acerca dos estudos do Infante D. Henrique, principalmente de astrologia e de cosmografia, e enumerou os autores clássicos onde teria bebido as informações que lhe permitiram formular a ideia de chegar à Índia circum-navegando as costas africanas. De acordo com a tradição clássica, o humanista português resumiu as antigas e fabulosas navegações do Ocidente para o Ori-

55 Uma passagem da *Crónica dos Feitos de Guiné* tem sido incorrectamente interpretada, tirando-se a conclusão que o Infante D. Henrique possuía grande conhecimento sobre o movimento dos corpos celestiais. De facto, tal saber é atribuído a Atlas, como se pode constatar na edição diplomática da referida crónica: "Tanta era a continuação de seu trabalho e per tam aspera maneira/ que assy como os puetas fingirom que Atallas o gigante sostijinha os ceos com os ombros/ pella grande sabedorya que em elle auya acerca dos mouymetos dos corpos celiestriaaes./ Assy as gentes do nosso regno trazya em uocabullo que os grandes trabalhos deste principe/ quebratauam as altezas dos montes" Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, estudo crítico e anotações Torquato de Sousa Soares, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, cap. IV, p. 28.

56 Duarte Leite, op. cit., vol. I, p. 154.

57 João de Barros, Ásia, *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Primeira Década, 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hermâni Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, Livro Primeiro, cap. XVI, p. 66.

ente, narradas por Estrabão, Plínio, Pomponio Mela, Heródoto, Aristónico e Cornélio Nepos, cuja leitura atribuiu ao Infante D. Henrique<sup>58</sup>. Teria sido nessas narrativas e nas informações dos mouros *alarues e azenegues* que o duque Viseu fundamentara o projecto de mandar descobrir de novo o caminho marítimo para a Índia.<sup>59</sup> Divergiu de João de Barros quanto a Ptolomeu, que não incluiu entre os oráculos do Infante D. Henrique. O sábio alexandrino prolongava o continente africano ao Sul do Equador de tal forma que o juntava à China, fechando o oceano Índico. Por isso, não podia ter influenciado as decisões do homem que Góis reputava como o autor do projecto de circum-navegar a África para atingir a Índia.

A obra de Damião de Góis introduziu elementos novos na legenda do Infante D. Henrique, de acordo com a mentalidade renascentista. A sabedoria alargou-se bastante e passou a ser o estudo, os trabalhos continuados e o espírito inquiridor, devidamente temperado pela dúvida sobre todas as coisas que procedem dos juízos humanos, as verdadeiras causas dos descobrimentos. Negou, explicitamente, que a inspiração divina tivesse tido alguma interferência nos negócios terrenos comandados por D. Henrique.<sup>60</sup> Também João de Barros não parece partilhar a opinião daqueles que consideravam que a empresa dos descobrimentos "mais lhe fôra revelada que per êle movida",<sup>61</sup> mas sem o afirmar expressamente como fez o autor da *Crónica do Príncipe D. João*. O foco da análise dos cronistas deslocou-se do divino para o humano, do religioso para o secular.

Uma das novidades mais importantes de Damião de Góis consistiu em atribuir ao Infante D. Henrique a intenção de chegar até à Índia. Duarte Leite demonstrou que o passo da *Crónica dos feitos de Guiné*, de Zurara, que contém uma referência do Infante ao desejo de saber "das Indias, e da terra de preste Joham, se seer podesse",<sup>62</sup> se reportava à Etiópia, onde era

---

58 Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. vii, pp. 20 a 22.

59 *Ibid.*, cap. vii, p. 22.

60 *Ibid.*, p. 20.

61 João de Barros, op. cit., cap. II, p. 16.

62 Gomes Eanes de Zurara, op. cit., cap. XVI, p. 86.

localizado o reino cristão do Preste, na primeira metade do século XV.<sup>63</sup> Mas, mesmo admitindo a hipótese que D. Henrique pretendeu saber de todas as Índias, tanto a asiática como a africana na amálgama geográfica da época, a frase não explicita o objectivo de navegar até essas paragens. De igual modo, os outros cronistas e testemunhos até Góis não lhe atribuíram o intento de atingir a Índia,<sup>64</sup> se bem que a forma como alguns relatos estão encadeados suscite problemas complexos de interpretação do pensamento dos autores. É o caso do *Esmeraldo de Situ Orbis* que atribuiu aos papas a outorga a Portugal das regiões africanas ao sul dos cabos Não e Bojador até ao fim de toda a Índia. Os Santos Padres teriam sido guiados pela vontade divina, tal como o Infante em relação à descoberta da Guiné. Essa interpretação das bulas papais, nomeadamente a de Nicolau V e Calisto III, era aquela que mais interessava à Coroa portuguesa, desde que D. João II, ainda príncipe real, se propôs descobrir a via marítima para a Índia e lhe conveio imaginar a doação extensiva ao Oriente.<sup>65</sup> Não admira que esta tese seja defendida por Pacheco Pereira, que foi um dos negociadores do Tratado de Tordesilhas.

A tendência mais vulgar consistia em enaltecer o Infante D. Henrique como iniciador dos descobrimentos que tinham permitido com muita indústria, trabalho e despesa, nas palavras de João de Barros, atingir finalmente a Índia. De tal modo a sua obra foi considerada parte integrante e fundamental do processo subsequente que o rei D. Manuel I mandou erguer um templo sumptuoso no lugar da ermida que D. Henrique tinha dedicado a Nossa Senhora de Belém, para comemorar o sucesso da viagem da armada comandada por Vasco da Gama.<sup>66</sup> Assim, é compreensível que Damião de Góis tenha atribuído ao Infante D. Henrique a paternidade da ideia de chegar à Índia circum-navegando o continente africano, pois se ele era geralmente considerado o iniciador de todo o processo que culminara na chegada dos portugueses às costas do Malabar.

O quadro da memória da expansão e dos descobrimentos estava, agora,

63 Duarte Leite, *op. cit.*, vol. 1, pp. 99-100.

64 Cf. Duarte Leite, *op. cit.*, pp. 102-122.

65 *Ibid.*, p. 108.

66 João de Barros, *op. cit.*, Livro IV, cap. 22.

praticamente completo. Havia um pai, “inventor de tanto bem”, com grande sabedoria e um grandioso plano, que se estendia à Índia. O suporte ideológico era a expansão da fé e a cristianização dos mouros e de todos os gentios. O projecto de conquistas no norte de África e de aliança com o lendário reino do Preste João para combater os muçulmanos dera origem à ideia de tornar Portugal no “Alferes da Fé” no mundo, segundo a expressão de Gil Vicente, no *Auto da Fama*.<sup>67</sup> A grandeza do Príncipe tinha de estar, naturalmente, à altura da grandeza da obra. Mas o centro da acção começava já, sob o influxo das ideias humanistas e da centralização monárquica, a deslocar-se do indivíduo e dos cristãos para o colectivo nacional. Os verdadeiros protagonistas dos acontecimentos passaram a ser os portugueses, na pena de João de Barros. Por isso, n’*Os Lusíadas*, o poema épico da nacionalidade portuguesa, Luís de Camões limitou-se a uma breve referência a D. Henrique, em que se limitou a registar a sua legenda de responsável pelos descobrimentos:

Assim fomos abrindo aqueles mares,  
 Que geração alguma não abriu,  
 As novas Ilhas vendo e os novos ares  
 Que o generoso Henrique descobriu<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Talvez valha a pena lembrar que D. Manuel se intitulava “Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”.

<sup>68</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, Est. IV.

## A Cristalização do Mito

Na segunda metade do século XVI, os contornos da visão mítica do Infante D. Henrique já estavam perfeitamente delineados. A história das navegações, conquistas e descobrimentos dos portugueses era vista como um encadeado sequencial de acontecimentos que, tendo começado com a acção do quinto filho de D. João I e governador da Ordem de Cristo, desembocara no maior feito de sempre - a descoberta do caminho marítimo para a Índia que abria as portas para as especiarias, as pedrarias, as minas, as riquezas e os tesouros orientais<sup>69</sup> que atraíam a imaginação e a cobiça dos homens. Mas o objectivo primacial dos reis portugueses era a expansão da fé cristã e o serviço de Deus, o que as bulas papais não deixavam de confirmar, tornando-os senhores do mundo. Por isso, o "inventor de tanto bem", segundo a expressão de Rui de Pina, foi apresentado pelos cronistas como um homem eleito por Deus para iniciar os descobrimentos, escolhido por ser um príncipe virtuoso e austero, cumpridor dos mandamentos da Igreja e crente. Não poderia ser de outro modo.

### O carácter

O primeiro aspecto importante da construção do mito henriquino refere-se ao carácter da personagem. João de Barros reproduziu o panegírico de Zurara, em linhas gerais, e foi a principal fonte, durante praticamente três séculos. Depois de indicar a filiação de D. Henrique, Barros destacou a "excelência do sangue", donde procediam todas as inclinações da pessoa, na sua opinião.<sup>70</sup> Quanto às características mais notáveis da persona-

69 Rui de Pina, *op. cit.*, "Chronica do Senhor Rey D. Afonso V", cap. CXLIV, p. 793.

70 João de Barros, *op. cit.*, p. 65 e seqs.

lidade, reencontramos um homem calmo, contido, mas sujeito a ira. Era de tal modo benigno e magnânimo que a sua casa foi uma "escola de virtuosa nobreza", onde se criou a maior parte da fidalguia do reino às expensas da liberalidade do seu patrono. Os mais elevados predicados morais faziam do Infante um exemplo e um modelo para os jovens, salientando Barros a "limpeza da alma", a humildade bem cristã e a religiosidade, a tal ponto que "toda a sua vida pareceu ua perfeita religião". Era um indivíduo capaz de realizar grandes empresas, como convinha aos de sangue real, mas temperado por "muita indústria e prudência".

Este retrato, mais de carácter moral do que psicológico, foi repetido nos séculos seguintes. Duarte Nunes do Leão descreveu-o como um "príncipe mui virtuoso e de vida continente".<sup>71</sup> Pedro de Mariz seguiu esta ordem de ideias e destacou a "profunda erudição e diligencia" que tornaram possível demonstrar a existência de antípodas e que a zona tórrida é habitada. Além de terem conduzido ao princípio do descobrimento do riquíssimo Oriente.<sup>72</sup> Manuel de Faria e Sousa resumiu, nas suas obras, a tradição já estabelecida de forma lapidar: "Valeroso Principe, y sabio, y santo, y digno de su origen".<sup>73</sup>

Na época setecentista, a fama do Infante D. Henrique ampliou-se com os contributos de José Soares da Silva, de D. António Caetano de Sousa e de Francisco José Freire, o árcade Cândido Lusitano. O primeiro atribuiu-lhe as qualidades mais nobres, no pleno sentido do termo: "Foy o Infante D. Henrique o prototypo das mayores virtudes: eraõ nelle iguais a piedade, e a religião, a prudencia, e a constancia, a clemencia, e a affabilidade, a liberalidade, a beneficencia, a magnificencia, e a magnanimidade".<sup>74</sup>

71 Duarte Nunes do Leão, "Cronica, e Vida del Rey D. Duarte" in *Crônicas dos Reis de Portugal*, reformadas pelo licenciado ..., Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XVI, p. 770.

72 Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com seus retratos e noticias dos nossos reynos e conquistas e varios sucessos do Mundo*, ultimamente acrescentados até ao feliz reinado dos senhor rey Dom João V de saudosa memoria pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, Lisboa, Na Officina Joseph Philippe, 1758, p. 257.

73 Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, 1679, Tomo II, Parte III, Cap. I, p. 335; *Epitome de Las Historias Portuguesas*, Madrid, 1628, p. 465.

74 Joseph Soares da Sylva, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. João I do anno de mil trezentos e oitenta e tres até ao anno de mil quatrocentos e trinta e tres*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 463.

Finalmente, coroara ainda as suas muitas virtudes com a castidade, tal como já tinham dito Zurara e João de Barros. A este excelso quadro quase nada acrescentou D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, referindo que "acabou com tantas sinais de predestinado, que fez mayor a saudade não só na corte, mas no reyno todo".<sup>75</sup>

Todavia, foi na biografia de Cândido Lusitano que a visão hagiográfica do Infante D. Henrique atingiu o ponto culminante ao apresentá-lo como Herói e Santo. Para o religioso da congregação de S. Filipe de Nery, aquele filho de D. João I deixou "mais fama de virtuoso que de soldado e descobridor".<sup>76</sup> Instruído pela ética dos santos, manifestara um comportamento de tal modo exemplar que Cândido Lusitano não hesitou em afirmar que ninguém o vira descomposto em ira.<sup>77</sup> Também o considerou um predestinado que nascera, por isso, com uma cruz esculpida no peito e fora enviado pela Providência como instrumento de propagação da fé. Numa época em que o culto mariano assumia grande importância, o autor elegeu a Mãe de Deus para especial protectora do seu herói e inspiradora da "santa idéa dos Descobrimentos".<sup>78</sup> Protegido e predestinado, o Infante purificava-se pela oração frequente, o jejum apertado e outras mortificações quotidianas. Conservara-se ileso até ao fim da vida, o que o transformou num santo aos olhos de Francisco José Freire.

Geralmente, os cronistas tinham considerado o Infante D. Henrique um eleito de Deus, escolhido por ser um "varaõ taõ puro, taõ limpo e de coração taõ virginal",<sup>79</sup> nas palavras de Pedro de Mariz, mas não referem explicitamente a santidade, excepto Manuel de Faria e Sousa. Pelo contrário, o irmão D. Fernando, o mártir de Fez, teve desde o século XV a fama de santo e o cognome de Infante Santo ficou para a história.<sup>80</sup> Se em

75 D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora Lda., 1946, p. 64.

76 Cândido Lusitano, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, p. 389.

77 *Ibid.*, p. 375.

78 *Ibid.*, p. 374.

79 Pedro de Mariz, *op. cit.*, p. 262.

80 Cf. Paulo Drummond Braga, "O Mito do Infante Santo", in *Ler História*, n.º 25, Lisboa, 1994, pp 3-10.

Manuel de Faria e Sousa já encontramos a palavra santo para definir, brevemente, a imagem do príncipe, foi pela pena do seu primeiro biógrafo que a santidade se tornou um atributo exaltado como corolário da vida do Infante D. Henrique.

No século XIX, não lhe imputaram tão elevado mérito, apesar dos escritores salientarem, de modo geral, a faceta religiosa e devota de D. Henrique. O marquês de Sousa e Holstein lembrou, numa conferência em 1877, que o governador da Ordem de Cristo nunca chegou a professar. Sem negar a devoção, preferiu salientar o "espírito eminentemente liberal e prático" que o levava a desenvolver os rendimentos e bens daquela Ordem e a defender os interesses do reino.<sup>81</sup> Refere as várias actividades que o Infante D. Henrique desenvolveu para aumentar as suas rendas e assim poder acudir às grandes despesas das suas armadas. Entre elas, não se furtara sequer a desenvolver o comércio. E contou um episódio curioso: o Infante comprara, em Belém, um horto com água para distribuir gratuitamente aos mareantes, pedindo no instrumento de doação aos que dela se servissem para não se esquecerem de orar por alma daquele a quem a deviam.<sup>82</sup> Um pequeno retoque na pintura do retrato do Infante, como assinalou o marquês Holstein, mas bastante expressivo do sentido prático com que soubera zelar pela eterna paz da sua alma.

Em 1894, Brito Rebelo salientou, na mesma ordem de ideias, que D. Henrique demonstrara como administrador dos bens da sua casa senhoral e da Ordem de Cristo bastante realismo, capacidade de inovação e tino prático para tornar rendíveis os investimentos e aumentar as rendas.<sup>83</sup> Entre a faceta religiosa, de homem desprendido dos bens materiais, só preocupado com o serviço de Deus e a propagação da fé, e a faceta de indivíduo com os pés bem assentes na terra, interessado no acrescentamento da sua casa e nos negócios da Ordem de Cristo, os autores foram oscilando ao sabor dos ambientes culturais e da sua própria sensibilidade pesso-

81 D. Francisco de Souza e Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Conferência celebrada na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portugueses na África - Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, pp. 54-55.

82 *Ibid.*, p. 55.

83 J. I. de Brito Rebelo, "Alguns traços da vida do Infante D. Henrique" in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573.

al. Na atmosfera laica e positiva da segunda metade do século XIX, a balança pendeu para o lado terreno e materialista da figura, valorizando-se a forma como se colocara ao serviço do progresso da humanidade e do reino.

O retrato psicológico e moral traçado por Oliveira Martins sobressai pela capacidade de tornar coerentes os aspectos mais contraditórios, num quadro pleno de força e palpitante de vida. O Infante fora moldado na mesma massa do povo a que pertencia e caracterizava-se pela "aliança híbrida e estreme do máximo vigor da fé com o espírito mais tenaz do lucro".<sup>84</sup> O que dera aos portugueses de Quinhentos e a D. Henrique "um ar quase púnico de apóstolos de uma religião tão sanguinária e devastadora como as velhas religiões fenícias, embora mística e piedosa como um Xavier e um Anchieta".<sup>85</sup> O Infante martiniano perdeu o carácter magnânimo e benigno, de tal modo generoso que lho tacharam, como escreveu João de Barros, e adquiriu uma feição de dureza antipática, tipicamente peninsular, enérgica e tenaz, de homem movido pela força da vontade e obcecado pela ideia dos descobrimentos. Nada herdou da personalidade materna e tudo lhe vinha da rija tempera do pai, o que fez dele um temperamento beirão, com traços de energia taurina, afirmativo e determinado, pragmático e de uma habilidade astuta. Não fora um homem sensual, dado aos prazeres mundanos, ou contemplativo e sentimental. Pelo contrário, tratou-se de um indivíduo dominado pela paixão de um ideal, de um misticismo ardente e ascético, que se sacrificara e aos irmãos para prosseguir os seus fins. Casto e abstémio, Oliveira Martins não teve dúvida em subscrever que "ficou virgem toda a vida".<sup>86</sup> O próprio autor notou a desumanidade do retrato que emerge das suas páginas, mas reafirmou a sua visão de um "génio duro, temperado como o aço na chama de um desígnio".<sup>87</sup>

A obra de Oliveira Martins, publicada entre 1889-90, na *Revista Portugal*, teve um êxito retumbante e foi sucessivamente reeditada. Logo na

<sup>84</sup> Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1973, p. 314.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 102.

época, o seu eco foi muito forte. Eça de Queirós afirmou, numa carta dirigida ao escritor e amigo, que os *Filhos de D. João I* e o *Nun' Álvares* o "têm feito patriota", e estavam a contribuir para *reaportuguesar* Portugal.<sup>88</sup> Pinheiro Chagas incorporou o texto de Oliveira Martins na sua visão do Infante D. Henrique, apresentada na obra *Os Descobrimentos Portugueses e os de Colombo*, editada no ano da comemoração do quarto centenário da descoberta da América: "homem de um só pensamento e de uma só ambição", "duro, sem bondade e asceta do pensamento", com "esse grão de loucura que faz os grandes poetas e os grandes descobridores".<sup>89</sup>

Nas obras do lente de Literatura Clássica, do Curso Superior de Letras, encontramos a expressão mais acabada da visão romântica do Infante D. Henrique. Ao contrário de Oliveira Martins, Chagas valorizou o elemento feminino na formação da personalidade daquele filho de D. Filipa de Lencastre. Como todos os seus irmãos, herdara da mãe o "elemento romanesco, que toda a mulher do Norte encerra no fundo da sua alma, por baixo da sua aparência séria, austera e prática de dona de casa e de mãe de família, para conceber e levar por diante, n' um jorro de santa loucura, o poema das navegações".<sup>90</sup> Imaginou-o na sua infância embalado pela poesia das canções de gesta e pelas aventuras dos romances de cavalaria, formado pelo exemplo de homens nobres e valorosos como o pai e Nuno Álvares Pereira. Já na idade adulta, estudioso e reflectido, entregara-se ao sonho da conquista do mar. Um indivíduo solitário, que "casou com a vaga atlântica", um autêntico "monge militar isolado no seu castello sobre o oceano, como os primeiros mestres do Templo, seus antecessores, nos seus castellos na Palestina".<sup>91</sup> O elemento feminino e romanesco, o espírito aventureiro, o sonho e a solidão, vista de forma poética, conferem ao retrato da autoria de Pinheiro Chagas um toque de simpatia e humanidade que falta ao de Oliveira Martins.

<sup>88</sup> Eça de Queirós, *Obras*, vol. III, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, p. 637.

<sup>89</sup> M. Pinheiro Chagas, *Os Descobrimentos Portugueses e os de Colombo. Tentativa de coordenação histórica*, Lisboa, Typ. da Academia Real da Sciencias, 1892, pp. 108-109 e 99.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 99.

<sup>91</sup> *Ibid.*, pp. 110-111.

O espírito de cruzada está presente, de modo geral, nas descrições que têm sido feitas sobre as motivações do Infante D. Henrique. Soares Romeu Júnior, em 1884, resumiu essa ideia de forma lapidar, numa brochura de divulgação, denotando já claramente a influência das preocupações civilizadoras daquela época na expressão utilizada: "O seu espírito profundamente religioso dizia-lhe que se conquistasse pela espada civilizasse pela fé".<sup>92</sup>

A coragem e o empenho guerreiro do Infante, de acordo com os valores cavaleirescos da Idade Média, também não foram esquecidos nos relatos. Contudo, no século XIX, autores como Rebelo da Silva e Oliveira Martins salientaram a inépcia de D. Henrique como general, sobretudo no malogro da expedição de Tânger. O primeiro atribuiu os erros no comando daquela empresa militar à impaciência e à crença na protecção divina, típica da mentalidade da época, e concluiu que se o facto "não abona a capacidade do Infante como capitão, pelo menos atesta a sinceridade do seu zelo".<sup>93</sup> Oliveira Martins assinalou os sucessivos erros táticos do comandante da expedição, desprezando inclusive os conselhos de D. Duarte, completamente dominado pela "teima do seu génio púnico".<sup>94</sup>

A generalidade dos escritos sobre o Infante D. Henrique destacou como característica fundamental da sua personalidade o esforço e a constância, a perseverança e a tenacidade que demonstrara ao prosseguir sem desfalecimento os descobrimentos ao longo da costa africana, contra os murmúrios do povo e a opinião de todos aqueles que não viam qualquer interesse em tão dispendiosa e arriscada empresa. Por isso, na lápide mandada colocar em Sagres pelo ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, o então Visconde de Sá da Bandeira, em 1839, referiu-se precisamente o "admirável esforço e constância" do príncipe como a característica mais notória e louvada.

92 Soares Romeu Júnior, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884, p. 32.

93 Rebelo da Silva, "O Infante D. Henrique", in *Archivo Pictoresco*, Lisboa, vol. IX, 9º ano, 1866, p. 86.

94 Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 268.

## A sabedoria

Os escritores renascentistas consagraram a sabedoria do Infante D. Henrique e a imagem de um estudioso que se soube rodear de sábios e de homens práticos na arte náutica. Como referimos antes, Góis atribuiu-lhe doudas leituras de autores clássicos para fundamentar o seu projecto das navegações e dos descobrimentos. António Galvão (?-1557) propagou a lenda do mapa-mundi, trazido por D. Pedro, que teria todo o âmbito da terra, onde o estreito de Magalhães era designado por Cola do Dragão e o cabo da Boa Esperança por Fronteira de África.<sup>95</sup> Ainda acrescentou a notícia de outro mapa, achado no cartório de Alcobaça, que conteria toda a navegação da Índia. Parece haver uma evidente dificuldade em imaginar que uma empresa tão arrojada e grandiosa pudesse ter sido levada a cabo sem a iluminação dos sábios da Antiguidade e sem a orientação de fantásticas cartas geográficas do passado.

O matemático Pedro Nunes (1502-1578) atribuiu aos navegadores profundos conhecimentos, diversos dos preconizados pela tradição humanista: "Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as coisas de que os cartógrafos hão-de andar apercebidos. Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam com agulha".<sup>96</sup> Por isso, é natural que o mentor dos descobrimentos fosse visto como um profundo conhecedor de cosmografia e astronomia, a que se acrescentou, posteriormente, a matemática.

Frei Luís de Sousa (1555?-1632), na *História de S. Domingos*, referiu as ciências cultivadas pelo Infante, entre elas a Cosmografia e a Geografia, e um livro que mandara escrever sobre os descobrimentos, enviado a

<sup>95</sup> António Galvão, *Tratado dos Descobrimetos*, Anotada e comentada pelo Visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 1944, p. 223 (1ª edição, 1563).

<sup>96</sup> Cit. Vitorino Magalhães Godinho, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimetos" in Duarte Leite, *op. cit.*, vol. II, p. 531.

um rei de Nápoles,<sup>97</sup> visto pelo próprio autor na cidade de Valença, no espólio do Duque de Calábria, último descendente por linha masculina daqueles príncipes. Não se provou a existência daquela obra, mas vários autores transmitiram como certa a informação.

Parecia bastante verosímil que um homem votado ao estudo e à ciência tivesse escrito ou, pelo menos, mandado escrever um livro sobre o objecto dos seus esforços e da sua paixão. O quadro não ficaria completo omitindo-se esse pormenor tanto mais importante quanto os irmãos, que lhe servem de termo de comparação, deixaram obras registadas nos seus nomes.

No século XVIII, a erudição do Infante D. Henrique era já um dado adquirido pela historiografia que lhe acrescentava ainda outros predicados. A sua casa fora uma escola, onde os reis se proviam dos fidalgos mais dignos para os cargos da guerra e da política.<sup>98</sup> O palácio do príncipe funcionara como “seminário de sábios Astrónomos, e Geógrafos, que deraõ luz áquelles tempos pouco experimentados”, nas palavras do seu biógrafo.<sup>99</sup> O Infante fora aclamado *Protector dos Estudos de Portugal*, devido ao empenhamento com que favorecera o ensino universitário, então ministrado numas casas por ele cedidas em Lisboa. A imagem de sábio e de protector das ciências e da educação passaram, deste modo, a fazer parte da tradição.

No início de Oitocentos, António Ribeiro dos Santos (1745-1818) ampliou bastante a legenda da sabedoria do Infante. Descreveu-o como um *Genio Creador* que dera asas aos estudos matemáticos para voarem às maiores alturas e serem aplicadas à Cosmografia e à Náutica.<sup>100</sup> No Cabo de S. Vicente, fundara um observatório astronómico, o primeiro que tivemos, e fizera do seu paço uma escola de estudos de aplicações matemáticas, e um seminário de geógrafos e de especialistas da náutica,

97 Frei Luis de Sousa, *História de S. Domingos*, Introdução e revisão de M. Lopes Alemeida, vol. I, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, 1ª parte, livro VI, cap. XV, pp. 640-641.

98 Cândido Lusitano, *op. cit.*, p. 373.

99 *Ibid.*, p. 373.

100 António Ribeiro dos Santos, “Sobre Alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal ou nas Conquistas”, in *Memorias de Literatura Portuguesa*, Tomo VIII, 2ª ed. Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1856, p. 153-154. (1ª edição, 1818).

provenientes de quase todos os países da Europa. Atribuiu-lhe também várias invenções e o aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos, como o astrolábio e o "nocturlábio", além da aplicação eficaz da bússola nas navegações oceânicas. A sua estrela refulgiu tão alto na pena do lente de Coimbra e bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa que lhe dedicou um poema de fraco verso, mas de nobre intento para redimir a glória de D. Henrique do "escasso louvor" que tinha recebido do cantor d' *Os Lusíadas*.<sup>101</sup> Respigamos dois versos:

Sem ti inda hoje Europa não soubera  
Os novos Ceos e mares, novos climas,  
Novas Gentes de vario gesto e lingua,  
Que outro Hemisferio parte.

Assim do alto Licêo da illustre Sagres  
A Marinha Sciencia nasce ao Orbe,  
E a esfera alarga às nauticas derrotas  
O novo Deos dos mares.<sup>102</sup>

Garção Stockler (1759-1829) seguiu-lhe na pegada e elogiou o grande saber científico do Infante D. Henrique, atribuindo-lhe o invento das "cartas hydrographicas planas". Tais cartas tinham, segundo aquele professor da Academia Real de Marinha, "os graos dos paralelos iguaes aos graos do equador", o que reduzia os rumos a linhas rectas e as tornava mais aptas para orientar a navegação.<sup>103</sup> Ora, tais cartas nunca existiram e nem D. Henrique inventou quaisquer cartas; limitou-se a apadrinhar o trabalho de cartógrafos que em Portugal começaram a desenhá-las desde 1445.<sup>104</sup>

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 158.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 160.

<sup>103</sup> Francisco de Borja Garção Stockler, *Ensaio histórico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, Pariz, Oficina de P.N. Rougeron, 1819, p. 15.

<sup>104</sup> Luis de Albuquerque, *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Vega, 1990, p. 38.

No século XIX, sobrevalorizou-se a importância da ciência e da sabedoria do Infante D. Henrique no início dos descobrimentos e das navegações dos portugueses, bem de acordo com a mentalidade e os valores da época. Numa *História de Portugal*, do final da primeira metade da centúria, João Félix Pereira - um autor que escreveu muitas brochuras e obras de divulgação histórica - apresentou o Infante como o "heroe que mais contribue pâra a dissipação das trevas da idade média".<sup>105</sup> Entroncou-o, assim, numa genealogia da modernidade e do progresso que remontava aos Descobrimentos e ao Renascimento, passava pelo Iluminismo e desembocava nas grandes conquistas científicas e técnicas de Oitocentos. E foi essa a tônica geral, devidamente assinalada também na lápide colocada na fortaleza de Sagres, em 1839. Nela se menciona a "famosa escola de Cosmografia" e o observatório astronómico que teriam sido fundados pelo Infante naquele lugar.

Em 1873, Pinheiro Chagas numa brochura de grande divulgação, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução, sobre os *Portugueses Illustres*, salientou os dilatados conhecimentos matemáticos de D. Henrique. A ideia de que havia terras imersas no esquecimento ao sul da África teria surgido através das leituras dos antigos e das informações colhidas junto dos mouros e do irmão D. Pedro. A ciência e um espírito crítico e positivo é que teriam animado o Infante a prosseguir as viagens pelo Mar Tenebroso, vencendo os medos e as superstições da sua época. Por isso, na edição ilustrada da *História de Portugal*, uma obra colectiva que contou com a colaboração de M. Pinheiro Chagas, António Enes e Luciano Cordeiro, entre outros autores, o Infante D. Henrique aparece representado por Manuel de Macedo, no seu palácio em Sagres, rodeado de homens de saber e mareantes, numa atitude pensativa, olhando o mar e, certamente, discorrendo sobre as melhores rotas para as navegações.<sup>106</sup>

O marquês de Sousa e Holstein levantou objecção à existência de uma verdadeira escola náutica, em Sagres, inclinando-se para a ideia de um "centro de acção" ou "principio inspirador", donde dimanariam a tradi-

105 João Félix Pereira, *História de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Imp. L.C. da Cunha, 1847, p. 96.

106 Alberto Pimentel, *História de Portugal*, III vol., Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, 1877, extratexto.

ção e a experiência necessárias para os descobrimentos.<sup>107</sup> Contestou a ideia de que Zurara tivesse destruído o arquivo de Sagres, entre os documentos que fora obrigado a queimar a instâncias dos procuradores dos concelhos, nas Cortes de 1459, cansados dos elevados custos e da morosidade das pesquisas. Na sua opinião, não havia razões para o cronista destruir esses papéis, caso eles existissem. Notou ainda o facto do Infante não falar da Escola de Sagres no seu testamento, onde todas as suas fundações foram descritas com minúcia, e estranhou a inexistência de qualquer outro documento comprovativo de tão importante estabelecimento.

A tese do erudito académico não teve grande êxito, sobretudo na historiografia de divulgação. Alberto Pimentel, na obra já referida, fundamentou a existência da escola na passagem de Barros que relata a vinda para Portugal do mestre maiorquino, incumbido de ensinar aos oficiais portugueses os seus conhecimentos, como tinha feito Major no seu relato da vida do Navegador. Aliás, a lenda da Escola de Sagres foi criada por Samuel Purchas, em 1625, extrapolando a partir do texto do cronista, segundo Duarte Leite.<sup>108</sup> Na historiografia portuguesa só adquiriu grande projecção no século XIX, por causa da importância atribuída aos factores científicos na génese dos descobrimentos pela mentalidade positiva e racional da época.

Oliveira Martins exagerou bastante as leituras e as preocupações científicas de D. Henrique. Atribuiu-lhe mesmo o conhecimento de obras publicadas somente no ano da morte do Infante ou já depois dela<sup>109</sup> e pintou o Infante como “um dos primeiros exemplares do asceta da ciência”, que “consumia os dias, velava as noites, estudando, indagando, meditando; e não nas vagas congeminções mais ou menos fantásticas do teósofo ou do metafísico, mas em volta da realidade positiva e prática do mundo, esboçada diante dos seus olhos nos mapas rudes do tempo”.<sup>110</sup> Uma imagem onde ecoa o relato de Zurara sobre os grandes trabalhos do príncipe:

107 D. Francisco de Sousa e Holstein, *op. cit.*, p. 54.

108 Duarte Leite, *op. cit.*, vol. I, p. 161.

109 Cf. Luciano Pereira da Silva, “A propósito das leituras do Infante” in *Obras Completas de...*, vol. III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 9-11.

110 Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 81

“Oh! quantas vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o deixara o dia dantes, velando todo o arco da noite sem receber nenhum descanso, cercado de gente de diversas nações ...”.<sup>111</sup> Mas o cronista não diz que a razão da vigília do Infante D. Henrique fosse o estudo, posteriormente incorporado na lenda. O “desterro voluntário e laborioso, em Sagres”<sup>112</sup> fazia parte da visão romântica do Infante. Oliveira Martins acrescentou-lhe a ideia do ascetismo típico dos homens devotados à ciência, inspirando-se na sua própria vivência e auto-imagem.<sup>113</sup> O século XIX consagrou, deste modo, a sabedoria do Infante D. Henrique, a lenda da Escola de Sagres e a importância das ciências na génese das navegações e dos descobrimentos.

### O papel na história

O problema do papel desempenhado pelo Infante D. Henrique na história prende-se com a questão mais geral da forma como as várias épocas e autores tenderam a encarar o papel dos indivíduos no processo histórico, em especial o daqueles que tiveram funções de poder e dirigentes. Tradicionalmente, a história era uma narrativa da acção dos reis, dos príncipes, dos senhores e de todos aqueles sobre os quais incidiam as luzes da ribalta. Por isso, de Zurara a Cândido Lusitano não havia dúvida de que a empresa da expansão e dos descobrimentos tinha sido o resultado da vontade e da acção do Infante D. Henrique, a qual foi continuada depois dele pelos reis portugueses.

Muitos viram-no como um homem eleito por Deus para realizar tão importantes feitos e as suas obras como o fruto da inspiração divina. Damião de Góis demarcou-se dessa tradição, colocando a tónica nas faculdades humanas e nos conhecimentos do Infante para explicar o seu empenho nos descobrimentos. Mas o seu exemplo só foi seguido no sécu-

<sup>111</sup> Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. VI, p. 37

<sup>112</sup> Rebelo da Silva, *op. cit.*, p. 56

<sup>113</sup> António Álvaro Dória, *Oliveira Martins e o Infante D. Henrique*, Separata da revista *Ocidente*, vol. LVIII, Lisboa, 1960, p. 171.

lo XIX, quando a perspectiva humanista e secular se radicou nas concepções filosóficas e na interpretação da história.

Porém, a historiografia liberal continuou a sobrevalorizar o papel dos indivíduos na história, em particular dos dirigentes políticos e dos condutores de homens. Esta tendência acentuou-se, nas últimas décadas do século passado, com o reforço das concepções autoritárias e do cesarismo. De um ponto de vista ideológico, várias correntes de pensamento confluíam na ideia de que os grandes homens desempenham um papel fundamental na história. Para uns, estes eram uma espécie de demiurgos quase sobre-humanos, muito distantes dos comuns mortais; para outros, eles representavam o que havia de mais nobre nas sociedades e nos povos donde provinham.

As crónicas consagraram o Infante D. Henrique como o iniciador dos descobrimentos portugueses ou, nas palavras de Pedro de Mariz, como “o primeiro descobridor e conquistador de gente idólatra”.<sup>114</sup> De facto, ao Infante cabe a glória de ter mandado dobrar o cabo Bojador, prosseguindo a exploração da costa africana até à Serra Leoa. Mas ampliou-se largamente a sua fama e esqueceu-se a tradição marítima dos portugueses e os esforços de outros dirigentes da época e dos cavaleiros, dos homens de negócios, dos mareantes anónimos que contribuíram, decisivamente, para o sucesso das navegações.

Além disso, viu-se D. Henrique como um homem presciente que não se limitara a abrir o caminho aos que se seguiram, mas projectara a circum-navegação da África para se chegar à Índia. O primeiro que apontou, claramente, o Infante como responsável pelo intento de chegar à Índia foi Damião de Góis; mas tratava-se de um redescobrimto visto que, segundo o humanista, a passagem entre o Atlântico e o Índico já fora descoberta na Antiguidade.<sup>115</sup> O mérito de D. Henrique consistira somente em tentar executar de novo tal empreendimento. Esta ideia foi seguida por outros autores, apesar de se colocar a ênfase mais no génio do gover-

<sup>114</sup> Pedro de Mariz, *op. cit.*, p. 259.

<sup>115</sup> O trecho de Damião de Góis é o seguinte: “E dali determinou de mandar navios aho longo da costa d’Africa, com tençam de chegar aho fim de seus pensamentos, que era descobrir destas partes occidentaes ha nauegação pera ha India oriental, ha qual sabia por certo que fora já em outros tempos achada” (*Cf., op. cit.*, cap. vii, p. 20).

nador da Ordem de Cristo do que nos supostos informes do passado, pouco merecedores de crédito e diluídos pela forte corrente de opinião que negava a existência de ligação entre os dois oceanos.

Deste modo, o cardeal Saraiva (1766-1845) pôde afirmar que a originalidade do Infante D. Henrique não consistiu em que só ele mandasse navegar os mares e descobrir as terras desconhecidas, ou que fosse o primeiro a empreendê-lo, mas em ter sido quem “*projectou a circum-navegação Africana, e por meio della abrir caminho marítimo para o Oriente*” (em itálico no original).<sup>116</sup> O plano do Infante fora posto em causa por todos aqueles que julgavam impossível a zona tórrida ser habitada e existirem antípodas. Também não fora apoiado em quaisquer mapas que mostrassem a circum-navegação da África e o futuro cabo da Boa Esperança, como demonstrou o visconde de Santarém (1791-1855).<sup>117</sup>

Entre os séculos XV e XVIII, os autores referiam-se aos propósitos atribuídos ao Infante D. Henrique em termos de tenção ou ideia, mas o período oitocentista imputou-lhe um plano maduramente concebido. Rebelo da Silva, entre outros, di-lo de forma explícita: “Assim, um dos maiores acontecimentos da história moderna o descobrimento do caminho marítimo para a Índia foi concebido e executado ... em virtude de um plano amadurecido pela reflexão, seguido com lucidez e perseverança”.<sup>118</sup> Oliveira Martins vislumbrou o Infante D. Henrique, no Promontório Sacro, concentrado e meditativo, a ruminar o seu projecto, apesar de ter mandado os navios ao longo da costa africana num ímpeto de decisão terminante.<sup>119</sup> Esta convicção decorre da importância atribuída pelos autores do século XIX à razão e à ciência na elaboração dos projectos henriquinos e na sua prossecução. Contudo, tal ideia foi temperada pela influência do ideário liberal e romântico que combinava a racionalidade e o espírito científico com o carácter aventureiro e o sonho. O resultado era um misto

116 Fr. Francisco de São Luiz, *Reflexões geraes ácerca do Infante D. Henrique e dos descobrimentos de que elle foi autor no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, p. 22.

117 Visconde de Santarém, *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique, au dela du cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des portugais au XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, Lib. Oriental de Ve. Dondey-Dupres, 1842, p. XXV e segs.

118 Rebelo da Silva, *op. cit.*, p. 108.

119 Oliveira Martins, *op. cit.*, p.83.

complexo de sábio, iluminado pelas mais elevadas faculdades do entendimento, sem deixar de ser dominado pelos sonhos e pelas paixões, que tivera a grandeza do génio e a audácia de um construtor do futuro.

Para Oliveira Martins, ele "encarnou o génio latente de um povo inteiro, tornou-se o intérprete do destino de uma nação filha da vontade cívica, e à força de heroísmo tenaz conseguiu vencer".<sup>120</sup> O herói martiniano era, assim, a expressão das forças colectivas e o seu destino individual confundia-se com o da Nação. Este não era visto como uma fatalidade, mas como o resultado da vontade; o que lhe conferia ainda maior grandeza e valor. O "arquitecto" do plano e da empresa dos descobrimentos e da expansão portuguesa, segundo o expressivo termo utilizado por Almeida d'Eça,<sup>121</sup> tornara-se a encarnação do grupo etnopolítico a que pertencia e um símbolo da glória da Nação portuguesa no mundo.

A demonstração da prioridade dos descobrimentos portugueses, na costa da Guiné, pelo Visconde de Santarém despertou um redobrado interesse pela figura do Infante D. Henrique e pelo seu papel, nos anos Quarenta.<sup>122</sup> A biografia de Henry Major, *The life of Prince Henry the Navigator*, publicada em 1868, veio reforçar a tese da prioridade portuguesa nos descobrimentos e dar maior projecção internacional ao príncipe português, descendente da casa de Lencastre pelo lado materno. O fulcro da sua obra consistira em ter iniciado um processo global e articulado de navegações e descobrimentos que conduziram à abertura do mundo e ao conhecimento de todas as regiões do planeta. Nesta perspectiva, a sua glória não é meramente nacional, mas universal. Por isso, o tradutor português de Major lembrou, em epílogo, as palavras de Voltaire "C'est aux découvertes des portugais dans le vieux monde, que nous sommes redevables du nouveau" - e de Ariosto, no *Orlando Furioso* - "Novi Argonauti e novi Tifi, e aprire/ La strada ignota, infin al di presenti".<sup>123</sup>

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 315.

<sup>121</sup> Vicente Almeida d'Eça, *Viagens e Descobrimientos Marítimos*, Lisboa, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1885, p. 41.

<sup>122</sup> Visconde de Santarém, *Memória sobre a Prioridade dos Descobrimientos Portugueses na Costa de África Ocidental*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958 (1ª ed., 1841).

<sup>123</sup> Richard Henry Major, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.

Outro problema consistiu em determinar o âmbito dos descobrimentos do período henriquino. A tradição e as crónicas estabeleceram a descoberta dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde e a progressão na costa africana até à Serra Leoa como os limites da expansão em vida do Infante. Mas, no final do século XVI, Pedro de Mariz fazia eco de rumores que davam como certo o descobrimento da América pelos portugueses, ainda no tempo de D. Henrique: "Assim que nem os que querem dar a invenção do descobrimento do Mundo Novo a Christovão Colon, nem os que dizem, que erão náos Biscainhas, são dignos de credito; pois só os Portugueses naquelle tempo erão os que trabalhavão nesta obra [...]".<sup>124</sup> Perpassa no texto uma certa rivalidade de cariz patriótico contra os castelhanos que não queriam aceitar que os marinheiros portugueses tinham desvendado a Colombo a navegação do Novo Mundo.

Posteriormente, a historiografia da expansão e dos descobrimentos ressentiu-se dos nacionalismos que tendiam a exaltar, com razão ou sem ela, as glórias e as prioridades nacionais. A figura do Infante D. Henrique foi, porventura, um dos casos mais paradigmáticos disso, tornando-se no porta-estandarte da prioridade portuguesa nos descobrimentos e na personificação do grande contributo nacional para a civilização europeia e para o mundo. A notoriedade que atingiu, sobretudo a partir do último quartel do século passado, por causa da atenção que lhe dedicaram vários autores estrangeiros, em particular os ingleses, contribuiu para torná-lo no génio absoluto que imaginou e planeou a grande empresa das navegações e dos descobrimentos, de Ceuta até à Índia.

Seguindo de perto os testemunhos dos cronistas, a conquista daquela cidade do Norte de África era vista como um episódio de cavalaria, desencadeado pela vontade dos filhos mais velhos de D. João I de serem armados cavaleiros depois de uma verdadeira batalha. D. Henrique destacou-se pelo empenho na organização e na própria refrega, decidido a ganhar as honras da cavalaria na luta contra os mouros. Depois dessa primeira experiência guerreira, forjara os seus projectos de expansão do rei-

<sup>124</sup> Pedro de Mariz, *op. cit.*, p. 263.

no. A envergadura do grandioso plano atribuído ao Infante D. Henrique tornaram-no uma figura ímpar na história de Portugal e, quiçá, do mundo.

## O herói

O Infante D. Henrique assumiu, desde o início, as características próprias dos heróis, de acordo com os valores culturais de cada época. Primeiro, foi o herói típico da sociedade cavaleiresca e senhorial, imbuído de nobreza, coragem guerreira e devoção, de carácter magnânimo e virginal, que fez do combate aos infiéis o principal fim da sua vida. Depois, tornou-se um príncipe de cunho renascentista, culto e sábio, ponderado e cheio de determinação, que se movia pela dúvida e a vontade de descobrir e conquistar o mundo para a suprema glória de Portugal e dos portugueses. Já no período seiscentista e, posteriormente, na biografia de Cândido Lusitano, o herói e o santo confundiram-se numa síntese das mais perfeitas e elevadas virtudes, acentuando-se o desprendimento das coisas materiais e mesquinhas, a total dedicação ao serviço de Deus e do Reino e a excelência da sua obra que o projectaram como uma figura sobre-humana.

O herói da época moderna era um homem que se libertou da lei da morte através da fama, que conquistara realizando nobres e altos feitos. Normalmente, os feitos guerreiros e militares foram os mais enaltecidos, mas a glória podia advir também de outro tipo de acções com a força de transformação e criadora necessária para romper a rotina dos dias. Na linha da tradição clássica, os heróis distinguiam-se por qualidades divinas, que a mística cristã assimilou às dos virtuosos e dos santos, e pela capacidade triunfadora dos poderosos, que os tornava dignos da admiração dos contemporâneos. Destacavam-se ainda pela força, pelo saber e por desbravar os caminhos que outros homens iriam trilhar no futuro, mesmo aqueles que não acreditavam no sucesso do seu esforço.

Os heróis eram seres excepcionais que desenvolveram uma acção inspiradora e salvadora. Nesse aspecto, o papel mítico fundamental do Infante D. Henrique consistiu em desvendar aos portugueses o destino e

o futuro. Simultaneamente, abriu o caminho das grandes navegações e das conquistas e elevou Portugal a expoente máximo da fé cristã no mundo. Mas, além disso, em grego herói significa protector<sup>125</sup> e o Infante também desfrutava dessa legenda por causa do acolhimento que dispensara aos filhos da nobreza e pelo facto da sua casa ter sido um centro de acolhimento de sábios e de navegadores.

A época romântica viu o Infante D. Henrique como um visionário que lutou, solitário e tenaz, contra a barreira do medo e das superstições, contra a mediocridade dos que não compreendiam o alcance do seu empreendimento. O papel que desempenhara na história tornava a sua memória gloriosa e digna de ser objecto de culto e de louvor público, isto é, de comemoração. A visão heróica do Infante D. Henrique teve a sua expressão mais conseguida nos *Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins. Ali, o Infante é o herói épico, determinado pela fatalidade de um destino que ele próprio traçou com a força do seu espírito genial, símbolo da energia colectiva de um povo que não se contentou com o reduzido horizonte da terra natal. O heroísmo advém do desprendimento em relação às fraquezas humanas, da obstinação com que lutava para atingir os seus fins. Não é um modelo de perfeição e beleza, equilibrado e sereno, mas o exemplo de uma vida grandiosa porque prosseguiu, incansavelmente, o mais elevado desígnio. Possuía o instinto criador necessário para transformar a sociedade portuguesa e projectar a nação rural, guerreira e piedosa para além das suas limitadas fronteiras. Por isso, Oliveira Martins equiparou-o a Alexandre, de uma espécie nova, porque "deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da História".<sup>126</sup> Mais adiante, não se coíbiu de considerá-lo o nosso Hércules:<sup>127</sup> um herói solar, caracterizado pela audácia e a temeridade das empresas a que metia ombros, símbolo da força capaz de derrubar os maiores obstáculos e da ascensão.<sup>128</sup>

A importância que as personalidades assumem no relato de Oliveira

125 L. Millet, "Héros et Idoles", in *Enciclopédia Universalis*, vol. 8, Paris, 1980, p. 373.

126 Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 312.

127 Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 316.

128 Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 111 e 206.

Martins remete-nos para a advertência inicial, onde esclarece a sua concepção da história. Oliveira Martins considerou que "o homem com as suas crenças, ideais e até preconceitos e fábulas foi o construtor da sociedade". Atribuiu um papel decisivo aos indivíduos no processo histórico, em especial nos períodos de grande liberdade criativa, onde os grandes homens mais se podem destacar e o historiador "tem nos caracteres com a pintura do retrato o seu terreno de elevação". Defendeu ainda que a história é dominada por "motivos morais", que só podem ser compreendidos no contexto das épocas e dos lugares.

Na obra de Oliveira Martins, em particular na sua visão da figura do Infante D. Henrique, nota-se a ressonância da perspectiva de Thomas Carlyle, para quem a história era "fundamentalmente a história dos homens superiores à superfície da terra".<sup>129</sup> O grande homem não é meramente o produto de uma época ou de uma sociedade; reveste-se de uma grandeza e transcendência<sup>130</sup> que lhe é conferida pelo instinto criador e pela capacidade de inovar e transformar o mundo. Por isso, Oliveira Martins assinalou que o Infante D. Henrique foi um misto de cavaleiro medieval e de arauto de novos tempos. Estribara-se no passado, mas inovara o suficiente para abrir o futuro; iniciara uma forma "ignota de expansão territorial"; transformara "as instituições, indo ao arsenal do velho direito buscar as fórmulas em que podia introduzir um outro espírito"; utilizara "nas aventuras novas a bula de Cruzada, escrita para aventuras religiosas e cavalheirescas de outros tempos"; fizera "da sua ordem de Cristo, instituída para a Cruzada, um instrumento de comércio, aplicando-lhe os réditos ao armamento de navios"; desta forma, "as velhas instituições militares e monásticas, as velhas ideias guerreiras e religiosas, viram-se transformadas na sua essência, sem se alterarem no seu aspecto".<sup>131</sup>

Como era corrente na altura, Oliveira Martins usou os termos herói, grande homem e génio sem estabelecer qualquer distinção, com o intuito de vincar bem a superioridade e a distância em relação aos homens

<sup>129</sup> Tomas Carlyle, *Os heróis*, Tradução de Álvaro Ribeiro, Lisboa, Guimaraes Editores, 1956, p. 19.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>131</sup> Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 312.

comuns. Esta posição ia ao encontro da obra de Carlyle. Porém, aquele autor vitoriano explicou a genialidade e a grandeza do herói pela centelha divina<sup>132</sup>, enquanto que Oliveira Martins invocou razões de carácter sociológico e psicológico: o herói encarnava o que havia de mais forte nas características do povo a que pertencia e a grandeza advinha-lhe de uma certa insensibilidade humana, que tornava o génio descarável.<sup>133</sup>

Há algo de inatingível, de secreto e de misterioso na vida e no comportamento dos heróis martinianos, que não os torna susceptíveis de poderem ser imitados pelos homens vulgares. São uma categoria de homens superiores e muito distintos dos outros pelas suas virtudes e pelos seus defeitos. Certamente, Oliveira Martins não desdenharia subscrever a afirmação de Carlyle: "A verdadeira virtude taumatúrgica, pela qual o homem produz todas as coisas, quaisquer que sejam, é o pensamento".<sup>134</sup> Mas acrescentar-lhe-ia a acção, porque foram ambos, pensamento e acção do Infante D. Henrique, que moldaram a grandeza de Portugal no mundo.

A heroicidade do Infante D. Henrique não foi um assunto pacífico, no século XIX. O marquês de Sousa e Holstein interrogava-se, em 1877, na Academia Real das Ciências, porque motivo aquele não tinha uma lenda nacional, como o Infante D. Fernando, o mártir de Fez, ou D. Pedro, o príncipe das sete partidas, ou D. Sebastião, o derrotado de Alcacer-Quibir. Em 1889, no Palácio de Cristal, António Cândido retomou a questão para considerar que só duas causas são suficientemente fortes para comover o coração e a fantasia popular: "a heroicidade e a suprema bondade do sacrifício".<sup>135</sup> Ora, na sua opinião, o Infante D. Henrique "não foi heroe, nem sancto".<sup>136</sup> Os feitos de armas granjearam-lhe as esporas de cavaleiro, com honra, mas se venceu em Ceuta, capitulou em Tânger. A sua personalidade não propiciava a simpatia, bem pelo contrário. Macu-

132 Cf. Thomas Carlyle, *op. cit.*, p. 35 e p. 122.

133 Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 316.

134 T. Carlyle, *op. cit.*, p. 225.

135 António Cândido, "O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palacio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889" in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora, s.d.

136 *Ibid.*, p. 249.

lou-se com a "miseranda imagem de D. Fernando, captivo e morto em África" e com a "injustíssima catastrophe de D. Pedro, que elle, talvez, podesse ter evitado..."<sup>137</sup> Por tudo isto não merecera um culto popular e nacional e fora ofuscado pela aura de martírio dos irmãos.

Todavia, António Cândido defendeu nesse discurso a preservação da memória do Infante D. Henrique, propondo que se erigisse uma estátua digna do seu merecimento.<sup>138</sup> Recapitulou, a propósito, algumas ideias basilares do esteriótipo dominante que temos vindo a analisar. A "lenda infantista", como era designada por Teófilo Braga e outros adversários do culto de D. Henrique, só tinha expressão entre as restritas elites cultas do país. A memória do Infante foi conservada pela historiografia, mas não excitou a imaginação e a sensibilidade literárias de forma significativa. A imprensa, em especial as revistas,<sup>139</sup> começaram a obra de divulgação, mas as comemorações do nascimento do Infante D. Henrique foram o pretexto para a publicação de inúmeras brochuras, folhetos e artigos que contribuíram, poderosamente, para erigi-lo como símbolo do período áureo da história nacional e do Império português.

À opinião dominante opôs-se uma corrente "anti-infantista" que usou, por vezes, termos bastante virulentos para pôr em causa a imagem considerada lendária do Navegador. Entre eles destacaram-se Teófilo Braga, João Teixeira Soares e Ernesto do Canto, todos de origem açoriana. João Teixeira Soares foi o responsável pelas palavras mais demolidoras contra o Infante D. Henrique, numas cartas dirigidas a Ernesto do Canto e publicadas por este no *Arquivo dos Açores*, em 1882. Ali, apelidou-o de "eunuco", "mau irmão" e até "mau pai adoptivo" - D. Henrique adoptou o sobrinho, o Infante D. Fernando - e rejeitou a nobreza de carácter e a capacidade científica que lhe atribuíam. Negou ainda que a iniciativa das viagens dos descobrimentos tivesse partido de D. Henrique, afirmando que se teria limitado a aproveitar a actividade marítima dos portugueses para

137 *Ibid.*, p. 250.

138 *Ibid.*, p. 255.

139 Respigamos alguns exemplos: *Universo Pithoresco*, Lisboa, 1843-1844, pp. 228-233; *Arquivo Pithoresco*, Lisboa, 1866, vv. nºs (artigos de Rebelo da Silva); *Panorama*, vol. XVIII, Lisboa, 1868, p. 232; *O Camões*, *Semanário Popular Ilustrado*, vol. I, 1880-1881, pp. 100, 107 e 108; *Revista Universal Lisbonense*, vol. IV, nº 1588, 1844-1845, p. 185.

lhe dar "uma nova direcção, mais positiva, menos generosa, que elle soube monopolisar e continuar em seu proveito e da Ordem, de que era mestre".<sup>140</sup>

Nesta linha, Teófilo Braga (1843-1924) apresentou uma visão meramente utilitarista da acção do Infante D. Henrique: "occupava-se nas descobertas maritimas exclusivamente para interesse pessoal, estabelecendo colonias onde introduzia a escravidão e um duro systema de contribuição".<sup>141</sup> Só via motivos egoístas onde os outros descobriam grandeza e desprendimento de interesses mesquinhos ou imediatos. Considerava, aliás, que as navegações da época henriquina se inseriam num período intermediário, situado entre o início das navegações no reinado de D. Afonso IV e a "grande epoca em que se preparam todos os elementos scientificos, que conduziram pela acção de D. João II aos assombrosos Descobrimentos, que vieram a coincidir com o reinado imprevisto e venturoso de D. Manuel, que systematicamente procurou obliterar a memoria do seu antecessor".<sup>142</sup> Teófilo Braga responsabilizou os cronistas, em especial Gomes Eanes de Zurara e João de Barros, o próprio rei D. Manuel, interessado em fazer esquecer a acção do primo, e os escritores ingleses, dominados pelo "atavismo saxónico" que viram no génio do Infante D. Henrique a influência da filha de João de Gant, D. Filipa de Lencastre, pela criação da lenda infantista que elevou o Navegador a "apogeu sobrehumano dos Descobrimentos dos Portugueses".<sup>143</sup> Pelo contrário, na sua opinião, D. Henrique teria sido um vulto claramente menor, sobretudo se comparado com D. João II.

Ao lado de óbvios exageros e da deturpação de factos, o eminente republicano e grande responsável pelas comemorações do tricentenário de Camões, em 1880, acertou quando negou a existência da Escola de Sagres e reduziu as proporções da cultura científica e da importância do

140 *Arquivo dos Açores*, Reprodução fac-similada pela edição de 1882, vol. IV, Ponta Delgada, 1981, pp. 17-19.

141 Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Suces., 1892, p. 385.

142 Teófilo Braga, "A Lenda Infantista", Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*; Porto, 1914, p. 1.

143 *Ibid.*, p. II.

Infante como protector da universidade. Notou mesmo o facto contraditório de D. Henrique ter instituído uma "cadeira de Theologia, quando se estivesse animado o espírito dos Descobrimentos seria uma cadeira de Cosmographia".<sup>144</sup>

A evidente antipatia de Teófilo Braga pela figura do Infante D. Henrique levou-o a fazer coro com o retrato grosseiro e moralista que dele traçou João Teixeira Soares. Infere-se das páginas que dedicou ao assunto que o Infante representava tudo aquilo que, como opositor da monarquia e dos valores da nobreza de sangue, pretendia combater e não estava minimamente de acordo com a ideia de grande homem perfilhada pela corrente positivista e republicana de que era o expoente máximo em Portugal. Um novo paradigma de heroísmo começou a ser valorizado naquele período: o herói sem armas, o artista, o pensador e, sobretudo na segunda metade de Oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial.<sup>145</sup> O homem de Estado vinha juntar-se a esta panóplia e assumia, inevitavelmente, uma feição diferente da tradicional. Por isso, Teófilo Braga nutria uma admiração enorme por Camões, que considerava o símbolo do génio nacional, ou por estadistas como D. João II e o Marquês de Pombal, mas o Infante não tinha, a seus olhos, a envergadura de um homem de Estado, como teriam demonstrado as posições tomadas na política interna, nem os atributos científicos e intelectuais necessários para ser objecto de culto público. Algumas facetas de D. Henrique, cavaleiro medieval, aristocrata e cruzado, imbuído de fanatismo religioso, só podiam desagradar ao teorizador de *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*.

Além das razões apontadas, é importante referir que Teófilo Braga se identificava com a corrente filosófica que relativiza o papel dos indivíduos na história e privilegia a acção das massas e as grandes gestas colectivas que, nos termos da concepção positivista e democrática, tornam possível a "evolução social" e a afirmação das nações no concerto dos

---

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. XVIII.

<sup>145</sup> Sérgio Campos Matos, "História, Positivismo e função dos Grandes Homens no último quartel do século XIX" in *Penelope*, nº 8, Lisboa, 1992, p. 57

povos. Nesta ordem de ideias, as navegações não são vistas como o resultado da acção e da vontade de um homem, mas de um povo, e como um movimento geral de explorações marítimas, iniciado pelos portugueses.<sup>146</sup>

Na crítica que teceu à obra de Oliveira Martins, sobre *Os Filhos de D. João I*, Teófilo Braga forneceu mais uma achega para elucidar a sua concepção da história, ao afirmar que “os caracteres individuais para serem bem compreendidos carecem da relação entre elles e o meio ou época em que actuaram, reagindo ou cooperando na marcha dos acontecimentos”.<sup>147</sup> Nesta perspectiva, o papel dos chamados grandes homens é duplamente limitado, porque o respectivo carácter e projectos se formam através da relação com o meio e a época em que viveram e a acção determinante pertence a uma entidade colectiva designada por Povo.

Nas comemorações de 1894 estiveram presentes as duas posições, mas a tónica foi colocada na exaltação do herói e do símbolo duma época de grandeza e de ascensão. Deste modo, se fazia a contraposição com a suposta decadência e o abatimento de Portugal e dos portugueses, do final do século XIX.

---

<sup>146</sup> Teófilo Braga, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, 1914, p. III.

<sup>147</sup> Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lagan & Genalioux Sucés., 1892, p. 381.



## O Discurso Comemorativo

Salvé! Tu, lavrador do infinito  
 Que rasgando oceanos profundos,  
 Da Ciência co' gérmem bemdito,  
 Levantaste a seara de mundos.  
 Foi-te lavra, o gigante assombroso,  
 O potente sulcar dos teus barcos  
 Sôbre as vagas do Mar Tenebroso  
 Em que audaz tua mão poz os marcos.

Mercê dessa vitória,  
 De Deus quási rival,  
 Rebôa pela história  
 Um brado colossal:  
 Glória! Glória!  
 A Portugal!

Henrique Lopes de Mendonça,  
*Hino do Centenário do Infante D. Henrique* (1894)

### O centenário de 1894

Desde a colocação de uma lápide em homenagem ao Infante D. Henrique na fortaleza de Sagres que tinham surgido vários projectos para laurar o governador da Ordem de Cristo. O governo chegou a nomear uma comissão para estudar o projecto de erguer uma estátua em sua memória, mas sem resultados práticos por falta de meios para concretizar os planos. Na década de 80, tanto a Sociedade de Geografia de Lisboa quanto a Sociedade de Instrução do Porto tinham projectos para monumentos em

honra do Navegador. Mas a capital do Norte acabou por adiantar-se mercê do dinamismo da vereação progressista da Câmara, liderada pelo conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida. A organização do centenário e a construção da estátua proporcionavam-lhe duas vitórias políticas importantes: a do Porto sobre Lisboa e a dos progressistas em relação aos regeneradores que estavam, então, no governo. Contudo, houve o tacto necessário para não se perder de vista o carácter nacional das celebrações.

A dimensão nacional do evento foi sublinhada pela deslocação da família real ao Norte e de uma delegação da mais alta hierarquia do Estado, que incluiu o presidente do Conselho de Ministros, Hintze Ribeiro, e três ministros. A comemoração do Infante D. Henrique era, deste modo, a resposta monárquica aos centenários de Camões e do Marquês de Pombal. A família real esteve cinco dias no Porto, tendo-se desdobrado para estar presente nas mais variadas iniciativas. Apesar do insucesso da sedição republicana de 31 de Janeiro de 1891, a conjuntura de descrédito do regime monárquico tornava bem-vindas todas as manifestações que servissem para repor o abalado prestígio da realeza. Ora, celebrar um príncipe de sangue real tão profundamente ligado ao mito da época áurea da nação podia dar novo alento à monarquia e aos sonhos imperiais dos portugueses. Por isso, as comemorações organizadas pela Câmara Municipal do Porto contaram com o empenho do governo e da casa real.<sup>148</sup>

O discurso comemorativo não se limitou, como é natural, às palavras ditas e escritas, mas serão essas o fulcro da nossa análise. Começemos pelo concurso público que a comissão organizadora das comemorações decidiu abrir para a apresentação de uma memória sobre o "valor histórico, acções, feitos e importância das navegações que o Infante D. Henrique iniciou".<sup>149</sup>

A selecção do tema é significativa, porque mostra que o enfoque das comemorações se dirigia para as navegações que o Infante iniciara, no

148 Ver o relato das festas: Firmino Pereira, *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz, 1894.

149 Cf. *ibid.*, p. 53.

século XV. Não era tanto o homem que interessava, mas a obra e a sua repercussão no futuro. É o que parece deduzir-se do texto de abertura do concurso, mas o júri, constituído por Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Luciano Cordeiro,<sup>150</sup> decidiu atribuir o primeiro prémio a um trabalho de Alfredo Alves, centrado na descrição da vida do Infante.<sup>151</sup> Em segundo lugar, ficou a obra do jovem Fortunato de Almeida, ainda estudante universitário, mais voltada para a história geral dos descobrimentos e da expansão.<sup>152</sup>

O primeiro texto é uma narrativa bem escrita e ligeira, em estilo vivo e colorido, recheada de cenas e de diálogos imaginados pelo escritor. O autor fazia, assim, uma concessão a um estilo romancado, muito popular na época, que por certo agradara ao júri. Segundo Alfredo Alves, o Infante D. Henrique personificou "o génio português, enérgico e audaz", ao qual se devia o conhecimento do mundo inteiro.<sup>153</sup> Reencontramos a imagem de um combatente, valente e leal como os cavaleiros da Távola Redonda, que teriam povoado a sua mente na juventude; um indivíduo ascético, avesso ao sentimentalismo, pensador inteligente e estudioso, dominado pelo sonho dos descobrimentos. Depois do desaire de Tânger, cuja responsabilidade Alfredo Alves não deixou de imputar à teimosia e obsessão guerreira do Infante, recolhera-se em Sagres, ainda mais soberbo e austero, só devotado à empresa das navegações.<sup>154</sup> Ilibou-o de responsabilidades na morte de D. Pedro, atribuindo-lhe o desejo de interceder com boas razões junto do rei, seu sobrinho, para evitar o confronto militar, mas fora ultrapassado pelos manejos insidiosos e pelos acontecimentos.<sup>155</sup> Daquela que podemos considerar a biografia oficial das comemorações, destaca-se uma imagem que enaltece a memória do Infante. Apesar da dureza do retrato, inspirado em Oliveira Martins, a obra poderia contribuir para tornar a figura mais popular.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>151</sup> Alfredo Alves, *Dom Henrique, O Infante*, Porto, Typographia do "Comercio do Porto", 1894.

<sup>152</sup> Fortunato de Almeida, *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C<sup>a</sup>, Sucessores de Clavel & C<sup>a</sup>, 1894.

<sup>153</sup> Alfredo Alves, *op. cit.*, p. 117 e p. 120.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 102.

Fortunato de Almeida preferiu seguir de perto as fontes, nomeadamente as crónicas de Zurara. O seu bosquejo do Infante colocou a ênfase na figura cavaleiresca e senhorial. Porém, acrescentou-lhe virtudes cívicas e patrióticas anacrónicas, que eram valorizadas pela ideologia liberal.<sup>156</sup> Como Alfredo Alves, não esqueceu a importância da ciência e da sabedoria, a Escola de Sagres e outras lendas, provenientes das obras sobre a história das matemáticas do início do século, como a fundação do primeiro observatório astronómico da Península Ibérica e a invenção das cartas hidrográficas planas.<sup>157</sup> Era também ponto assente que o Infante D. Henrique tinha pretendido chegar à Índia circum-navegando a África, apesar de somente ter alcançado a serra Leoa, durante a sua vida.

Além das duas obras referidas, publicou-se, em 1894, mais de uma dezena de folhetos e brochuras sobre a vida e a obra do Infante D. Henrique. Ao mesmo tempo, a imprensa nacional e regional multiplicou os artigos de divulgação sobre o seu papel na história de Portugal e do mundo. A visão desses textos é, de um modo geral, tributária de Oliveira Martins e de Pinheiro Chagas, que foram convidados para abrilhantar com as suas conferências os festejos do Porto. O primeiro chegou a escrever a comunicação, publicada em edição póstuma no segundo volume da obra *Portugal nos Mares*, mas já não pôde proferi-la e morreu ainda nesse ano. Naquelas páginas reaparece-nos o conhecido Infante d' *Os Filhos de D. João I*, em escorço rápido e vigoroso: "homem feio, corpulento, ossudo com o cabelo negro e duro, com a tez escura, a testa breve, o mento forte, e sobre a boca rasgada um bigode negro, curto e farto".<sup>158</sup> Duro de aspecto e duro de coração, daquelas têmeperas rijas e empedernidas que a obsessão por uma ideia torna desumanos. Um herói devorado por uma fê de tipo novo - a procura da verdade científica - e inteiramente votado a uma acção desapiedada para atingir os seus fins.<sup>159</sup> Em comparação com as fisionomias "candidamente boas de D. Duarte e D. Fernando ou o aspecto

<sup>156</sup> Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 4-5.

<sup>157</sup> Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 53 e p. 70.

<sup>158</sup> Oliveira Martins, *Portugal nos mares, Ensaio de Crítica, História e Geografia*, vol. II, 1ª ed. postuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924, p. 192.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 194 e 212.

luminosamente claro de D. Pedro, o Infante D. Henrique apresenta uma "feição terrível", porque a santidade é quase sempre o oposto do heroísmo.<sup>160</sup> Mas, na sua opinião, não havia apoteose mais justa do que aquela, "pois se um Henrique foi o fundador desta nação, outro Henrique veio, três séculos depois, abrir-lhe as portas da immortalidade".<sup>161</sup> Deste modo, o Infante D. Henrique eleva-se à suprema dignidade de herói (re)fundador da nação. Uma ideia que apareceu expressa de várias formas noutras intervenções, porque se considerava que Portugal sem o Império não se poderia ter afirmado e sobrevivido como nação independente.

Nesta ordem de ideias é muito significativo o trecho do editorial, de 3 de Março, do jornal *Novidades*: "As especiarias da Índia e o ouro do Brasil foram a pólvora e a metralha com que debellámos muitos inimigos, conjurámos muitos perigos, ganhámos muitos aliados, vencemos muitos pleitos, assim como foram os subsídios com que pudemos educar-nos e polir-nos, pagar as galas de uma corte, o custeio d'uma evolução, e os complicados orçamentos da soberania e da civilização. Pode, pois, considerar-se o Infante D. Henrique como *o verdadeiro fundador da nossa independência nacional* (itálico nosso), porque foi elle que a tornou viável preparando-lhe títulos de legitimidade e recursos materiais".

Retomando a conferência de Oliveira Martins, parece-nos importante destacar a parte em que salientou que nenhuma grande empresa humana nasceu do pensamento individual de um homem "como ser mytho se pretende ter sahido Minerva da cabeça de Jupiter", numa clara alusão às suas próprias palavras na obra já várias vezes citada.<sup>162</sup> O merecimento dos grandes homens residiria na capacidade de apreenderem as tendências colectivas da sociedade e imprimirem uma direcção nítida e firme ao curso da história.<sup>163</sup> Deste jeito, Oliveira Martins corrigia a sua posição anterior, excessivamente individualista, enveredando por uma perspectiva

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 211.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 212.

<sup>162</sup> Assim Oliveira Martins escreveu: "[...] do cérebro poderoso do Infante D. Henrique (...) saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e ermodo, qual Minerva da cabeça de Jupiter". Cf. *Filhos de D. João I*, p. 315.

<sup>163</sup> Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, p. 196.

mais sociológica.

Pinheiro Chagas foi o orador encarregado de proferir a conferência na sessão solene, realizada no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, no Porto, na noite de 3 de Março, perante a família real, os mais altos representantes do governo e a nata da sociedade portuense. Numa intervenção muito aplaudida, que evidenciou os inegáveis dotes estilísticos e oratórios do lente, colocou o acento na ideia do renascimento de Portugal. Em mente tinha o exemplo do tricentenário de Camões que evocara a morte do poeta e fora entendido como uma ressurreição nacional. Ora, as comemorações henriquinas recordavam o nascimento do Infante e uma época que via como a primavera da pátria. Em causa não estavam as cinzas e o crepúsculo da nação, como em 1580, mas o berço e o natal, uma "época radiante da mocidade do nosso paiz".<sup>164</sup> Pinheiro Chagas esmerou-se na retórica e falou da perfeição, da beleza, da harmonia e da poesia daquela época luminosa, sob os auspícios de Apolo, um deus solar. As imagens não poderiam ter uma ressonância mítica mais forte: por um lado, temos a exaltação do mito da idade do ouro da pátria e, por outro lado, uma forte simbologia associada ao nascimento e à aurora, que traz consigo a promessa de um futuro radioso.

A inspiração do professor de Letras foi ainda mais longe e aproveitou para evocar a maternidade na figura tutelar e de respeitável memória de D. Filipa de Lencastre. Espalhou-se no elogio da Mulher e da alma feminina bem representados no culto da Virgem, que considerou ser um dos elementos místicos mais expressivos da cultura portuguesa. Deste modo, Pinheiro Chagas respondia à polémica questão se era legítimo comemorar o nascimento ou a morte dos grandes homens que tinha surgido nas páginas da revista *O Instituto*,<sup>165</sup> da Universidade de Coimbra.

Nesse artigo afirmava-se que os melhores argumentos fizeram prevalecer a ideia que o desaparecimento da vida era o momento certo donde partia a aspiração à imortalidade. Assim procedia a Igreja com a celebra-

<sup>164</sup> Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 132.

<sup>165</sup> António José Teixeira, "O Infante D. Henrique", in *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. XLI, 3ª série, n.º 8 e 9, Coimbra, 1894, p. 509.

ção dos aniversários dos santos e desse modo se tinham comemorado os centenários de Luís de Camões e do marquês de Pombal. Mas em 1860 ainda não era moda celebrar os centenários e, por isso, só havia uma alternativa: "festejar o nascimento, ou esperar para 1960, quando chegasse o quinto centenário da morte".<sup>166</sup> A opção foi clara, mas Pinheiro Chagas conseguiu justificá-la com argumentos mais poéticos e sedutores.

O orador oficial das comemorações também resolveu o conflito que opunha tradicionalmente os partidários de D. Pedro e de D. Henrique, "pedristas" e "infantistas", como se dizia, colocando-os lado a lado como figuras ímpares de uma época em que Portugal, depois de se ter conquistado a si-próprio, principiou a conquistar o universo.<sup>167</sup> D. Pedro, o filósofo e o estadista, e D. Henrique, o "solitário sonhador que quasi se suspende sobre o mar como os santos das lendas mysticas, ao enlevar-se em Sagres no arroubo ineffavel da contemplação dos horisontes, o monge militar que faz dos seus cavalleiros de Christo os templarios do oceano, o mystico amante da Immensidade".<sup>168</sup>

Outra ideia forte da conferência de Pinheiro Chagas foi a de um país pequeno e pobre a arrostar com os perigos e a descrença dos homens para conquistar os mares e os novos mundos: "David diante de Golias". Tal como na epopeia cavaleiresca de Santo Graal, em que este simboliza a abertura de novos horizontes para a humanidade e o vasto movimento da Renascença.<sup>169</sup> De um lado estavam as forças positivas, a iluminação, a ciência, o esforço consciente e sábio do Infante D. Henrique, os descobrimentos e a Civilização Ocidental; do outro lado, pontificavam as trevas, o agente inconsciente e brutal, as cinzas negras do incêndio que ameaçava a Europa através de Mahomet II e dos turcos. Uma visão maniqueísta da história ressalta da intervenção de Pinheiro Chagas, onde Portugal e o Infante D. Henrique, personificação da fé e do ideal da pátria, aparecem investidos de uma missão redentora da humanidade. Nas suas palavras,

<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 132.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>169</sup> *Ibid.*, p. 134.

“a cruz de Aviz conquistara a pátria, a cruz vermelha de Christo ia conquistar o mar, e não só o mar, mas os novos mundos, e a sciencia e as almas”.<sup>170</sup> Mas a recompensa dessa suprema dedicação de Portugal era “o insulto e o martyrio”,<sup>171</sup> numa clara alusão aos problemas diplomáticos e políticos por causa das colónias portuguesas.

O Infante D. Henrique tornou-se um símbolo do povo e da alma portuguesa, repartida em pedaços pelo mundo, um herói (re)fundador da pátria e um salvador da humanidade. Não se podia aspirar a maior glória e a audiência dispensou uma entusiástica ovação ao conferencista. O poder e a elite da sociedade portuguesa saíram dali triplamente edificados: com o passado de inesquecíveis glórias; com a imagem do martírio, injusto e cruel, do presente; com a ideia da grandeza e da nobreza da alma nacional, simbolizada pelo ideal viril do “povo conquistador” e pelo feminino do “povo do amor”.<sup>172</sup> Este quadro inseria-se muito bem na perspectiva saudosista e auto-consoladora que caracterizou o decadentismo *fin de siècle* e as últimas décadas da Monarquia Constitucional.

Dois tendências marcaram o discurso comemorativo, em 1894. A primeira pode ser designada pela expressão de Oliveira Martins, que foi título de um artigo dele no *Jornal de Notícias*, “monachismo secular”.<sup>173</sup> O Infante D. Henrique foi apresentado como um homem austero e monástico, cuja obra se integrava numa genealogia do progresso e da modernidade, que faziam remontar ao Renascimento e aos Descobrimentos, entroncavam no Iluminismo e nas grandes conquistas científicas e técnicas do século XIX. Naquele artigo, Oliveira Martins repetiu uma ideia que lhe era especialmente cara: “O Infante foi o primeiro frade da ciência”.

A visão laica e progressista esteve presente em múltiplas brochuras editadas, donde respigamos alguns nomes e trabalhos mais representativos. O almirante Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), grande admirador daquela figura, além de estudioso da história da náutica, considerou D. Henrique um espírito genial, um pioneiro e um profeta, não por suges-

---

<sup>170</sup> *Ibid.*

<sup>171</sup> *Ibid.*

<sup>172</sup> *Ibid.*, pp. 132-33.

<sup>173</sup> *Jornal de Notícias*, Porto, 3 de Março de 1894.

tão divina, mas por força da "razão esclarecida".<sup>174</sup> Afirmou expressamente que "D. Henrique não é um santo"<sup>175</sup> e procurou descortinar na sua ascendência, segundo as descobertas recentes da hereditariedade, a origem dos traços de carácter do Infante. Resumiu-as de acordo com os estereótipos correntes: a "tendencia entusiastica de peninsular", herdada do pai, e a "flegma britanica", recebida com o sangue materno.<sup>176</sup> Para Lopes de Mendonça a grande obra de D. Henrique foi de carácter científico e considerou que houve uma "renascença scientifica iniciada pelo Infante com a colaboração dos seus marinheiros, dos seus pilotos, dos seus cartographos".<sup>177</sup>

Outro vulto destacado da história da expansão representou, para o almirante Lopes de Mendonça, o homem de acção que se destacou na política - Afonso de Albuquerque. Tanto o Infante como Albuquerque foram apresentados como "trabalhadores infatigaveis", com "eminentes faculdades de organização, fortificadas pelo estudo e pelo saber".<sup>178</sup> O trabalho e o saber como fontes do mérito e do valor dos homens que devem ser objecto de veneração pública, autênticos heróis para edificação das massas, de acordo com a ideologia laica e progressista da época.

Henrique Lopes de Mendonça levou a sua admiração pelo Infante D. Henrique ao ponto de propor que o lema da Marinha, da autoria de Mendes Leal - *A patria honrae que a patria vos contempla* - fosse substituído pela enigmática divisa que lhe tinha pertencido - *Talant de bien fere*.<sup>179</sup> Depois de acesa controvérsia que podemos seguir pela imprensa da época, a divisa foi rejeitada por ser em língua estrangeira e de interpretação duvidosa.

Cornélio da Silva, redactor principal e proprietário do *Universal*, traduziu livremente a divisa por "desejo de acertar" e aproveitou a oportuni-

174 Henrique Lopes de Mendonça, *Caracter e Influência da Obra do Infante*, Conferência proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Férrin, 1894, p. 9

175 *Ibid.*, p. 19.

176 *Ibid.*, p. 20.

177 *Ibid.*, p. 22.

178 *Ibid.*, p. 24.

179 A divisa do Infante D. Henrique aparece, por vezes, escrita de outras formas, nomeadamente "Talent de bien faire". Mas a que está de acordo com a utilizada por D. Henrique é "Talant de bien fere", que tem sido traduzida por *talante* (vontade ou desejo) de bem fazer.

dade para dar curso à verbe satírica tão característica dos polemistas daquela época, por causa do estado deplorável da armada portuguesa: "quanto à nossa armada, quer-nos parecer que o que ella tem não é desejo de *acertar*, mas desejo de *concertar*".<sup>180</sup>

Idêntica perspectiva sobre a figura do Infante foi defendida por Silva Telles, no folheto sugestivamente intitulado *O Infante D. Henrique e a Renascença Scientifica Europea*. Dentro de uma concepção naturalista e orgânica da sociedade, considerava que o individuo é a expressão do colectivo onde está inserido e integrou o Infante no movimento geral de ruptura com a época medieval que foi o Renascimento.<sup>181</sup> Na sua opinião, a Europa do início da Idade Moderna tinha necessidade de sair para fora dos seus próprios limites físicos e intelectuais para operar uma autêntica renascença científica. Do mesmo modo, considerava que uma das vantagens comparativas de Portugal foi o *melting pot* que esteve na origem dos portugueses e o contacto estreito com outras culturas, com destaque para a árabe e a judaica. A sua visão do período medieval e da preponderância do cristianismo na Europa era bastante negativa, apresentando-o como uma fase de obscurantismo, atraso e regressão cultural em contraste com o esplendor da Antiguidade Clássica. Por isso, descartou da imagem de D. Henrique as características medievais e a religiosidade, amputando-a de facetas historicamente essenciais.

Na mesma ordem de ideias enfileirava Paiva e Pona, num opúsculo integrado na colecção *Plutarcho Portuguez*, que pretendia divulgar o conhecimento dos grandes homens da história portuguesa, com objectivos formativos e pedagógicos.<sup>182</sup> Por sua vez, a Sociedade de Geografia de Lisboa, em resposta à Câmara Municipal do Porto, congratulava-se pela "evocação d'aquella grande figura de pensador e estadista que anteviu e

180 *Universal*, Lisboa, 18 de Janeiro de 1894.

181 Silva Telles, *O Infante D. Henrique e a Renascença Scientifica Europea*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 25.

182 Os nomes que deveriam integrar os fascículos do I volume eram os seguintes: Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Camões, Damião de Góis, D. João IV, Padre António Vieira, Marquês de Pombal, D. Luisa Todí, José Correia da Serra, Bocage, Mousinho da Silveira e Herculano. As colaborações iam de Teófilo Braga, que escreveu também um fascículo sobre a *Theoria dos Grandes Homens*, Joaquim de Vasconcelos, Jólho Matos, Oliveira Martins e o já mencionado Paiva e Pona. A biografia completa era acompanhada por uma fototipia. Julgamos que a colecção não chegou a ser completada.

revelou novos mundos reaes na revolta immensidade oceanica povoada de lendas e ameaças sinistras, abrindo uma idade nova à humanidade, ao trabalho e à sciencia".<sup>183</sup>

A expressão máxima da visão secular da figura do Infante D. Henrique encontra-se no *Hino do Centenário*, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça. Nem uma só referência é feita à religião, à fé ou à cruzada. O Infante é visto como o "lavrador do infinito" que desbravou os oceanos, mercê dos conhecimentos científicos, e o "rude guerreiro indomavel" que trouxe a glória a Portugal. O coro canta em hossana triunfal: "Glória! Glória! A Portugal!" A Pátria e não o homem, o colectivo nacional e não o indivíduo, deveriam ser, afinal, o verdadeiro objecto do culto cívico.

A outra tendência corrente no ano do centenário era de inspiração católica e punha a ênfase na fé do cruzado medieval. Segundo as palavras do arcebispo de Évora, o Infante D. Henrique "personificou a missão providencial da nação portuguesa: dilatar a fé e o império, civilizando e christianizando a África".<sup>184</sup> Num opúsculo, Manuel Barradas defendeu idêntica perspectiva e atribuiu a decadência da sociedade portuguesa à descrença e à falta de fé.<sup>185</sup> O jornal legitimista, *A Nação*, transcreveu trechos do livro<sup>186</sup> e verberou fortemente o secularismo das comemorações. Nas suas páginas, D. Henrique foi apresentado como "um génio christão, um missionário, um homem enviado por Deus".<sup>187</sup> Mas a posição ultramontana do periódico não era corroborada pela hierarquia da Igreja que preferiu adoptar uma atitude mais moderada e conciliadora, como comprovam de forma eloquente os testemunhos dos bispos inseridos no álbum *In Memoriam*. Deus e a Pátria, a Ciência e a Religião, a Civilização e a Fé estiveram na base da grandeza da nacionalidade portuguesa e da acção do Infante D. Henrique.

Teófilo Braga, por seu turno, continuou com a diatribe contra a figura

183 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13<sup>a</sup> série, nº 3, Lisboa, 1894, p. 113.

184 *In Memoriam 1394-1894*, Porto, Pereira & Cunha, 1894, p. 11.

185 Manuel Barradas, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos Livreiro-Editor, 1894, p. 121.

186 *A Nação*, Jornal Religioso e Político, Lisboa, 4 de Março, 1894.

187 *Ibid.*, 13 de Fevereiro de 1894.

do Infante D. Henrique e retomou as ideias já expostas em jornais de feição republicana: *A Vanguarda*, de Lisboa, e *A Voz Pública*, do Porto.<sup>188</sup> Em sua opinião, o génio "taciturno e apathico" do Infante só conheceu notoriedade porque foi glorificado pelo partido dos que assassinaram D. Pedro. Considerou lendárias tanto a iniciativa dos descobrimentos e a descoberta das ilhas dos Açores e da Madeira, já anteriormente conhecidas, como a cultura científica do Infante e o papel de protector das ciências. As navegações foram uma obra colectiva que se inscreveu na tradição marítima dos portugueses e o Infante estaria somente preocupado com a defesa das suas posições monopolistas. Os artigos só vieram a público no dia seguinte ao centenário, para os republicanos não serem acusados de empanar o brilho dos festejos ou de diminuir o seu impacte popular.

Apesar da sua visão "anti-infantista", Teófilo Braga não se eximiu a contribuir para as comemorações com um poemeto intitulado *Mar Tenebroso*, que foi apresentado como a homenagem da imprensa portuguesa no centenário do Infante D. Henrique.<sup>189</sup> Contraditoriamente, nele exaltou o Infante como visionário e figura épica que decidiu responder ao apelo do Papa e bater-se em cruzada contra os turcos, no ímpeto de salvar a Civilização Ocidental. Porém, como Mahomet II não respondeu ao seu repto, teria gizado o plano de descobrir o caminho marítimo para a Índia, para ferir os turcos no Oriente. Desse modo, a Europa poderia libertar-se "da raça bruta que a infesta e tala!"<sup>190</sup>

“N’este alto pensamento se arrebatá  
Activa o Infante intrepidas empresas  
Das navegações grandes portuguesas,  
Das intimas tristezas se resgata,  
N’uma visão do infinito ignóreo  
De Sagres no remoto promontório.”

188 Teófilo Braga, "A lenda do Infante", in *A Vanguarda*, Lisboa, 6 de Março, 1894. Idem, "O centenário do Infante D. Henrique", in *A Voz Pública*, Porto, 5 de Março, 1894.

189 Theophilo Braga, *Mar Tenebroso*, Poemeto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894, p. 33.

190 *Ibid.*, p. 43.

Três linhas de força do mito henriquino estão presentes no poema: a ideia romântica do solitário de Sagres, a congeminar os mais arrojados planos, no alto do Promontório; a atribuição ao Infante do projecto de descobrir o caminho marítimo para a Índia, muito vulgar na altura; a tese de Portugal como salvador da Civilização Europeia da ameaça dos turcos, em que o Infante personificava o espírito cavaleiresco e de cruzada que teria animado tal empreendimento. Não deixou de referir o remorso do Infante D. Henrique pela morte do duque de Coimbra, o "desventuroso irmão" que uma palavra sua poderia ter salvado.<sup>191</sup> Porém, Teófilo Braga fez coro com aspectos fundamentais do mito que foi consagrado no ano do quinto centenário do nascimento neste poema.

De modo geral, a figura do Infante D. Henrique foi identificada com a época áurea da sociedade portuguesa e a sua glória advinha-lhe de ser considerado responsável por tão notáveis sucessos. Mas nem todos defenderam a mesma ideia, em 1894. Na linha de Alexandre Herculano, houve quem considerasse que se devia à obra do Infante a decadência de Portugal. Nas *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), o eminente historiador tinha defendido que o período do Renascimento correspondia ao declínio da nação, cujas razões eram de ordem moral e política.<sup>192</sup> No plano moral, avultava a dissolução dos costumes e dos princípios viris que tinham norteado os homens da época medieval, dissolvidos pelo luxo e pelo ganho fácil; no político, a centralização do poder e a preponderância da Coroa tinham aniquilado as instituições municipais e a responsabilidade individual, as pedras fundamentais do vigor da nação, na óptica liberal de Herculano. Como exemplo dum homem representativo dessa época de grandeza moral já extinta, o historiador lembrou o conde de Abranches, Álvaro Vaz de Almada, que expirou em Alfarrobeira, "defendendo a honra e a inocência do grande Infante D. Pedro".<sup>193</sup> A imagem é duplamente significativa, porque evoca Alfarrobeira e o lado dos vencidos para simbolizar o fim dum tempo de *virilidade* e de elevados valores

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>192</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo V, Lisboa, Viuva Bertrand & C<sup>o</sup> Sucessores Carvalho & C<sup>o</sup>, 1881, p. 168.

<sup>193</sup> *Ibid.*, p. 139.

morais.

Estas ideias de Herculano tiveram um eco importante no século XIX. Vamos encontrá-las, por exemplo, na conferência de Antero de Quental sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, em 1871. Na Idade Média, o poeta viu brilhar "o espírito independente e autonómico das populações peninsulares, no pleno esplendor do seu génio e qualidades naturais".<sup>194</sup> Mas, ao contrário de Herculano, considerava que a decadência só começara depois de meados do século XVI. Na Renascença, ainda tínhamos acompanhado o movimento geral da civilização europeia e até a ultrapassáramos nos estudos geográficos e nas grandes navegações. Os descobrimentos foram o resultado do trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, que o Infante D. Henrique inaugurara na famosa Escola de Sagres. Aquela fora uma fase de plena pujança da sociedade portuguesa e ibérica que abortou por causa da transformação do catolicismo pelo Concílio de Trento, do estabelecimento do absolutismo e do desenvolvimento das conquistas longínquas. O espírito da Contra-reforma, a asfixia das liberdades pelo centralismo político e a degenerescência moral e social provocada pelas conquistas asiáticas teriam sido as três causas fundamentais da decadência, qualquer delas posterior ao período henriquino.

Numa brochura editada a propósito das comemorações, Lino de Macedo retomou essa linha de pensamento, referindo-se à Idade Média como uma época idílica da sociedade portuguesa, onde "tudo era singelo e bom".<sup>195</sup> Depois, a cobiça, os escravos e as riquezas vieram corroer as forças vitais da nação, conduzindo-a à ruína e ao abatimento total. O ponto de viragem situava-se, em sua opinião, na sequência do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, porque não tinham ido ao Oriente com o "espírito luminoso e justo" que o Infante sonhara.<sup>196</sup> Ele fora, deste modo, a causa involuntária das desgraças do país e não havia motivos para congratulação: "Resta-nos a glória: mas o que é a glória? de que nos serve, se ella não nos paga o *coupon* de Janeiro nem nos extermina o *defi-*

194 Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1982, p. 15.

195 Lino de Macedo, *A obra do Infante*, Vila Franca de Xira, Typographia Campino, 1894, p. 4.

196 *Ibid.*, p. 114.

cit?"<sup>197</sup> A mesma questão foi levantada por outros nas páginas dos jornais.

O ano das comemorações foi pródigo em brochuras e folhetos, mas não se evidenciou pelas publicações científicas. Pontualmente, alguns contributos vieram permitir avançar no conhecimento da vida e da obra do Infante, numa perspectiva mais fundamentada e segura. Brito Rebelo escreveu dois artigos que puseram em causa ideias tradicionais e abriram novos horizontes à interpretação historiográfica. O primeiro focou os traços da vida do Infante que tinham ficado na sombra, nomeadamente a sua acção no plano económico e na administração dos bens da sua casa senhorial e da Ordem de Cristo.<sup>198</sup> No desempenho dessas tarefas demonstrara, segundo Brito Rebelo, capacidade de inovação e bastante tino prático. No outro artigo contestou, frontalmente, as fantasias que iam acrescentando a lenda henriquina:

"Não achando noticias precisas nem documentos autenticos, recorrem á inventiva, e então apresentam o Infante entregue ao estudo de mathematica e outros; e não falta quem o pinte como um solitario, afastado de tudo, confinado em uma ponta do Algarve, só entregue á contemplação do céu e dos astros, perguntando ao mar pelos seus segredos, sonhando descobrimentos e glorias. Outros menos modestos começam a inventar-lhe um palacio que era uma escola de virtudes; d' aqui a transformal-o n' uma escola de nautica e cosmographia pouco distou, e como consequencia, vem a criação de um observatório!"<sup>199</sup>

O artigo pôs em causa a localização tradicionalmente atribuída à vila do Infante, na praça de Sagres. Brito Rebelo situou-a na angra limitada pela Ponta Gorda e o Beliche, conhecida por Terça Nabal, no século XV. Frisou ainda que o centro de operações do Infante, no Algarve, foi Lagos.

José Maria Rodrigues, num artigo sobre *O Infante D. Henrique e a Universidade*, mostrou que não havia prova documental sobre o ensino efectivo das chamadas sete artes liberais, onde se incluíam a *Aresmetica*, a

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>198</sup> J. I. Brito Rebelo, "Alguns traços da vida do Infante D. Henrique", in *O Instituto*, Revista Científica e Literaria, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573.

<sup>199</sup> J. I. de Brito Rebelo, "Villa do Infante", in *Occidente*, vol. XVII, 17º ano, Lisboa, 1894, p. 66.

*Geometria e a Astrologia*.<sup>200</sup> Na carta de doação das casas à universidade há referência a que nelas se deveriam ler essas disciplinas, mas as fontes disponíveis só atestam o ensino de Teologia.

O desenvolvimento da investigação permitia duvidar das certezas e pôr em causa as efabulações sobre a figura do Infante D. Henrique. Mas é importante salientar que, apesar das divergências, as várias correntes ideológicas e até historiográficas se encontravam num ponto essencial para uma concepção nacionalista do passado nacional: a exaltação do papel de Portugal como vanguarda, nos séculos XV e XVI, da defesa da civilização cristã e europeia no mundo e, simultaneamente, como arauto de uma nova era para a humanidade, caracterizada pela abertura e pelo progresso, fruto de uma autêntica renascença científica que não teria sido possível sem o contributo dos descobrimentos portugueses. A ideia de uma idade de ouro em que a nação portuguesa liderara os destinos da humanidade, investida de um espírito colectivo de missão salvadora e civilizadora, encontra-se expressa de várias maneiras no leque ideológico do final do século, dos republicanos aos legitimistas. Afinal, todos convergiam na defesa da grandeza passada de Portugal, de que o Império era ainda o testemunho e a herança inalienável. O Infante D. Henrique, apesar da antipatia que a personagem suscitava nalguns,<sup>201</sup> era o símbolo dessa época e do início da expansão que conduzira à afirmação de Portugal e da Europa no mundo.

## Celebrações de 1960

Foi teu labor,  
Ó Místico de Sagres,

200 José Maria Rodrigues, "O Infante D. Henrique e a Universidade", in *O Instituto, Revista Científica e Literária*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 485-492.

201 Dois exemplos:

- Deoniso Santos Silva considera a castidade do Infante uma aberração e um "crime de lesa natureza", determinado pelo fanatismo religioso. D.S.S., "Casto?", in *O Velocipedista*, Porto, 1 de Março de 1894.

- Ramalho Ortigão não se coíbe de afirmar, publicamente, que antipatiza com a figura do Infante, apesar de se vergar perante a sua memória. R. O., "O sentimento e a acção" in *Jornal do Commercio*, 6 de Março de 1894 (reproduzido do *Jornal de Notícias*).

Que os rumos apontou da nossa glória.  
 Vidente e taumaturgo, os teus milagres  
 Plasmaram cinco séculos de História.

Adelino J. da Silva d'Azevedo,  
*Anriquinas (Poemeto)*,  
 Prémio Henriquino de Poesia, 1960<sup>202</sup>

" Oh! Como é obcecante esta figura de vidente e de cruzado, prodígio de razão e de visão, de inteligência e de fé, uma das mais trágicas da nossa história! Príncipe de solidão, ainda mais que príncipe de sangue, ele soube fazer dessa solidão o fundamento, o alicerce de uma grande comunidade de povos e de raças, geograficamente dispersos, mas unidos pelo ideal sagrado da bandeira comum. Foi ele que concebeu a Pátria".

Nuno de Sampayo, *Infante D. Henrique - a sua figura e a sua obra*, Prémio Henriquino de Jornalismo, 1960<sup>203</sup>

Entre a primeira e a segunda grande comemoração nacional do Infante D. Henrique, o país vivera a derrocada da monarquia, os tempos conturbados da I República e a instauração de um regime ditatorial que fez da mística da Nação o centro da sua propaganda. Em quase sete décadas, o problema das colónias não deixara de estar presente na vida política portuguesa e mantivera-se vivo o interesse dos historiadores e dos publicistas pela época da expansão e dos descobrimentos. O Infante D. Henrique acabou por plasmar muitos dos anseios de grandeza e de projecção das elites nacionais na cena internacional. A sua figura tinha-se tornado um símbolo do inestimável contributo dos portugueses para a civilização universal no imaginário dos grupos sociais mais informados e cultos. Por isso, não deixou de estar no fulcro das atenções de todos aqueles que se interessavam pela história nacional ou que buscavam no passado as

202 *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 338.

203 *Ibid.*, p. 345.

lições de proveito e exemplo para o presente.

A historiografia portuguesa conheceu, entretanto, um desenvolvimento significativo, de tal modo que, nos anos 20 e 30 do século XX, surgiram algumas das principais obras de referência da história nacional e da colonização portuguesa.<sup>204</sup> Paralelamente, as publicações de fontes e a renovação das metodologias e das interpretações historiográficas abriram horizontes para uma releitura crítica do papel do Infante D. Henrique na história da expansão e dos descobrimentos portugueses. Apesar disso, o peso da conjuntura ideológica nacionalista que marcara a vida política portuguesa desde o Ultimatum, exacerbado pela reacção conservadora e tradicionalista que estivera na origem do Estado Novo, reduziram o alcance dessa revisão da história e isolaram algumas vozes mais críticas e inovadoras no panorama da historiografia nacional. Em 1942, Duarte Leite constatava que a figura do Infante D. Henrique estava há vários anos na ordem do dia, prevalecendo a lenda sobre a preocupação de averiguar os factos históricos: "Oradores e escritores vêm à compita despejando torrentes de palavras e ondas de tinta, no empenho patriótico de lhe exaltar à saciedade os muitos altos méritos, tanto os comprovados como os fictícios, com que o sobredoura uma lenda multissecular".<sup>205</sup>

Uma longa tradição tinha sempre considerado o Infante D. Henrique como o iniciador e o principal obreiro da expansão e dos descobrimentos e procurava descortinar as causas daqueles nas razões que o tinham movido. Já Zurara tinha colocado o problema nesses termos: conhece-se a obra quando se conhece o fazedor dela. Na mesma óptica, a conquista de Ceuta era vista como uma empresa de cavalaria, destinada a satisfazer o desejo dos Infantes mais velhos de serem armados cavaleiros depois de uma autêntica batalha. Em 1919, António Sérgio propunha como hipóteses explicativas factores de ordem económica e o interesse da burguesia no desenvolvimento do tráfico ultramarino, no seu "ensaio de interpreta-

204 *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, 1921-1924; *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, editada em Barcelos, entre 1928-1937; *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, 1937-1940.

205 Duarte Leite, *História dos Descobrimientos*, vol. I, p. 224.

ção não romântica" da conquista de Ceuta. Na senda aberta por Sérgio, vários autores procuraram descortinar as causas económicas da expansão e o papel dos diversos grupos sociais naquele processo. O centro da problemática deslocava-se do plano individual, em que tinha sido maioritariamente colocado pelos autores do século XIX, para o plano sociológico. Não só se procurava apreender os motivos dos vários grupos e estratos sociais, mas também ver os protagonistas da história como parte dessa dinâmica e como expressão de ideias e interesses contraditórios. Esta perspectiva de análise identificava-se com as correntes mais modernas da historiografia que se produzia no estrangeiro e teve eco na obra de Duarte Leite, Jaime Cortesão e Veiga Simões, logo nos anos Vinte e Trinta. A expansão era vista como a resposta às aspirações da burguesia mercantil e às ambições da nobreza, desocupada depois de um longo período de guerras com Castela e desejosa de cargos e honras. Além disso, era também considerada um imperativo nacional e a saída encontrada pelas elites dirigentes do reino para os grandes problemas portugueses ao abrir do século XV.<sup>206</sup>

Neste contexto, o papel do Infante D. Henrique circunscrevia-se ao do príncipe que presidiu ou dirigiu um empreendimento que fora, afinal, uma obra colectiva tanto na base como no topo. Jaime Cortesão considerou mesmo o Infante "um comissário da Nação, e até certo ponto da Cristandade, para os Descobrimentos".<sup>207</sup> Estes foram o resultado de um longo processo de maturação e desenvolvimento da sociedade portuguesa, em particular do país marítimo e mercantil entrevisto por Alberto Sampaio, e inseriam-se na necessidade de afirmação do Estado português no contexto da Península Ibérica. Por isso, a expansão e os descobrimentos foram considerados um designio de alcance nacional e patriótico, cujo plano tinha sido obra de um escol dirigente, onde se incluíam todos os responsáveis políticos da segunda metade de Trezentos e de Quatrocentos.

206 Veiga Simões, "O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção" in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. 1, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 338.

207 Jaime Cortesão, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 60.

tos - D. João I, D. Duarte, o regente D. Pedro, D. Afonso V e D. João II.

Em 1960, o discurso comemorativo desvalorizou, de forma sistemática, os factores económicos e a interpretação sociológica do arranque da expansão portuguesa. O materialismo dessa linha explicativa repugnava aos defensores de uma concepção extremamente idealista da génese das navegações oceânicas dos portugueses, que se inseriu, no fim de contas, numa estratégia de justificação das opções ideológicas e políticas do regime salazarista.

Na introdução a uma obra sobre o Infante D. Henrique, patrocinada pela Comissão Executiva das Comemorações, o ministro da Marinha, Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias, afirmou que os valores mais nobres conduziram os navegadores que aportavam em terras tão distantes e estranhas, onde iam oferecer o que tinham de mais valioso - "a língua, a religião e a mesma nacionalidade para todos".<sup>208</sup> Sempre que as condições o permitiam, os portugueses fixavam-se nesses territórios para os povoar, desenvolver e defender, aprofundando os laços com as populações nativas de modo a "unir todos numa só família, num todo uno e indivisível".<sup>209</sup> Deste modo, a obra da colonização portuguesa seria o resultado da "*afeição e dedicação sem limites*, ao longo dos séculos e de muitas gerações, à custa de muito sangue generoso e sublime, de *missionários e santos, de heróis e de mártires ao serviço da Civilização e da Humanidade* [itálico nosso]."<sup>210</sup>

Nesta citação encontramos esboçadas três ideias-força do discurso comemorativo de Sessenta: 1) foram os valores, traduzidos em nobres ideais como o proselitismo cristão e a preocupação civilizadora, que impulsionaram os descobridores e os colonizadores portugueses, arredando-se a ideia do lucro ou de quaisquer vantagens materiais; 2) a "bondade" da colonização portuguesa, motivada pelos propósitos mais altruístas, conduziu à união de todos os povos do Império português numa "Nação una e indivisível"; 3) logicamente decorrente dos postulados ide-

208 AA.VV., *Infante D. Henrique*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 4.

209 *Ibid.*

210 *Ibid.*

ológicos anteriores, o enaltecimento dos homens que teceram a história da expansão portuguesa, consubstanciados na figura heróica e sublime, de asceta e de cavaleiro da Pátria e da Cristandade, do governador da Ordem de Cristo. Deste modo, o discurso comemorativo oficial legitimava a colonização portuguesa e transformava num ícone o homem a quem se ficara a dever o “impulso inicial” e o “desenvolvimento metódico e persistente” das navegações que deram “novos mundos ao mundo”.<sup>211</sup>

O facto de os discursos se centrarem no homem não significava um verdadeiro interesse pela individualidade de D. Henrique. Pelo contrário, prevalecia uma visão estereotipada da personalidade do Infante, escorada no relato de Zurara e noutros testemunhos abonatórios, e a preocupação de identificar as suas características com as virtudes da raça ou, nos termos preferidos por outros, com o carácter do povo português, naquilo que teria de melhor e mais heróico. Sobre o papel do governador da Ordem de Cristo na história de Portugal, o discurso ideológico dominante nas comemorações oscilava entre o homem providencial e a mística do Chefe que, como dirigente, guia, ou condutor da sociedade do seu tempo, “definiu o destino universalista da Nação portuguesa e criou um Mundo Novo”, nas palavras do Cardeal Patriarca de Lisboa, na cerimónia religiosa de abertura das comemorações que teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos.<sup>212</sup> O providencialismo de inspiração cristã e uma filosofia política autoritária mesclavam-se para transmitir a imagem de um líder enviado por Deus com a missão de projectar Portugal no mundo e de salvar a Cristandade face ao avanço do Islamismo. Um misto de ideólogo e de homem de acção que dedicara a sua vida a uma missão de valor transcendente para a Civilização Cristã e Ocidental com total desprendimento e abnegação. O sacrifício e a dedicação são os termos mais usados para definir a trajectória do Infante, o qual não se deixara vencer pela dúvida, pelo ceticismo, pela dor e pelo desânimo e fora capaz de realizar a sua obra com a fé e a determinação dos heróis.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>212</sup> *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, 1961, p. 16

Em muitos discursos proferidos nas cerimónias públicas, religiosas ou laicas, torna-se evidente a defesa de uma mística do sacrifício como forma de redenção individual ou colectiva, de acordo com a doutrina cristã. Nesse aspecto, o Infante D. Henrique foi apresentado como um caso exemplar: uma vida solitária e desprendida do mundo no isolamento de Sagres. Sem esposa ou filhos para amenizar os seus dias, mantivera-se virgem ou casto, nas versões mais prudentes, para poder ser digno dos maiores cometimentos como Galaaz. Não hesitara em sacrificar o irmão no altar da Pátria e da Cristandade, apesar de sofrer cruelmente com isso, e saíra da tragédia mais determinado em combater os mouros e propagar a fé. Duro consigo e com os outros, não aspirava a glórias terrestres ou a proventos materiais. O seu sonho consistia em "esmagar a ameaça da barbárie muçulmana para conquistar a paz, o sossego e a prosperidade da cristandade", de acordo com a tese geralmente aceite de Joaquim Bensaúde.<sup>213</sup> D. Henrique fora, por conseguinte, um cruzado e um herdeiro tardio dos projectos medievais de combate ao Islame.

Esta visão do Infante D. Henrique apoiava-se em vários testemunhos coevos e posteriores já referidos. A legenda foi bem sintetizada por Lucena e Vale, na sessão solene realizada na Câmara Municipal de Viseu: "D. Henrique profundamente religioso, quase místico, tinha a fé viva de um cruzado e a disciplina rígida dum asceta. Abstémio, casto e piedoso, nem por isso se fechava ao hermetismo da sua vida interior, antes, vendo no mundo a maravilhosa obra de Deus, punha na realização dos seus desígnios o mesmo fervor das suas orações e vida de piedade".<sup>214</sup>

Todos os tópicos que serviam para ilustrar este quadro foram exaustivamente repetidos, como o das dívidas que tinha deixado à hora da morte, apesar do elevado rendimento da sua casa, o que seria a prova das avultadas despesas do Infante com a empresa das navegações e dos parcos ganhos pessoais. Em contrapartida, todas as actividades económicas em que se envolvera ao longo da vida, com tino prático, eram colocadas na penumbra, bem como as largas vantagens e benesses que foi obtendo

---

213 Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 28 (reeditado em 1960)

214 *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, p. 236.

para a sua casa senhorial. Contra as chamadas teses "materialistas" levantavam-se em coro os defensores da cruzada e de uma visão imaculada do Infante D. Henrique.

Com uma concepção da história oposta à oficial, a obra de Vitorino Magalhães Godinho sobre *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* só foi publicada dois anos depois do centenário.<sup>215</sup> Em primeiro lugar, não polarizava no Infante D. Henrique o arranque da expansão portuguesa e mostrava de que forma esta se inseria num processo mais amplo, de âmbito mediterrâneo e hispano-português, de irradiação para o oceano Atlântico. No plano interno, situava a acção do quinto filho de D. João I no contexto da sociedade do seu tempo e do conjunto dos factores que impulsionaram o surto expansionista. Defendeu que este processo se ficou a dever a uma pluralidade de iniciativas, destacando a dos reis D. João I e D. Duarte, do regente D. Pedro, do próprio Infante D. Henrique e de João Afonso, no caso de Ceuta, além dos particulares. Aliás, somente um terço das viagens conhecidas foi empreendida por ordem do governador da Ordem de Cristo. Os outros dois terços resultaram da iniciativa de particulares - cavaleiros, escudeiros e mercadores - e da acção política do regente D. Pedro.<sup>216</sup> Magalhães Godinho foi mesmo mais longe na análise sociológica das causas da expansão e levantou a hipótese da iniciativa dos descobrimentos não ter cabido a particulares, mas à Ordem de Cristo porque era "uma organização de riqueza fundiária e mobiliária, e portanto uma força social-económica".<sup>217</sup>

Em segundo lugar, é importante destacar que o historiador analisou, num capítulo específico, "as maneiras de sentir e de pensar" que estiveram na base do comportamento económico dos homens de quatrocentos, vendo-as à luz da ideologia e das mentalidades da época. Por um lado, discutiu o significado da ideia de cruzada no Portugal quatrocentista, vincando a respectiva importância política e financeira, porquanto era uma

215 Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962. Foi encomendada para integrar a Colecção Henriquina, mas não chegou a ser editada com a chancela oficial.

216 *Ibid.*, p. 81.

217 *Ibid.*, p. 212.

forma de colocar ao serviço dos fins do Estado as forças psicológicas da religiosidade e de legitimar jurídica e moralmente esses fins. Além disso, representava uma fonte de rendimento apreciável, através da utilização dos dízimos para fins de guerra contra o infiel.<sup>218</sup> Por outro lado, submeteu a análise crítica os relatos dos séculos XV e XVI sobre a personalidade e o retrato moral do Infante D. Henrique, salientando o carácter estereotipado da idealização do príncipe à luz da literatura da época e da preocupação de enaltecimento dos grandes senhores. Seguiu, aliás, a mesma linha de interpretação de Veiga Simões, que foi o primeiro a pôr em causa a validade do testemunho de Zurara para reconstituir o carácter do Infante, e de António José Saraiva. Este confrontou o panegírico do cronista com os textos dos *Grands Rhétoriciens* da Borgonha coeva e pôde, deste modo, estabelecer a identidade de ideias, de expressões, de convenções típicas das correntes literárias daquele período. Magalhães Godinho não deixou também de contestar outras teses correntes, declarando que não havia provas da vasta cultura ou erudição de D. Henrique, nem da sua preparação científica ou do seu empenho no desenvolvimento das ciências.<sup>219</sup> O desastre de Tânger e as dívidas que legou, apesar dos elevados proventos da sua casa senhorial, parecem ser indicativos de que não possuía excepcionais qualidades de organizador. Não descurou o engrandecimento da sua casa e do seu património e possuiu uma empresa de corso, vigiando para não ser defraudado do seu quinto dos escravos. Sacrificou os irmãos aos seus objectivos políticos. Como um grande senhor, cioso da sua autonomia, desobedecia por vezes às instruções régias e praticava abusos de poder (como nomeações para que lhe faltava competência). Quanto à personalidade, Magalhães Godinho escreveu de forma prudente:

"Não há provas de que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de luxo,

---

218 *Ibid.*, p. 91.

219 *Ibid.*, pp. 96-97.

nem um puro cavaleiro "medieval" que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, como os seus contemporâneos, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros - e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis".<sup>220</sup>

Na conclusão do capítulo que temos vindo a referir, o historiador salientou a confluência da noção medieval de servir o senhor pelas armas e da noção moderna da obtenção de proveito pelas fainas mercantis, do espírito de cruzada e de cavalaria e do espírito capitalista embrionário nas motivações dos homens que se lançaram na empresa da expansão e dos descobrimentos.<sup>221</sup> Não deixou também de mencionar a hipótese da crónica de Afonso Cerveira, que foi utilizada por Zurara para escrever a *Crónica de Guiné*, ter sido refundida pelo seu sucessor no sentido de valorizar a acção do Infante D. Henrique, transpondo grande parte da iniciativa das navegações que teria cabido ao regente D. Pedro para o governador da Ordem de Cristo. Apesar disso, Magalhães Godinho aceitou que a iniciativa de ultrapassar o Bojador partiu de D. Henrique ou, melhor, da Ordem de Cristo e da respectiva casa senhorial, uma vez que, por norma geral, "os feitos dos servidores são transferidos para a glória do senhor".<sup>222</sup>

Em terceiro lugar, importa salientar que a obra de Vitorino Magalhães Godinho pôs em causa a tese da cruzada do Infante D. Henrique defendida por Bensaúde. Demonstrou que a ascensão dos otomanos no Levante não exerceu qualquer influxo na génese das navegações portuguesas e nas orientações políticas que determinaram o rumo da expansão até ao século XVI. Em nenhuma das fontes coevas se nota a mínima preocupação pelo imperialismo turco, nem a Cristandade se sentia gravemente ameaçada, a ponto de ser necessário defendê-la a todo o custo, pelo menos até 1453, e com certeza até ao fim daquela centúria.<sup>223</sup> Os dirigentes quatrocentistas buscaram a aliança com o Preste João - as "Índias"

---

<sup>220</sup> *Ibid.*, p. 97

<sup>221</sup> *Ibid.*, pp. 106-107.

<sup>222</sup> *Ibid.*, pp. 135-136.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p. 65.

eram confundidas com a África Oriental e Central - para abrir nova frente contra o Islame norte-africano. Apesar de admitir que o plano das Índias já pudesse existir “obscuramente na mente do Infante D. Henrique, ou talvez fosse concepção de quem conhecia a perspectiva europeia dos problemas, o Infante D. Pedro”,<sup>224</sup> defendeu que só era indubitável que no tempo dos filhos de D. João I se pretendeu alcançar o Preste João. A Índia das especiarias fora um objectivo de D. João II, explicitamente comprovado pelos documentos. Deste modo, Magalhães Godinho circunscrevia o alcance e as proporções da acção do Infante D. Henrique e deitava por terra as teses que sustentavam a visão ideológica da missão salvadora e messiânica de Portugal, como vanguarda da Cristandade contra a ameaça do Império Otomano. A suposta estratégia planetária do solitário de Sagres reduzia-se, afinal, a um projecto mais modesto de âmbito mediterrâneo e marroquino que não só não visava a Índia, desde o início, mas também não foi determinado pela ideia grandiosa de combater o imperialismo turco. Não deixava, por isso, de ser notável.

As conclusões de Vitorino Magalhães Godinho, enumeradas de forma sistemática no final da obra, desfaziam ideias feitas e diluíam o papel do Infante D. Henrique no complexo dos factores económicos, sociais e políticos que estiveram na génese das navegações portuguesas. Na sua perspectiva, a explicação histórica não pode ser simplificadora, mas tem de encadear de forma inteligível o conjunto das relações entre os factos susceptíveis de elucidar os vários problemas colocados pelo historiador. Só desse modo se pode caminhar para uma compreensão científica do passado. Porém, não era esse o objectivo das comemorações em geral e, no coro bem orquestrado das celebrações henriquinas de 1960, não havia espaço para uma nota tão destoante e inovadora. Por isso, a publicação que saiu na colecção patrocinada pela Comissão Executiva das Comemorações, intitulada *Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos*, é um texto menor do ponto de vista historiográfico. Sem efectiva investigação nem ideias originais, o autor transcreveu o que se sabia sobre a economia da época, de forma superficial, e repetiu a imagem de

---

224 *Ibid.*, p. 150.

um "homem abrasado pela fé", possuidor de grandes conhecimentos científicos, "magnífico a conceber e genial a organizar", que centralizara a iniciativa e a condução da empresa das navegações durante a sua vida.<sup>225</sup>

Neste contexto, compreende-se a ênfase que Jaime Cortesão colocou na tese do *homo economicus*, insistindo em vários discursos e artigos, publicados na imprensa da época, num dos aspectos da sua complexa visão do Infante D. Henrique. O homem económico é, na sua óptica, o que "norteia a sua acção pela utilidade e o lucro".<sup>226</sup> O cognominado Navegador fora um "homem predominantemente voltado para a solução dos problemas da produção e da circulação dos produtos, que afectavam o tráfico cosmopolita do seu tempo".<sup>227</sup>

As outras facetas, assinaladas nas suas obras, de "místico da acção", de representante típico do espírito de cruzada, de homem do Renascimento, dominado pelo "anseio de saber" e a "sede experimental",<sup>228</sup> foram remetidas para um plano secundário. Uma atitude que parece inserir-se no objectivo de remar contra a maré do discurso comemorativo do regime. Todavia, Jaime Cortesão foi sempre um grande admirador da figura e da obra do *Infante de Sagres*, cuja acção contribuiu para engrandecer com a sua teoria do sigilo e a ideia dum âmbito muito mais lato do que o geralmente admitido para os descobrimentos henriquinos.

Um assunto foi esquecido de forma sintomática nos discursos: a escravatura. Esta prática foi justificada, na Idade Moderna, como uma forma de cristianizar os africanos e, já no século XIX, como um meio para civilizar os indígenas, submetendo-os à disciplina do trabalho forçado. Em Portugal, muito cedo se instaurou o mito da bondade dos portugueses em relação aos escravos. Zurara relatou com pungente realismo a partilha dos escravos em Lagos, afinal também eles da "geração dos filhos de

225 Amaro D. Guerreiro, *Panorama Económico dos Descobrimientos Henriquinos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 116-117.

226 Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 633.

227 *Diário Ilustrado*, "Sobre o Infante D. Henrique "Um Descobridor Económico"" - falou na reunião do Rotary Clube de Lisboa, o Dr. Jaime Cortesão, Lisboa, 3-5-1960. Noutro artigo, "O Infante D. Henrique, Grande Mercador", a tónica foi colocada também no aspecto económico: *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18-5-1960; *Região de Leiria*, Leiria, 9-6-1960; *Notícias*, Lourenço Marques, 5-8-1960.

228 Cf. Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol II, p. 633 e p. 391; *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 89.

Adão".<sup>229</sup> Nessa descrição aparece o Infante D. Henrique, montado a cavalo, atento à divisão das peças e ao quinto que lhe cabia por direito, pensando com grande prazer na salvação daquelas almas perdidas. Na *Crónica de Guiné*, são frequentes as "caçadas" aos homens e mulheres que tinham a pouca sorte de jornadas ao longo da costa percorrida pelos navegadores portugueses. Percebe-se, assim, que uma das actividades dilectas dos capitães dos navios consistia em *filhar* mouros, *alarves* e negros para os trazer cativos para o reino. Mas os ecos dos lamentos dos desgraçados não se faziam ouvir nas comemorações, preferindo-se recordar o bom acolhimento dispensado aos cativos: "aquelas viúvas que encontravam nas escravas uma filha, aqueles que libertavam os seus servos dedicados e, na altura dos casamentos, não distinguiam a festa, com que os recebiam daquela que faziam com os próprios filhos".<sup>230</sup> Do testemunho do cronista retinha-se somente que os escravos foram tratados de forma muito humana e que havia o objectivo de integrá-los no "seio amável da Igreja".<sup>231</sup> Os escravos foram uma moeda de troca que servira para incentivar os homens a lançarem-se ao mar para descobrir terras.<sup>232</sup> De modo geral, pensava-se que os fins justificavam os meios e que o tráfico negreiro não empanava o brilho da acção do Infante.

O escamoteamento da escravatura prendia-se também com a tese geral da "nação evangélica", respeitadora do primado da dignidade da pessoa humana, que nunca fora racista, mas sim um exemplo do humanismo e do espírito de missão tipicamente cristãos.<sup>233</sup> O discurso nacionalista assentava na ideia da grandeza e da superioridade moral da nação portuguesa, numa linha de tradição ideológica que, pelo menos, remontava ao final do século XIX. Ora, o herói que conduziu o destino do país para a fundação de um Império não se podia macular com propósitos vis ou trá-

229 Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. XXV, pp. 122-24.

230 Orlando Ribeiro, "O Infante e o Mundo Novo", in *Arquivos da Universidade de Lisboa, Homenagem ao Infante D. Henrique*, XIX (1 da Nova Série), 1960, p. 155.

231 *Ibid.*, p. 18.

232 Cruz Malpique, "O Infante D. Henrique, acusado de negreiro e de mau irmão", *Separata do Boletim da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960, p. 25.

233 Cf. Discurso de Cacirola da Mata no acto de entrega da tradicional Casa do Infante, in *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960, pp. 319-20.

ficos desumanos, tinha de aparecer impoluto e nobre no seu pedestal de fundador da "nação pluricontinental". Para preservar essa imagem, o governo português não hesitava em utilizar todos os meios ao seu alcance, mesmo no estrangeiro. O historiador inglês Peter Russell contou, recentemente, que tendo proferido uma conferência em Londres no aniversário da morte de D. Henrique, foi pedido aos organizadores para serem compradas todas as cópias da comunicação para destruição, só por ter citado um documento do Infante, um dos poucos existentes da sua autoria, em que "ele falava em *escravos e outras coisas*".<sup>234</sup> O regime não podia aceitar que a sua campanha de propaganda fosse beliscada pelos factos históricos.

Parte fundamental dessa campanha, no plano nacional e internacional, foi feita através da divulgação do luso-tropicalismo, do sociólogo e ensaísta brasileiro Gilberto Freire. No final dos anos Trinta, quando tornou públicas as suas teses sobre a extraordinária capacidade de adaptação do português às condições ecológicas dos trópicos e sobre a miscigenação, vivia-se uma época de afirmação da virtualidade da "raça", pautada pela mística do lusitanismo, e as ideias geradas no meio pernambucano não tiveram acolhimento favorável nos hostes do Estado Novo, recentemente instituído e ainda em fase ascendente. Foram as mudanças verificadas na conjuntura internacional no pós-guerra e a explosão das autonomias das colónias que criaram a necessidade de introduzir alterações no discurso ideológico, dando abertura para a perspectiva da miscigenação que ia ao encontro da política integracionista apregoada pelo regime. Nesse sentido, a mudança da terminologia usada em relação às colónias, na revisão constitucional de 1951, não foi inócua. Os termos "império colonial" e "colónias" desapareceram e foram substituídos por "ultramar português" e "provincias ultramarinas". Torna-se patente uma preocupação de assimilar as colónias à Nação sob a égide, considerada protectora e paternal, do Estado Novo.

Nesse contexto se explica o convite endereçado pelo Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, a Gilberto Freire para

234 "Glória e História: o combate de Peter Russel", in *Oceanos*, Lisboa, n.º 17, Março, 1994, p. 85.

empreender uma longa viagem de observação e de estudo pelas possessões portuguesas dispersas pelo mundo. De Agosto de 1951 a Fevereiro de 1952, o sociólogo brasileiro pôde observar *in loco* o florescimento do que designou como o "complexo luso-tropical". A observação do mundo colonial português permitiu-lhe confirmar a sua intuição anterior e a necessidade de Portugal e do Brasil não se deixarem seduzir por "alguma retardatária ou arcaica mística arianista" e de promoverem a integração de povos e de culturas para "sobreviverem os melhores valores portugueses e cristãos de cultura num Mundo porventura mais livre de preconceitos de raça, de casta e de classe que o actual".<sup>235</sup>

As ideias de Gilberto Freire conheceram uma projecção cada vez maior nos meios intelectuais e políticos portugueses. Em 1960, foi convidado para proferir a conferência inaugural do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos sobre o tema da *Integração das raças autóctones na economia portuguesa*. Segundo o presidente da comissão organizadora oficial, J. Caeiro da Matta, este estudo servia "para a todos demonstrar que não há problemas fundamentais entre os portugueses dos territórios Ultramarinos, visto todos nos sentirmos na mesma comunidade".<sup>236</sup> Os ensaios do sociólogo pernambucano reafirmavam a superioridade do padrão cultural português que assentava na capacidade de adaptação e numa certa plasticidade, explicada pela miscigenação que estivera na origem dos portugueses,<sup>237</sup> e nos valores mais ecuménicos e tolerantes do cristianismo. A colonização portuguesa era uma "obra muito complexa de acomodação, de temporização, de transigência, de ajustamento", "sociologicamente franciscana",<sup>238</sup> que cuidara de estabelecer instituições protectoras do homem: as Misericórdias, as Santas Casas, as Irmandades, as Confrarias, os Recolhimentos, sem contar com os Con-

235 Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d, p. 10. Ver também o diário desta viagem publicado pelo autor, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.

236 Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico, Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p.X.

237 *Ibid.*, p. 45: "Sangue mouro, onde se misturou ainda o sangue judcu, indiano, ameríndeo, negro; não apenas de celtas ou de nórdicos".

238 *Ibid.*, p. 34.

ventos e os Mosteiros.<sup>239</sup> A expansão portuguesa não fora uma empresa etnocêntrica, mas sim *crístocêntrica*.

Como corolário lógico, o Infante D. Henrique foi erigido em "pioneiro de uma política social de integração de não-europeus no sistema luso-cristão de convivência".<sup>240</sup> Os portugueses de Quatrocentos tinham acolhido os escravos "como se fossem seus filhos",<sup>241</sup> integrando-os no sistema patriarcal de protecção que já tinha descrito na sua obra *Casa Grande & Sanzala*. Talvez seja perceptível em Gilberto Freire uma nostalgia desse mundo destruído pela industrialização e pelo desenvolvimento do trabalho assalariado que casava bem com a visão tradicionalista e rural defendida pelo salazarismo. Mais aberrante soaria a ideia de imaginar o Infante, solitário e ascético, a promover "aventuras de sexo" com mulheres doutras raças e cores para manter a paz social entre civilizações diferentes.<sup>242</sup> Mas esse era também um meio de comunicação entre os povos, e decerto um dos mais eficazes, para obter a integração preconizada pelo autor de *O Mundo que o Português Criou*.

Na sua pena não é só a feição do Infante que se adoça. Sagres também é visto como o lugar de origem de um novo modelo civilizacional. Modelo assente nas relações estreitas entre europeus e não-europeus, na combinação do estudo científico e do planeamento com o arrojo aventureiro, e, por último, na obra de protecção cristã e patriarcal que seria característica da sociedade portuguesa. O Infante D. Henrique transforma-se, nesta ordem de ideias, no "campeão de um cristianismo verdadeiramente universalista e dinamicamente ecuménico".<sup>243</sup>

Na defesa da existência de uma mística luso-cristã de integração, Gilberto Freire não teve pejo em afirmar que Portugal já não se dividia, do ponto de vista sociológico, num "Portugal metropolitano" e num "Portugal colonial", mas era todo ele um Portugal único.<sup>244</sup> Juntava, deste modo,

239 *Ibid.*, p. 262.

240 *Ibid.*, p. 255.

241 *Ibid.*, p. 265.

242 *Ibid.*, p. 283.

243 *Ibid.*, p. 284.

244 *Ibid.*, p. 235.

a sua voz à propaganda do governo português daquela altura.

A mitificação do Infante D. Henrique, em 1960, foi tributária da conjuntura política internacional e da ameaça que começava a pairar sobre a integridade do Império português. A tónica dos discursos foi colocada na coragem, no enorme sacrifício, na fé e na verdadeira abnegação que foram precisas para levar a cabo a grande empresa das navegações e para combater o perigo maometano. Só quando se afasta do espírito a dúvida, o cepticismo e a incerteza que corroem a alma humana se podem realizar os mais altos feitos, o que constituía um exemplo para as gerações presentes que tinham de enfrentar os inimigos da Civilização Ocidental. A analogia entre a época henriquina e a segunda metade do século XX residia na ideia de que havia em ambas uma ameaça à civilização europeia, contra a qual Portugal, nação providencial e messiânica, era chamado a lutar sem desfalecimento. Foi isso mesmo que Caeiro da Matta afirmou no acto de posse da Comissão Ultramarina, a propósito da posição irreduzível do governo em relação ao contencioso com a União Indiana por causa de Goa: "A Índia é para nós mais do que um património: é uma missão".<sup>245</sup>

O discurso laico sobre o universalismo e a política civilizacional mesclava-se com o discurso religioso sobre o carácter ecuménico e a cristianização como elementos determinantes da presença portuguesa no mundo. O discurso comemorativo foi dominado pelos signos da Fé e do Império, da Religião e do Poder. Daí a importância excepcional que a ideia da cruzada assumiu na visão do processo da expansão e na imagem mítica do Infante D. Henrique como um cavaleiro de Cristo, totalmente despojado das paixões terrenas. Nos numerosos discursos proferidos pelos membros do clero nas igrejas e em cerimónias oficiais, o Infante aparecia como um modelo de virtude e de religiosidade. O padre João de Oliveira resumiu de forma lapidar essa imagem mítica que emergia das celebrações: "Para todos nós o Infante é uma pregação viva. Monge na sua meditação, asceta no seu isolamento, santo na sua mística, profeta na sua ante-

---

245 *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, p. 138.

visão do Mundo Novo, sábio nos seus estudos e inquirições".<sup>246</sup>

Nas páginas da revista *Brotéria*, António Domingues de Sousa e Costa viu o Príncipe como um exemplo moral para todos os católicos, realçando a castidade, a austeridade, a perseverança, a humildade, o espírito magnânimo e bom, a vida severa, os princípios rígidos, a dedicação ao culto religioso e à Igreja.<sup>247</sup> Tal comportamento devera-se à influência altamente espiritual da mãe, D. Filipa de Lencastre. Noutros artigos e intervenções, a santificação do governador da Ordem de Cristo foi seguindo o seu curso, apesar de nunca ter sido objecto de culto popular. Também não se tinha ligado à Ordem, que dirigira como senhor laico, por votos canónicos, o que era explicado pela obediência à razão de Estado, imposta por decisão do regente D. Pedro e de D. Afonso V.<sup>248</sup> Apesar disso, ele teria levado a vida de monge que sempre ambicionara, mantendo-se inclusive absolutamente casto e ileso até ao fim.<sup>249</sup>

Este retrato já era mais de ordem religiosa do que histórica e a sua consequência lógica só poderia ser a defesa da canonização de D. Henrique. Esse passo foi dado pelo director da revista *Brotéria*, António Leite, no número de Novembro, precisamente no final do ano das grandes comemorações e no mês em que se celebrava o aniversário da sua morte. Como D. Henrique nunca teve culto público, ao contrário de Nuno Álvares Pereira ou do irmão, D. Fernando, a via para a beatificação teria de ser a ordinária, isto é, provar que "o servo de Deus praticou em grau não comum, ou heróico, as virtudes cristãs" e, deste modo, "obter dois ou três milagres de primeira ordem".<sup>250</sup> Quanto ao primeiro requisito, António Leite não tinha dúvidas que seria fácil demonstrar as excelsas virtudes do Infante à luz de artigos e estudos de diversos autores: J. Vaz de Carvalho, A. D. de Sousa Costa, A. J. Dias Dinis e A. Brásio, entre

246 *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, p. 196.

247 António Domingues de Sousa Costa, "A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI, nº 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421.

248 António Brásio, "A Castidade do Infante D. Henrique", in *Lumen*, vol. XXIV, fasc. VIII, Lisboa, Agosto de 1960, p. 595.

249 *Ibid.*

250 António Leite, "Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?" in *Brotéria*, nº 5, vol. LXXI, Lisboa, Novembro de 1960, p. 486.

outros. Os milagres necessários para a santificação seriam obtidos através de "orações e instantes preces a Deus", que "não deixaria de atender as súplicas de toda a Nação".<sup>251</sup>

O herói laico das comemorações de 1894 foi canonizado pelo discurso comemorativo dominante em 1960, de tal modo que houve quem afirmasse, nas páginas da citada revista, que a "laicização do Infante D. Henrique é um *pecado* contra a verdade Histórica" [itálico nosso].<sup>252</sup> Mas o projecto de beatificação não passou da retórica e dos desejos de alguns indivíduos mais exaltados pelo ambiente hagiológico do quinto centenário.

Naquele período crucial da sua história, a nação fora conduzida por um *homem providencial*, que lhe definiu o destino universalista e criou um Mundo Novo.<sup>253</sup> A analogia entre o Infante-chefe e Salazar é perceptível em muitos discursos. Afinal, ambos tinham dedicado a sua vida, solitária e ascética, à defesa de uma causa e à realização de uma obra de grande alcance para Portugal e para a humanidade. Se ao primeiro coube a missão de expandir a nacionalidade e o cristianismo pelo mundo, ao segundo impor-se-ia a missão não menos grandiosa de lutar contra o declínio da Civilização Ocidental. É o que se infere das palavras do presidente da Comissão Executiva das Comemorações, na cerimónia de encerramento das mesmas na Capela do Fundador: "[...] neste momento de desorientação e de dúvida em que, sobre todas, avulta a grande tragédia da vida ultramarina, Portugal, cidadela da ordem cristã, governado por um homem genial - Salazar -, fixou o seu caminho e o seu destino e não quer retroceder".<sup>254</sup>

Já na tomada de posse da Comissão Ultramarina tinha apresentado um "Ocidente declinante e dependente", dominado por "vontades débeis" e "projectos mal definidos", onde a acção civilizadora dos portugueses, o

251 *Ibid.*, p. 488.

252 Mário Martins, "O livro que o Infante D. Henrique mandou escrever" in *Brotéria*, nº 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960, p. 206.

253 Alocução do Cardeal Patriarca de Lisboa no Te Deum do Mosteiro dos Jerónimos, in *Comemorações do V Centenário...*, vol. II, p. 16.

254 *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, p. 343.

seu optimismo e fé se destacavam do pântano da indecisão e da descrença em que teriam mergulhado os europeus.<sup>255</sup>

O primeiro que estabeleceu, explicitamente, o paralelo entre o Infante D. Henrique e Salazar foi António Ferro, no início dos anos Trinta, na sequência do conjunto das entrevistas com o ditador que publicou no *Diário de Notícias*. Um D. Henrique indiferente e insensível a todas as acusações, que persegue o seu sonho com certeza inabalável, foi identificado com Salazar, também ele dominado por um grande pensamento e capaz da mesma dedicação exclusiva e sem limites à Pátria.<sup>256</sup> Também ele era um líder com as características ideais que Marius André, biógrafo moderno de Cristóvão Colombo, tinha atribuído ao príncipe de Avis: "um sábio e um grande cristão, um homem de acção e um homem de sonho, um calculador lúcido", que sintetizava, no seu génio, todas as aspirações materiais e religiosas, individuais e nacionais.<sup>257</sup> Era um homem que renunciara a "todas as vaidades e prazeres materiais", "heroicamente só", que trabalhava no isolamento do seu gabinete como o Infante na Escola de Sagres.<sup>258</sup>

Esta imagem sugestivamente traçada pela pena brilhante de António Ferro revelou-se um instrumento fundamental da propaganda do regime salazarista e do seu mentor. As características psicológicas do ditador e a ideologia oficial, onde a mística do chefe se aliava a um espírito de missão quase monástico, concorreram para imprimir veracidade ao quadro. A ressonância mítica não poderia ser mais forte nem mais bem escolhida, porque o Infante D. Henrique simbolizava o Império e a época áurea da nação portuguesa, a tenacidade capaz de vencer os maiores obstáculos, a força do pensamento e da acção ao serviço dos mais elevados desígnios nacionais e universais.

A representação iconográfica corrente do Infante D. Henrique passou a ser a dos painéis da Igreja de São Vicente de Fora, geralmente atribuídos a Nuno Gonçalves. Aliás, António Ferro tinha considerado que este seria,

255 *Ibid.*, vol. I, pp. 138-39.

256 António Ferro, *Salazar. O Homem e a Obra*, Lisboa, Fernando Pereira -Editor, s/d, pp. 176-181.

257 *Ibid.*, p. 177.

258 *Ibid.*, p. 181.

sem dúvida", o "pintor ideal" de Salazar.<sup>259</sup> Leitão de Barros descobria mesmo semelhanças entre uma das figuras dos painéis, provavelmente o financeiro Estevam Afonso, e o mago das Finanças Públicas, logo publicadas com destaque pela imprensa.<sup>260</sup> É possível que não seja mera coincidência o facto de saírem no mesmo dia o artigo de António Ferro e a notícia da descoberta de Leitão de Barros, no *Notícias Ilustrado*. O estilo do pintor quatrocentista sóbrio e austero, quase sombrio e impregnado de uma certa mística, tornou-se o estilo canónico do regime.

A visão romântica do sonhador, profundamente mergulhado nos seus pensamentos, a olhar o oceano infinito do alto do promontório, que foi pintada por Malhoa, deu lugar à pose hierática e determinada de um chefe, vigoroso e austero na sua rigidez, a comandar a nação, simbolizada pela caravela, para o seu destino. A expressão concentrada e séria, a postura sólida e firme, mesmo quando aparece sentado com as mãos robustas a agarrar os joelhos, como na estátua de um autor desconhecido existente no Portugal dos Pequeninos, fazem dele um pai que se revela pela autoridade do seu porte.

Neste contexto ideológico a biografia feita por Vitorino Nemésio, para integrar a colecção de obras de divulgação que devia assinalar a efeméride, destaca-se como uma visão equilibrada da figura e da sua importância na história. Segundo o próprio autor, trata-se de um trabalho de "recapitulação e de memória".<sup>261</sup> Pôs o acento no papel histórico de D. Henrique, apresentado como responsável pela concepção e pela empresa dos descobrimentos. O proselitismo e o espírito de cruzada assumiram, no seu entender, uma importância crucial no feixe das causas da expansão, que articulou com as motivações do Infante. Considerava incorrecta a polarização de D. Henrique em Sagres e não falou de nenhuma escola naquele lugar. Mas imaginou-o também rodeado de sábios, físicos e astrólogos, sobretudo judeus, se bem que passe ao lado da controversa questão da

259 *Ibid.*, p. 178.

260 "A expressão de Salazar está nos painéis de Nuno Gonçalves", in *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 24 de Dezembro de 1932 (Capa e artigo).

261 Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 3.

sabedoria do Infante D. Henrique. Não deixou de mencionar o seu grande património fundiário e a importância da sua casa senhorial, "a maior do reino no volume de privilégios fiscais e criadagem escolhida".<sup>262</sup> Todavia, não se debruçou sobre a actividade do Infante como administrador e homem de negócios. Inclinou-se para ver D. Henrique como um homem de "consciência ainda medieval", movido por ideais cavaleirescos e religiosos, descrevendo-o a acabar os seus dias "ainda cheio de ardor proselitico" e "quase asceta".<sup>263</sup>

No ímpeto das comemorações foram editadas outras biografias do Infante D. Henrique. Importa destacar a obra romanceada de Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, fortemente influenciada pela visão martiniana, com ilustrações de Lima de Freitas.<sup>264</sup> Num registo historiográfico é de assinalar o livro do estudioso algarvio Francisco Fernandes Lopes, bem informado e despretençioso, que fez uma abreviada síntese da vida e da obra de D. Henrique.<sup>265</sup> O autor não deixou de anotar que muito se tem *fantasiado* acerca da sabedoria do Infante e de observar que "a famosa Escola de Sagres nunca teve qualquer espécie de existência, em concreto sentido próprio".<sup>266</sup>

Por último, julgamos que vale a pena referir a incidência do discurso comemorativo oficial na formação da juventude. Nesse aspecto, foram bastante elucidativas as conclusões dos colóquios henriquinos promovidos por instituições de ensino militares e civis. Qualquer uma das iniciativas visava, especialmente, as futuras elites do regime e não foi esquecido o intercâmbio entre alunos do Colégio Militar de Lisboa e do Rio de Janeiro, que participaram nos trabalhos, nem o convívio entre os jovens cadetes portugueses e os espanhóis, que se associaram às comemorações e ao estudo da figura e da obra do Infante D. Henrique.

Num estilo simples e pedagógico, as conclusões dos alunos do Colégio Militar colocaram o acento na projecção mundial da acção do Infante e

262 *Ibid.*, p. 106.

263 *Ibid.*, p. 101.

264 Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960.

265 Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Portugalia Editora, 1960.

266 *Ibid.*, p. 110.

na "missão civilizadora dos portugueses", sem esquecer o "ideal cristão" que fora o denominador comum da colonização e "o saber, a persistência, o espírito de sacrifício e os altos ideais que nortearam a expansão através dos mares e dos continentes".<sup>267</sup> A existência da comunidade Luso-Brasileira e o aprofundamento dos laços entre os dois povos também foram objecto de significativos votos de continuidade.

As conclusões dos cadetes das Academias sobressaem pela concisão das frases e pelo estilo da cartilha militar. Logo a abrir a listagem afirmase de forma peremptória: "O Infante D. Henrique foi um Chefe, um homem com um ideal".<sup>268</sup> Para se referir, de seguida, as ideias do universalismo, do espírito de cruzada, do homem de ciência e da Escola de Sagres.

Uma nota destaca-se nas conclusões sobre o tema "Idea General de los descubrimientos espanôles", onde se diz que os "descobrimientos portugueses foram o prólogo necessário dos descobrimientos espanhóis" e se reivindica *inteiramente* para a Espanha a glória de dar a conhecer ao mundo civilizado o mundo americano. De resto, reafirmam-se os aspectos ideológicos comuns e a auto-satisfação por esse momento único na história em que as duas potências ibéricas dividiram o mundo entre si.

Num registo mais científico e rigoroso, as conclusões do colóquio universitário estendem-se à análise das condições nacionais que propiciaram o movimento expansionista, ao papel do Infante D. Henrique e ao significado desse processo para a história da humanidade.<sup>269</sup> O quadro traçado é mais explicativo e menos linear, apresentando o Infante D. Henrique como um homem integrado na corrente da tendência marítima nacional que soube impulsionar e orientar para a vasta e grandiosa obra dos descobrimentos. Pensam que não há dúvidas de que não existiu qualquer Escola de Sagres, no sentido rigoroso das palavras, mas ressalvam o valor da expressão como símbolo do progresso científico-náutico que acompanhou os descobrimentos. Além de referirem os aspectos culturais, ainda

---

267 *Comemorações do V Centenário...*, vol. IV, p. 174.

268 *Comemorações do V Centenário...*, vol. IV, p. 183.

269 *Comemorações do V Centenário...*, vol. IV, pp. 179-80.

reafirmam as relações de convivência pacífica, sob a égide dos ideais cristãos, entre povos de todos os continentes e raças como o grande contributo da expansão portuguesa para o património moral da humanidade.

Decerto, muitas das actividades do ano lectivo e das lições proferidas nas escolas do país foram subordinadas à memória do Infante D. Henrique e ao enaltecimento da grandeza de Portugal. É particularmente significativa a oração de sapiência da professora Madalena da Câmara Fialho, na cerimónia de abertura do ano lectivo do Instituto de Odivelas, subordinada ao título "Sobrevivência do Infante D. Henrique".<sup>270</sup> Trata-se de uma visão no feminino, produzida por uma mulher para uma plateia de meninas, apesar de não terem faltado o Presidente da República e vários membros do governo. Num estilo rebuscado e cheio de imagens sugestivas, reproduziu os lugares-comuns sobre D. Henrique, mas suavizados pelas lágrimas que chora pela morte da mãe, ali naquele mosteiro de S. Dinis de Odivelas, e o fortalecem como Homem e pela paixão quase carnal que devota às terras de África. Ceuta, "branca, luminosa e grácil", é uma "noiva formosa" que não queria deixar outros, antes dele, beijar e a África era uma terra "ardente que ele ama e deseja, que ele adivinha formosa e rica - rica de bens materiais e de almas a conquistar para Cristo...".<sup>271</sup> A sensibilidade feminina está patente na ideia de um Infante genial, que quer "tornar realidade o sonho maravilhoso que sonhou", "persistente e tenaz", mas capaz de contemporizar, de contornar os obstáculos, de negociar, de usar meios de persuasão desviados e indirectos, cujas decisões assentam numa intuição fulminante.<sup>272</sup> Não é o herói da razão, frio e seco, inflexível na sua dureza viril, mas o herói imaginativo, sonhador, maleável e intuitivo. A sua relação com as terras conquistadas ou descobertas foi apresentada de forma metafóricamente erótica. Amor, sacrifício, renúncia são os termos que definem a vida do Infante D. Henrique, toda consagrada ao trabalho e ao estudo.<sup>273</sup> Concluiu a lição afirmando

270 Madalena da Câmara Fialho, *Sobrevivência do Infante D. Henrique*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1960. Agradeço ao Francisco Contento Domingues a chamada de atenção para este texto que descobriu num alfarrabista.

271 *Ibid.*, pp. 6 e 8.

272 *Ibid.*, p. 9.

273 *Ibid.*, pp. 10-11.

que o príncipe sobreviveu nas Províncias Ultramarinas do continente africano, às quais tínhamos o direito de chamar *Africa Nostra*. E mais uma vez utilizou uma imagem feminina para enfatizar a sua posição: "Uma mãe não abandona os filhos que ama e ainda precisam dela; pode fazê-lo, sim, a mercenária que só lhes dispensa carinhos a troco de dinheiro".<sup>274</sup> Portugal, Mãe-Pátria de todos os portugueses da metrópole e das colónias, tinha de dar a própria vida pela salvação dos filhos como as mães biológicas. Muitas das futuras Madrinhas de Guerra dos soldados que foram para África talvez tivessem tido, naquele momento, um lampejo dos tempos que se avizinhavam.

No discurso comemorativo de Sessenta estavam presentes os traços marcantes do mito henriquino e uma perspectiva diferente da que tinha sido dominante nas celebrações do quinto centenário do nascimento. A visão laica e a ênfase colocada nos conhecimentos científicos do Infante, apresentado como um homem do Renascimento ou como um precursor desse movimento cultural, cedeu lugar a uma concepção de foro mais religioso. D. Henrique destaca-se como cavaleiro medieval e cruzado, investido de um espírito de missão que combina o proselitismo cristão e o amor da Pátria. Se a ideia do herói fundador já estava presente no final do século passado, ela tornou-se fulcral no discurso ideológico do Estado Novo. D. Henrique não fora somente o fundador do Império, como se entendia no século XIX, mas o fundador da Nação transcontinental e pluriracial. Ao contrário do ambiente que se vivia na Monarquia Constitucional, o centralismo que presidiu à organização das comemorações, o controlo ideológico e a censura do regime autoritário imprimiram uma grande uniformidade ao discurso comemorativo do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique.

---

274 *Ibid.*, p. 15.

## Conclusão

Desde o início, a memória e o mito estão estreitamente associados. A figura do Infante D. Henrique foi objecto de uma construção em que se cruzaram a preocupação de deixar um registo para a posteridade e de enaltecer o seu papel na história do reino. Os cronistas Zurara e Rui de Pina foram a base dos relatos posteriores. Neles se encontra a imagem convencional do Príncipe e o fundamento da sua glória. Mas também estão os elementos menos abonatórios da sua conduta que suscitaram críticas logo no seu tempo e posteriormente. A memória consagrou-o “como a causa e o primeiro inventor”, nas palavras de Rui de Pina, das navegações, descobrimentos e conquistas que trouxeram proveito e fama para Portugal.<sup>275</sup> Na sua figura se polarizou a iniciativa e a acção que permitiram desencadear o processo da expansão e progredir ao longo da costa ocidental africana. Já no Renascimento o Infante tornou-se o mentor de um grandioso plano para atingir a Índia circum-navegando a África. Morreu muito antes de ser atingido esse objectivo, mas o seu nome ficou para sempre associado às páginas mais gloriosas e heróicas da história da nação.

A personalização da história foi posta em causa e, logo no século XIX, se procurou ver as navegações portuguesas como uma obra colectiva. O verdadeiro herói foi, afinal, o povo português que o poeta já cantara n' *Os Lusíadas*. Mas o Infante D. Henrique passou a ser o símbolo que personalizava essa força colectiva que foi capaz de lançar o país na aventura dos mares. O seu vulto não se apoucou nem perdeu importância no imaginário colectivo, bem pelo contrário ganhou uma nova aura. Ele era a expressão do génio, da ousadia, da tenacidade e da temeridade que tinham permitido aos Portugueses enfrentar o mar tenebroso e desbravar

<sup>275</sup> Rui de Pina, “Chronica do senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. CXLIV, p. 793.

o mundo desconhecido. Daí a dificuldade de vê-lo na sua condição de homem e a tendência para o envolver no manto da fantasia. Modelo de virtudes, de religiosidade, de indústria e de prudência, de erudição e de diligência, ganhou fama de santo e de asceta. Consubstanciou também a imagem do herói e foi equiparado por Oliveira Martins a Hércules. Já Zurara invocara a figura mítica de Atlas para referir os grandes trabalho do Infante que “quebrantavam as altezas do montes”.<sup>276</sup> Não foi o típico heróis de armas, apesar de não lhe negarem a valentia e a bravura em combate. Foi, sobretudo, uma figura messiânica que abriu os caminhos do futuro a Portugal e à Humanidade, o herói fundador do Império português e de um mundo novo entretanto descoberto.

As comemorações de 1894 deram um contributo importante para a projecção da memória e do mito do Infante D. Henrique. Mas os grandes tópicos em torno dos quais se construía a narrativa heróica sobre a vida e os feitos do Navegador já tinham sido todos delineados. As obras do historiador inglês R. Henry Major e, em especial, de Oliveira Martins consagraram a imagem romântica e laica que foi glosada nas comemorações. A controvérsia em torno da “lenda infantista” vinha colocar uma nota discordante no ambiente geral, apesar de ser minoritária. Por sua vez, as celebrações de 1960 decorreram num clima que deixava reduzida margem de expressão pública para as posições críticas. Os discursos veiculados pela imprensa e pelas múltiplas publicações seguiam de perto uma visão extremamente idealista que retomava, em termos hagiográficos, a ideia da cruzada e do ascetismo. O Infante passou a ser o paladino da grandiosa missão de proteger a Cristandade da ameaça do Islame. *A cruzada do Infante D. Henrique*, conforme o título da obra de Joaquim Bensaúde entretanto reeditada, tornou-se o fulcro de uma campanha em que era evidente a analogia que se pretendia estabelecer com a suposta ameaça que pairava sobre a Civilização Ocidental e o objectivo de erigi-lo em fundador de uma Nação que deveria abarcar todas as provincias do Minho a Timor.

---

276 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. IV, p. 23.

Contudo, a mitificação segue a par com a busca de um melhor conhecimento da personagem. Muitas fontes e documentos vão sendo divulgados, o que tem permitido analisar os factos históricos com um olhar mais crítico e objectivo. Inevitavelmente, a figura de D. Henrique, o Navegador, como foi com pouca propriedade cognominado, continua a ser tributária da memória. Mas vai-se libertando dos mitos e a sua figura ganha uma dimensão mais humana, na medida em que se procura compreender as suas acções no contexto da época e da sociedade em que viveu.



## F O N T E S E B I B L I O G R A F I A

**Crónicas dos séculos XV, XVI e XVII**

BARROS, João de, Ásia, *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hermani Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945

GÓIS Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977

LANDIM, Gaspar Dias de, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, 3 vols., Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892-94

LEÃO, Duarte Nunes do, "Cronica del Rey D. João o I" in *Crónicas dos Reis de Portugal*, reformadas pelo licenciado ..., Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975

LEÃO, Duarte Nunes do, "Cronica, e Vida del Rey D. Duarte" in *Crónicas dos Reis de Portugal* reformadas pelo licenciado ..., Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975

LEÃO, Duarte Nunes do, "Cronica, e Vida del Rey D. Afonso o V" in *Crónicas dos Reis de Portugal* reformadas pelo licenciado ..., Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975

MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia historia em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com seus retratos e noticias dos nossos reynos e conquistas e varios sucessos do Mundo*, ultimamente accrescentados até ao feliz reinado dos senhor rey Dom João V de saudosa memoria pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, Lisboa, Na Officina Joseph Philippe, 1758

- PINA, Rui de, "Chronica do Senhor Rey D. Duarte" in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977
- PINA, Rui de, "Chronica do Senhor Rey D. Afonso V" in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977
- SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, Introdução e revisão de M. Lopes Almeida, vol. I, Porto. Lello & Irmão Editores, 1977
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Epitome de las Historias Portuguesas*, Madrid, Por Francisco Martinez, 1628
- ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973
- ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica da Tomada de Ceuta por El rei D. João I*, Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915

### Historiografia do século XVIII

- LUSITANO, Cândido, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758
- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Coimbra, Atlântida- Livraria Editora Lda., 1946, pp.59-65
- SYLVA, Joseph Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. João I do anno de mil trezentos e oitenta e tres até ao anno de mil quatrocentos e trinta e tres*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730

## Historiografia do século XIX

ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres*, Obra premiada no concurso de memórias sobre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do V centenário do nascimento do mesmo Infante, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C<sup>a</sup>, Sucessores de Clavel & C<sup>a</sup>, 1894

ALVES, Alfredo, *Dom Henrique, O Infante - Memória histórica*. Primeiro premio do concurso no quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Porto, Typographia do "Commercio do Porto", 1894

BEAZLEY, Charles Raymond, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimientos Modernos*, Tradução anotada por António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1945

BRAGA, Teófilo, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Suces., 1892, p. 380 e ss.

BRAGA, Teófilo, "A Lenda Infantista", Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, Tip. Porto - Gráfico, 1914

CÂNDIDO, António, "O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palácio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889" in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora, s.d.

CHAGAS, M. Pinheiro, *Portugueses Illustres*, 2<sup>a</sup> edição revista e augmentada, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução, Lisboa, Livraria A. Ferin, 1873

CHAGAS, M. Pinheiro, *Os Descobrimientos Portugueses e os de Colombo. Tentativa de coordenação histórica*, Lisboa, Typ. da Academia Real da Sciencias, 1892

EÇA, Vicente Almeida d', *O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos portugueses*, Conferência feita a 19 de Fevereiro de 1894 no Club Militar Naval, Lisboa, Livraria Férin, 1894

EÇA, Vicente Almeida d', *Viagens e Descobrimientos Marítimos dos Portu-*

- gueses, Lisboa, David Corazzi, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1885
- HOLSTEIN, D. Francisco de Souza e, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Conferência celebrada na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portugueses na África - Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877
- Instituto* (O), Revista Científica e Litteraria, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894
- MAJOR, Richard Henry, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876
- MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & c<sup>a</sup> Editores, 1973
- MARTINS, Oliveira, "O Infante D. Henrique", in *Portugal nos Mares. Ensaios de Crítica, Historia e Geographia*, vol. II, 1<sup>a</sup> edição postuma, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1924, pp.187-217
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Character e Influencia da Obra do Infante*, Conferência proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Féris, 1894
- REBELLO, J. I. de Brito, "Alguns traços da vida do Infante D. Henrique" in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573
- ROMEJUN, Soares, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884
- ROMEJUN, Soares, "Villa do Infante" in *O Occidente*, vol. XVII, Lisboa, 1894, pp. 66-71
- SANTARÉM, Visconde, "Introdução" in Gomes Eannes de Azurara, *Cronica do Descobrimento e conquista da Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841

SANTARÉM, Visconde, *Memória sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portugueses na Costa de África Ocidental*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958

SÃO LUIZ, Fr. Francisco de, *Reflexões geraes ácerca do Infante D. Henrique dos descobrimentos de que elle foi autor no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840

SILVA, Rebello da, "O Infante D. Henrique", in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, vol. IX, 9º ano, 1866

### Historiografia do século XX

ALBUQUERQUE, Luís de, "Henrique, Infante D. (1394-1460)" in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983

ALBUQUERQUE, Luís de, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, 2ª edição, Lisboa, Vega, 1990

ALBUQUERQUE, Luís de, *Introdução à história dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

BARRETO, Luís Filipe, "Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição" in *Descobrimentos e Renascimento*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 63-126

BENSAÚDE, Joaquim, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942

BRÁSIO, António, "A castidade do Infante D. Henrique" in *Lumen*, vol. XXIV, fasc. VIII, Lisboa, Agosto 1960, pp.595-605

- Brotéria*, Revista Contemporânea de Cultura, nº 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960
- CORTESÃO, Jaime, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975
- CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I e II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975
- COSTA, António Domingues de Sousa, "A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI, nº 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421
- DINIS, A. J. Dias, *Estudos Henriquinos*, vol. I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1960
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos" in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio II Sobre História de Portugal*, 2ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978
- JOÃO, Maria Isabel, *O Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994
- LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vols. I e II, Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1960
- LEITE, Duarte, *Coisas de vária história*, Lisboa, "Seara Nova", 1941
- LOPES, Francisco Fernandes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Portugália Editora, 1960

- LOPES, Francisco Fernandes, *Terçanabal e a "Escola de Sagres"*, Lisboa, Cadernos "Seara Nova", 1945
- MATOS, Artur Teodoro de, *Henrique O Navegador*, [Lisboa], CTT-Correios, 1994
- MORENO, Humberto Baquero, "O Infante D. Henrique e Alfarrobeira" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Paris, 1969, pp. 53-79
- NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e Obra do Infante D. Henrique, Obras Completas*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991
- PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2ª edição, Coimbra, Edição do Autor, 1960
- REGO, António da Silva, *A personalidade do Infante D. Henrique*, Separata da revista *Ulamar*, nº 1, Lisboa, 1960
- RENOUARD, Yves, "L' Infant Henri Le Navigateur dans l' histoire de l' occi- dent" in *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, vol. XL, nº 1, Paris, 1962, pp. 5-14
- RUSSELL, Peter E., *Prince Henry the Navigator*, London, W. Heffer & Sons, Ltd., 1960
- RUSSELL, Peter E., *Prince Henry the Navigator - A Life*, New Haven - London, Yale University Press, 2000
- SÁ, A. Moreira de, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960
- SANCEAU, Elaine, D. Henrique, *O Navegador*, 6ª edição, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1988
- SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, vol. I, Lisboa, s.n., 1950

- SARAIVA, António José, *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, 4ª ed., Amadora, Bertrand, 1978
- SILVA, Luciano Pereira da, "A Arte de Navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro", in *Obras Completas de...*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945
- SILVA, Luciano Pereira da, "A propósito das leituras do Infante", in *Obras Completas de...*, vol. III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946
- SIMÕES, Veiga, "O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção" in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hemâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937
- SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991
- THOMAZ, Luís Filipe, "Introdução. O Infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio", in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique, Obras Completas*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991
- THOMAZ, Luís Filipe, "Expansão portuguesa e expansão europeia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos", in *Studia*, nº 47, Lisboa, 1989, pp.371-415
- THOMAZ, Luís Filipe, "Le Portugal et l' Afrique au XV siècle: les débuts de l'expansion", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Paris, 1989, pp. 161-256
- VERGÉ-FRANCESCHI, Michel, *Un prince portugais au XVe siècle, Henri Le Navigateur (1360-1460)*, Paris, Félin, 1994

#### **V Centenário do nascimento do Infante D. Henrique (1894)**

- Annaes do Club Militar Naval*, Comemoração do V centenario do Infante D. Henrique, Lisboa, 1894

BARATA, Antonio Francisco, *Homenagem ao Infante D. Henrique no quingentesimo anniversario do seu nascimento no Porto em 4 de Março de 1394*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1894

BARRADAS, Manuel, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1894

BRAGA, Theofilo, "A lenda do Infante", in *A Vanguarda*, Lisboa, 6 de Março, 1894

BRAGA, Theofilo, "O centenário do Infante D. Henrique", in *A Voz Pública*, Porto, 5 de Março, 1894

BRAGA, Theofilo, *Mar Tenebroso*, Poemeto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894

CÂNDIDO, António, "O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palácio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889" in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora, s.d., pp. 231-259

CANTO, Ernesto do, "Centenario do Infante D. Henrique. 1394 - 4 de Março - 1894" in *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, 1892, pp. 449-455

"Celebrações do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique 1394 - 4 de Março - 1894. Documentos" in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 13ª serie, Nº 3, Lisboa, 1894, pp. 111-126

*Centenario (O) do Infante em Sagres*. Sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa em 12 de Março de 1894

*Correio Elvense (O)*, N.º comemorativo do centenario de D. Henrique, Elvas, 4 de Março de 1894

DEUSDADO, Manuel Antonio Ferreira, "O 5º centenario do Infante D. Henrique" in *Revista de Educação e Ensino e Archivo de ineditos Historicos*, vol. IX, Lisboa, 1894, pp. 98-107

*Echos finaes do centenario henriquino*, Porto, Imprensa Economica, 1894

*Exposição Insular e Colonial Portuguesa. Catálogo* (Palácio de Cristal, Porto, 4 de Março de 1894), Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

*In Memoriam 1394-1894*, Porto, Pereira & Cunha, 1894

MACEDO, Lino de, *A obra do Infante*. Publicação destinada a comemorar o quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique I Duque de Vizeu, Lisboa, s.n., s.d.

MORENO, Tristão, *O Infante D. Henrique*. Traços biograficos do inclito “Navegador” precedidos do retrato do infante e seguido do programma dos festejos que se hão de effectuar no Porto para commemorar o seu 5º centenario, Porto, Imprensa Commercial, 1894

ORTIGÃO, J. D. Ramalho, “Infante D. Henrique. O sentimento e a acção” in *Jornal de Noticias*, Porto, 3 de Março de 1894

PEREIRA, Firmino, *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz, 1894

*Revista da Exposição Insular e Colonial*, Porto, Nº 1 a 3, Nov. a Dez. de 1893

RIBEIRO, Maria Manuella Tavares, *O centenário do infante D. Henrique. Imagens e Ideologia*, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993

RODRIGUES, José Maria, “O Infante D. Henrique e a Universidade”, in *O Instituto*, *Revista Scientifica e Litteraria*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 485-492

TELLES, Silva, *O Infante D. Henrique e a Renascença Scientifica Europea*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894

VITERBO, Sousa, *Trabalho náuticos dos portuguezes nos séculos XV e XVII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894

## V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960)

AMARAL, Francisco Keil, “Exposição Henriquina” in *Gazeta Musical de Todas as Artes*, vol. VI, 2ª série, nº 106 a 129, Lisboa, 1960-61, p. 144

*Arquitectura (A) Portuguesa da Época dos Descobrimentos. Catálogo*, Évora, Museu Regional, 1960

BETTENCOURT, Gastão, “As comemorações henriquinas no Brasil” in *Panorama*, II série, nº 21, Março de 1961

“Bibliografia Henriquina” in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1963 (1509 entradas, com um número elevado de artigos da imprensa)

*Boletim Geral do Ultramar*, Nº 417 a 426, Lisboa, Março a Dezembro de 1960

BROCHADO, Idalino da Costa, *Henry, Le Navigateur*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

BROCHADO, Idalino da Costa, *The discovery of the Atlantic*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

*Brotéria*, Revista Contemporânea de Cultura, nº 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960

CASIMIRO, Augusto, “Dois centenários Nun'Álvares e o Infante Descobridor” in *Revista Militar*, Lisboa, Novembro de 1960

“Comemorações (As) do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique pela Imagem”, in *Panorama*, III série, nº 19, Setembro de 1960

*Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, 4 vols., Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961-63

- Concurso de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1957
- Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961
- CORTESÃO, Jaime, *O Infante de Sagres*, Drama épico em IV actos, com música de Óscar Silva e desenhos de Manuel Lapa, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960
- COSTA, António Domingues de Sousa, "A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI, nº 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421
- Exposição Henriquina*. Museu de Arte Popular, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960
- FIALHO, Madalena da Câmara, *Sobrevivência do Infante D. Henrique*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1960.
- FREYRE, Gilberto *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.
- FREYRE, Gilberto, *O Luso e o Trópico, Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante D. Henrique, 1961
- FREYRE, Gilberto, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.
- GEORGE, Frederico (dir.), *Exposição Henriquina*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

GUILLÉN, Júlio F., “En torno a la *Escuela de Sagres*”, *Separata Anais do Club Militar Naval*, 1960

*Infante D Henrique*, dir. artística de Frederico Marjay, Lisboa, s.n., 1960

LEITE, António, “Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?” in *Brotéria*, nº 5, vol. LXXI, Lisboa, Novembro de 1960

MALPIQUE, Cruz, *O Infante D. Henrique, acusado de negreiro e de mau irmão*, *Separata do Boletim da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960

MOREIRA, Adriano, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal”, in *Boletim Geral do Ultramar*, Nº 422-23, Lisboa, 1960, pp.243-262

PINTO, J. Estevão, *Infante D. Henrique*, Lisboa, Comp<sup>a</sup> Nacional Editora, 1960 (1<sup>a</sup> ed., 1947 - nº 7 da colecção “Grandes Portugueses”, do Secretariado Nacional de Informação)

*Resumo das Comunicações do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

RIBEIRO, Orlando, “O Infante e o Mundo Novo”, in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Homenagem ao Infante D. Henrique, XIX, (1 da Nova Série), 1960

SALAZAR, António, “Portugal e a campanha anti-colonialista” in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, Nº 426, Dezembro de 1960

SELVAGEM, Carlos, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960

**Obras da “Coleção Henriquina”**

- BRÁSIO, Pe. António, *A acção missionária no período henriquino*, Lisboa, 1959
- BROCHADO, Costa, *Descobrimento do Atlântico*, Lisboa, 1959
- BROCHADO, Costa, *Historiôgrafos dos descobrimentos*, Lisboa, 1960
- CORTESÃO, Armando, *A cartografia portuguesa*, Lisboa, 1960
- CORTESÃO, Jaime, *A política de sigilo nos descobrimentos*, Lisboa, 1960
- COSTA, Fontoura da, *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimentos* (reedição), Lisboa, 1958
- FONSECA, Quirino da, *Os navios do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1958 (1ª ed., 1933)
- GUERREIRO, Amaro D., *Panorama económico dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, 1961
- NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1959
- PERES, Damião, *História dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, 1959 (2ª edição, Coimbra, Edição do Autor, 1960)
- SÁ, Artur Moreira de, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, 1960
- SANTARÉM, Visconde de, *A Prioridade dos descobrimentos portugueses na costa da África Ocidental* (reedição), Lisboa, 1958

**Outras publicações do centenário:**

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Catographica*, Lisboa, s.n., 1960

*Monumenta Henricina*, 15 vols., Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974

REIS-SANTOS, Luís, *Iconografia Henriquina*, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960



